



Relatório e Contas

2024

RELATÓRIO & CONTAS 2024



CONTEÚDOS

QUEM SOMOS

- 10 - Mensagem do CEO
- 12 - Destaques do ano 2024
- 13 - Os nossos valores
- 14 - A rede First Capital Bank em Moçambique
- 16 - Meios de Pagamento
- 17 - A nossa história
- 19 - O Grupo First Capital Bank
- 21 - Foco estratégico
- 22 - Marca / Acções / Responsabilidade social

CORPORATE GOVERNANCE

- 39 - Estrutura accionista
- 39 - Órgãos sociais
- 40 - Assembleia Geral
- 42 - Fiscal Único
- 42 - Comitês do Conselho de Administração
- 43 - Comitês de gestão
- 44 - Estrutura orgânica

CAPITAL HUMANO

- 47 - Gestão de pessoas
- 51 - Formação & desenvolvimento
- 53 - Os nossos programas de estágios

GESTÃO DE RISCO E COMPLIANCE

- 57 - Modelo de gestão de risco
- 57 - Risco de crédito
- 61 - Risco de operacional
- 62 - Risco de mercado
- 62 - Risco de taxa de juro
- 63 - Risco de liquidez
- 63 - Risco de tecnologia da informação
- 63 - Risco de *compliance*

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- 69 - Economia mundial
- 69 - África Subsaariana
- 70 - Moçambique
- 71 - *Commodities*

ANÁLISE FINANCEIRA E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- 75 - Balanço
- 76 - Demonstração de resultados
- 80 - Parecer do fiscal único

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 85 - Relatório do auditor independente
- 91 - Demonstrações financeiras
- 94 - Anexo às demonstrações financeiras

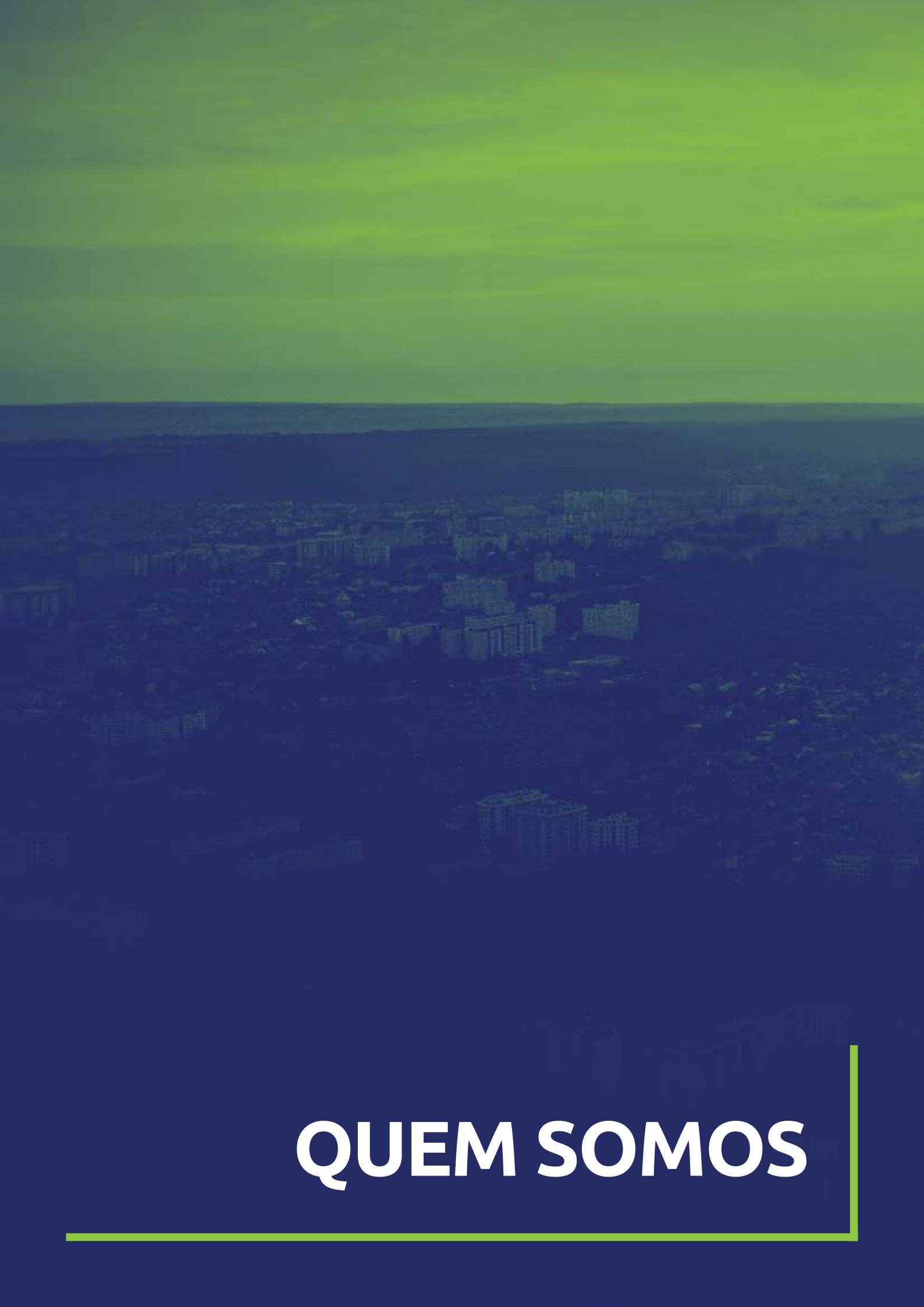


**First
Capital**
BANK

Parceiros do seu negócio com eficiência e inovação



Primeiro, acreditar.



QUEM SOMOS

MENSAGEM DO CEO

O ano de 2024 foi marcado por inúmeras conquistas que reflectem o crescimento, a resiliência e a ambição do First Capital Bank. O banco está a construir um futuro sólido e promissor, pautado por inovação, compromisso e excelência.

Foi também um ano de inúmeros desafios, tornando as conquistas e sucessos alcançados ainda mais relevantes e reveladores do crescimento sustentável do Banco, afirmando o First Capital Bank como uma entidade de referência no sector financeiro em Moçambique.

O nosso compromisso com o crescimento do negócio permitiu um aumento exponencial dos depósitos de clientes, que quase duplicaram em relação a 2023, posicionando o Banco como o 7º maior banco no sector financeiro em Moçambique. Adicionalmente, expandimos as nossas operações de trade finance através do estabelecimento de novas linhas de trade com parceiros internacionais como o IFC, TDB e Proparco, ao mesmo tempo que reforçamos as parcerias existentes com o CAB e o Afreximbank. Hoje, somos uma instituição com mais de USD 400 milhões em activos e um parceiro de confiança para mais de 1400 empresas a operar em Moçambique, tendo o nosso papel como um banco de referência sido destacado na pesquisa da KPMG sobre as 100 maiores empresas de Moçambique, que nos reconheceu como a instituição financeira com a maior variação de volume de negócios no sector financeiro.

Internamente fortalecemos a nossa cultura organizacional com o lançamento dos novos valores do Banco, alinhando a estratégia da instituição com a nossa visão de longo prazo. Acreditamos que uma cultura forte impulsiona a excelência e a entrega de um serviço cada vez mais diferenciado. Paralelamente, demos início à construção da nossa nova sede, um marco extremamente importante na nossa história e que atesta o nosso compromisso e a nossa aposta de afirmação e consolidação do First Capital Bank em Moçambique.

Cientes da importância do bem-estar dos nossos colaboradores, implementámos um fundo de pensões que reforça o compromisso com a segurança e estabilidade financeira do nosso activo mais valioso, as nossas pessoas.

Este benefício, aliado a uma cultura de crescimento interno, contribui para a criação de um ambiente de trabalho que potencia a retenção de talentos e visa atrair recursos qualificados no mercado.

Entendemos que temos uma responsabilidade de partilhar o nosso crescimento com as comunidades em que estamos inseridos e por isso continuamos a investir em projectos de responsabilidade social que promovem a inclusão, bem-estar e oportunidades para as comunidades locais, assumindo o compromisso de continuarmos a apoiar iniciativas que façam a diferença na sociedade.

O relatório que apresentamos a seguir não se limita a um registo dos resultados financeiros e operacionais Banco, mas é também uma demonstração da confiança dos nossos clientes e do trabalho árduo de toda a equipa do First Capital Bank. Quero, por isso, agradecer a todos os que contribuíram para este sucesso e reafirmar o nosso compromisso de continuar a servir os nossos clientes com excelência e diligência e apoiar o crescimento do seu negócio.

Gostaria de expressar também o meu sincero agradecimento ao Conselho de Administração do First Capital Bank pela orientação extraordinária e suporte incansável ao longo do último ano. O apoio estratégico e o compromisso com elevados padrões éticos foram pilares fundamentais que contribuíram para o nosso sucesso.

Reafirmamos o nosso compromisso com um crescimento sustentado, alicerçado na solidez financeira, na excelência operacional e na criação de valor para os nossos clientes, colaboradores e comunidades, contribuindo de forma responsável para o desenvolvimento económico e social dos mercados onde operamos.



CEO, First Capital Bank





DESTAQUES DO ANO 2024



Assinatura do contrato a construção da Sede própria do Banco

Lançamento de novos valores do Banco, alinhados com a visão de longo prazo



Aumento do Activo Total em 63% em 2024 (43% em 2023)

Aumento exponencial de recursos de clientes para cerca de MZN 23 Biliões, equivalente a uma variação anual na ordem dos 92%



Redução do rácio *cost-to-income* em cerca de 9% de 2023 para 2024, como reflexo de eficiência operacional



Aumento da margem financeira na ordem dos 38%, suportado pelo aumento de recursos de clientes, ainda que num contexto de descida de taxas de juro



Reconhecimento pela KPMG como a instituição financeira com a maior variação de volume de negócios



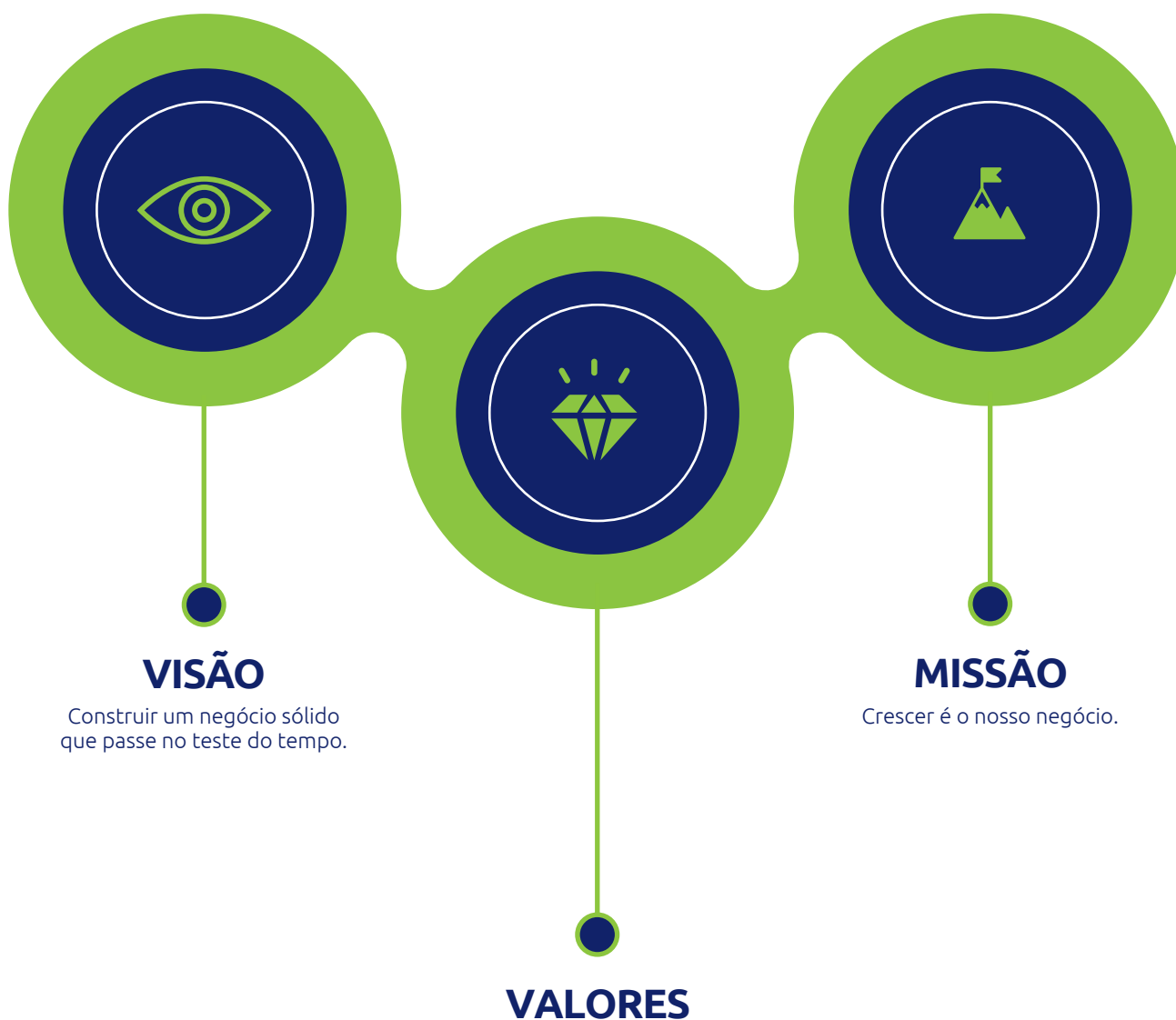
Aumento do resultado líquido em 36% para cerca de MZN 1.670 milhões



Estabelecimento de novas linhas de Trade com IFC, TDB e Proparco



OS NOSSOS VALORES



1. **Encontramos formas simples de fazer as coisas:** Acreditamos que a simplicidade é essencial para alcançar eficiência e resultados, tornando os nossos processos mais ágeis e melhorando a experiência dos nossos clientes.
2. **Integridade e reputação são os nossos activos mais valiosos:** Mantemos um compromisso inabalável com os mais elevados padrões de ética e transparência, reconhecendo que a nossa reputação é o pilar sobre o qual construímos relações de confiança com clientes, colaboradores e parceiros.
3. **Temos orgulho em servir:** Orgulhamo-nos de oferecer aos nossos clientes um serviço dedicado e de qualidade, procurando sempre superar as suas expectativas.
4. **Temos uma responsabilidade partilhada no nosso negócio:** Acreditamos que o sucesso do banco depende do esforço conjunto de todos, promovendo a colaboração e o compromisso entre todos os colaboradores.
5. **Valorizamos o tempo e respondemos atempadamente:** A eficiência no atendimento e na resposta às necessidades dos nossos clientes é uma das nossas principais prioridades.
6. **Somos transparentes e honestos, mas com respeito:** A transparência e a honestidade são os pilares das nossas interações, sendo sempre conduzidas pelo respeito e pela consideração de diferentes perspectivas.



A REDE FIRST CAPITAL BANK EM MOÇAMBIQUE

A expansão da rede de agências do First Capital Bank em Moçambique reflecte o nosso compromisso em chegar mais perto dos nossos clientes e em oferecer soluções financeiras de qualidade em pontos estratégicos do país. Com três agências localizadas de forma estratégica em Maputo, uma agência na Beira e outra em Nampula, estamos a reforçar a nossa capacidade de atender às necessidades dos nossos clientes nas diferentes regiões de Moçambique, abrangendo o Sul, Centro e Norte.

A inauguração da agência da Beira em Setembro de 2023 marca um marco importante na nossa jornada, evidenciando não só o nosso crescimento, mas também a nossa capacidade de adaptação e sucesso em diferentes realidades económicas e locais. Estamos entusiasmados com as oportunidades que surgem e com a possibilidade de expandir ainda mais os nossos serviços, de acordo com a estratégia de crescimento sustentável do banco.

AGÊNCIAS

MAPUTO



Agência Sede

Av. Sociedade de Geografia, 269, Maputo

Tel: (+258) 21 311 111

Email: agencia.sede@firstcapitalbank.co.mz



Agência 24 de Julho

Av. 24 de Julho, 3549, Edifício INSS, Maputo

Tel: (+258) 21 404 080

Email: agencia.24julho@firstcapitalbank.co.mz

MATOLA



Agência Machava

Av. da União Africana, 1651, Matola

Tel: (+258) 21 750 512

Email: agencia.machava@firstcapitalbank.co.mz

BEIRA



Agência da Beira

Av. Poder Popular, Casa Infante Sagres,

Largo do Búzi, Chaimite, Beira - Mozambique

M: +258 84 3137577;

Email: agencia.beira@firstcapitalbank.co.mz

NAMPULA



Agência de Nampula

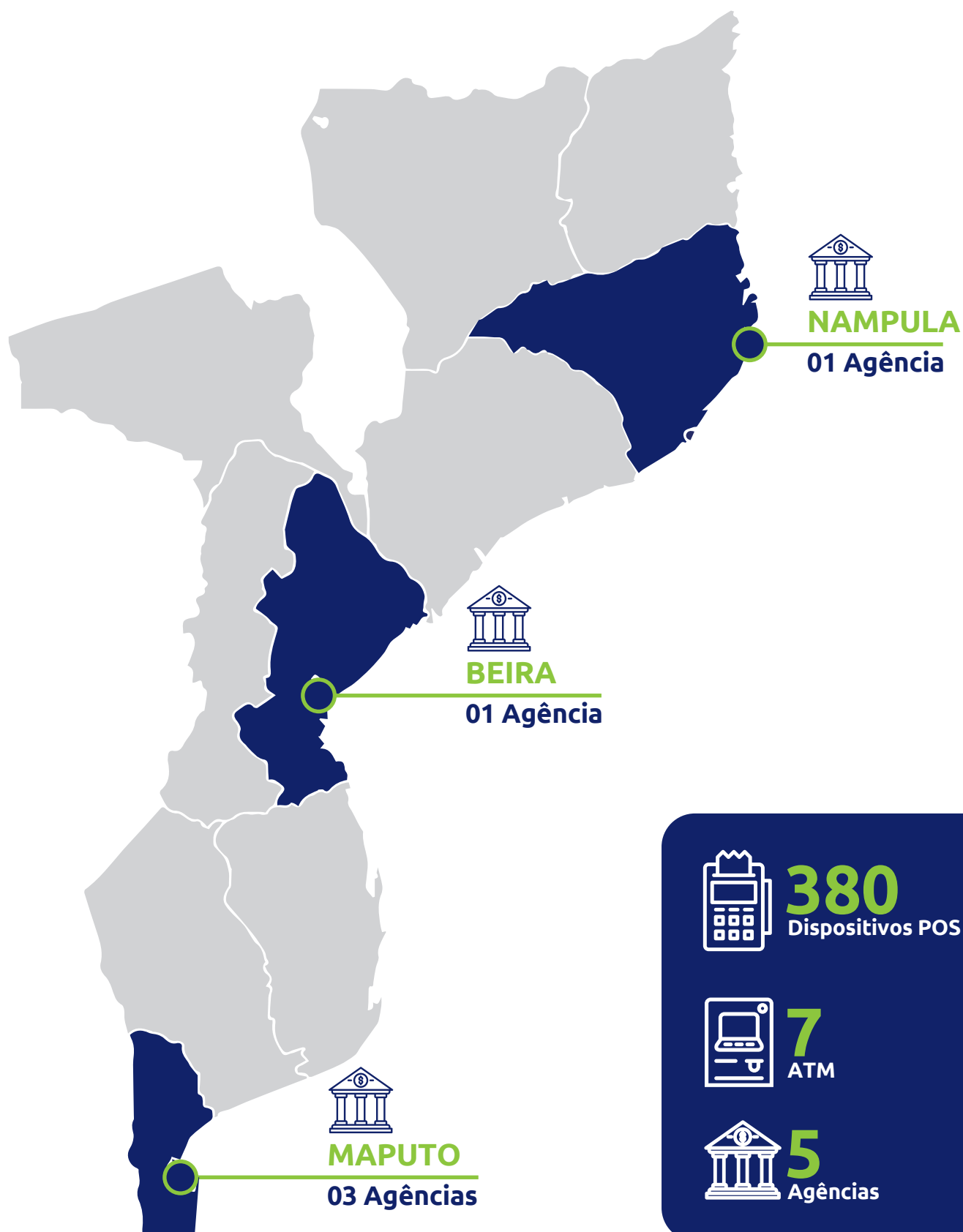
Cruzamento entre Av. Paulo Samuel

Kankhomba e Rua Monomotapa, no Centro

do Posto Administrativo Urbano de Nampula

Tel: (+258) 26 212424

Email: agencia.nampula@firstcapitalbank.co.mz





MEIOS DE PAGAMENTO

POS



Número de POS



Transações em POS



Valor total transaccionado em POS



ATM



Número de ATM



Número de cartões de débito activos



O First Capital Bank destaca-se pelo compromisso em tornar as transacções financeiras mais acessíveis e eficientes aos seus clientes. Para isso, tem investido de forma significativa na expansão dos terminais de pagamento (POS), registando um crescimento constante no volume de operações realizadas através desta plataforma. Este esforço tem contribuído para simplificar o pagamento de bens e serviços em todo o país.

O Banco continua a apostar em soluções inovadoras de pagamento electrónico, com o objectivo de oferecer uma experiência bancária mais prática e económica, garantindo aos seus clientes maior facilidade e conveniência nas suas transacções diárias.



A NOSSA HISTÓRIA

O First Capital Bank S.A. deu início às suas operações em Moçambique em Julho de 2013 ao assumir as actividades do International Commercial Bank (ICB). Inicialmente conhecido como Capital Bank S.A., o banco passou por um processo de redefinição de marca em 2018, sendo oficialmente renomeado para First Capital Bank S.A. em Julho de 2019. Durante os primeiros anos de actividade, o Banco efectuou alguns aumentos de capital com o objectivo de sustentar a expansão das suas operações.

Em Setembro de 2023, o First Capital Bank abriu mais uma agência, desta vez na província de Sofala, na cidade da Beira, reforçando seu compromisso com o atendimento local e a expansão estratégica. Além disso, o banco celebrou com orgulho o marco significativo de completar 10 anos de existência em Moçambique, a 13 de Julho de 2023.

Actualmente, o Banco possui um capital social de MZN 1.700.000.000 e fundos próprios no montante de MZN 4.160.968.061, reflectindo a incorporação dos resultados positivos registados nos últimos anos. A gestão do Banco demonstra confiança no futuro, implementando acções estratégicas que visam assegurar um crescimento sustentável e o reforço da marca First Capital Bank, com a expectativa de um aumento da base de clientes e da actividade comercial.

O Grupo First Capital Bank mantém uma presença sólida noutros países da África Subsaariana, sendo o banco comercial líder no Malawi e apresentando crescimento contínuo em países como Botsuana, Zâmbia e Zimbabué. Essa expansão visa atender às necessidades bancárias transfronteiriças, criando sinergias benéficas para clientes e empresas em diversas actividades na região.



CRONOGRAMA



¹No primeiro trimestre de 2019, a posição maioritária do First Capital Bank plc (Malawi) foi transferida para FMB Capital Holdings plc, pelo que o Grupo a partir dessa data utiliza essa designação



O GRUPO FIRST CAPITAL BANK

Fundado em 1995, o Grupo tem um histórico sólido de estabilidade e crescimento financeiro, consolidando-se como uma instituição de referência na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

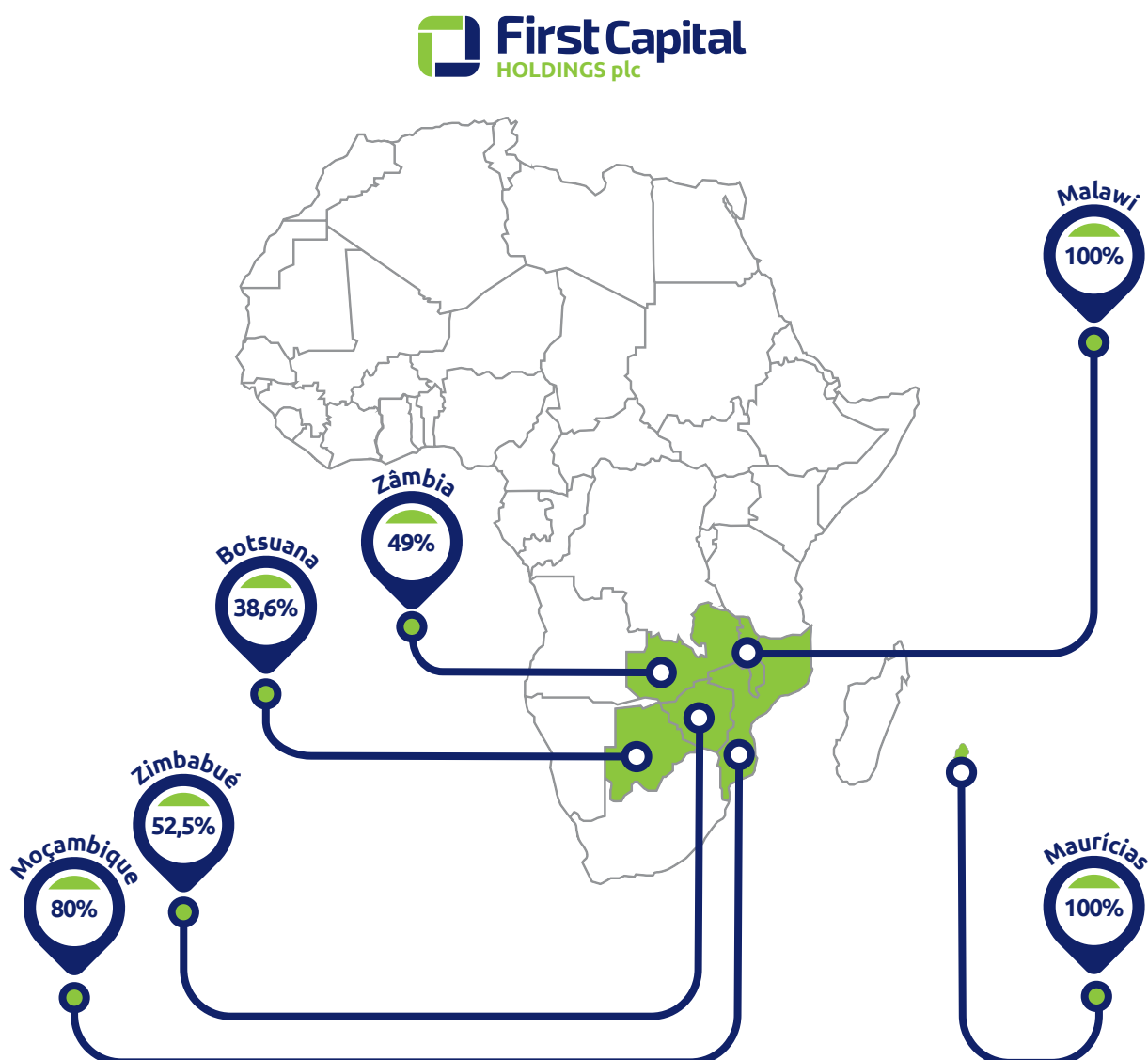
Através das suas subsidiárias operacionais em cinco mercados da SADC – Botswana, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue – e com um Centro de Serviços Partilhados de Tecnologia de Informação e Operações nas Maurícias, o FMBcapital Holdings Plc oferece soluções bancárias e financeiras inovadoras, adaptadas às necessidades dos seus clientes.

Com um total de activos superior a 2 mil milhões de dólares, mais de 1.900 colaboradores e um compromisso contínuo com a excelência, o Grupo tem desempenhado um papel fundamental no sector financeiro da região.

Os resultados alcançados no final de 2024 demonstram um crescimento notável, sucedendo a um já impressionante desempenho em 2023, ano em que o Grupo registou um lucro após impostos de 19,2 milhões de dólares. Em 2024, foi reportado um lucro líquido de 103,5 milhões de dólares, um aumento de 13% face ao mesmo período do ano anterior (lucro líquido em 2023: 91,7 milhões de dólares).

Olhando para o futuro, o Grupo mantém o seu compromisso com a execução das suas prioridades estratégicas, assegurando um crescimento sustentável e de longo prazo. Estas prioridades incluem o reforço do valor da marca First Capital junto de clientes novos e existentes, a expansão da base de clientes activos e o contínuo desenvolvimento do seu capital humano.

Actualmente, a estrutura do Grupo é composta pelas percentagens presentes na imagem.





Cotado na Bolsa de Valores

A FBM Capital Holdings, com sua sede nas Ilhas Maurícias, é uma entidade listada na Bolsa de Valores do Malawi. De forma independente, o First Capital Bank do Zimbabwe também tem sua cotação na bolsa de valores.

Parcerias Trade

O First Capital Bank mantém relações sólidas e parcerias estratégicas com instituições de renome tais como, a *International Finance Corporation*, o Afreximbank, o TDB – *The Eastern and Southern African Trade & Development Bank*, o *Crown Agents Bank* e a Proparco - *Groupe Agence Française de Développement* e entre outras organizações globais líderes no financiamento ao desenvolvimento.

Além das parcerias directas, o First Capital Bank também beneficia de linhas de crédito disponibilizadas pelo Grupo, que permitem oferecer suporte aos clientes, nomeadamente a clientes com negócios na África Austral, uma região onde o Grupo possui uma presença consolidada e significativa.

O First Capital Bank está empenhado em procurar, de forma contínua, novas parcerias que estejam alinhadas com os seus valores e objectivos estratégicos, com o intuito de promover o desenvolvimento local e gerar valor para os seus accionistas.

Parcerias Correspondentes:



Parceiros:





FOCO ESTRATÉGICO

Impulsionado pelas transformações estratégicas implementadas nos últimos dezoito meses, o Banco tem registado um crescimento consistente nos seus resultados, consolidando a sua sustentabilidade e reafirmando o compromisso com a excelência no atendimento ao cliente.

A previsão para os próximos anos mantém esta tendência positiva, impulsionada pela dedicação da gestão e pelo fortalecimento da estratégia em curso.

Anossa abordagem foca-se na aquisição e retenção de clientes, na optimização de recursos, no investimento em áreas estratégicas e na inovação contínua das soluções disponibilizadas. Além disso, concentramos esforços em sectores-chave da economia, assegurando um impacto significativo e sustentável.

Face às mudanças no mercado e aos investimentos estratégicos realizados, a nossa actuação é guiada por princípios que garantem eficiência, reputação e crescimento contínuo:



Crescimento sustentável suportado pelo apoio incondicional dos nossos accionistas.



Abordagem de mercado diferenciada com uma perspectiva centralizada no Cliente.



Cultura orientada para a rentabilidade do banco e consequente retorno do investimento dos accionistas.



Proactividade e dinamismo da força de vendas



Posicionamento regional e reforço de sinergias para os nossos clientes da região onde o First Capital Bank está presente.



Depósito de clientes e gestão de tesouraria eficiente, aproveitando as novas e eficientes funcionalidades mais cómodas para os nossos clientes.



Cultura enraizada na inovação no que concerne à criação de valor para os clientes com a actualização constante e optimização das operações de negócios.



Foco em sectores com potencial e que dinamizam o crescimento económico.



Notoriedade da marca do Banco, promove um papel mais activo na sociedade e na comunidade.



Inovação dos nossos canais electrónicos e integração contínua dos Sistemas de informação do Grupo.

MARCA / ACÇÕES / RESPONSABILIDADE SOCIAL

O *rebranding* do First Capital Bank em 2019 representou um marco estratégico para a instituição, assinalando uma evolução no seu posicionamento e uma abordagem regional mais ampla. O principal objectivo foi fortalecer a presença da marca tanto a nível local como regional, consolidando a sua identidade sob uma denominação comum a todas as subsidiárias do grupo: First Capital Bank.

Esta renovação reflectiu uma estratégia mais dinâmica e inovadora, focada na eficiência e no crescimento sustentável. A transição permitiu ao banco atrair uma base mais diversificada de clientes e demonstrar a sua capacidade de adaptação às constantes mudanças do mercado.

Além da nova identidade visual e do reforço da presença no sector financeiro, o *rebranding* veio acompanhado de um compromisso reforçado com a responsabilidade social. O First Capital Bank sempre demonstrou um envolvimento ativo nas comunidades onde opera, apoiando iniciativas ambientais, educacionais e sociais, reforçando o seu papel como um agente de impacto positivo.

LANÇAMENTO INTERNO DOS NOVOS VALORES DA MARCA

Em Abril, o banco lançou os seus novos valores corporativos, reafirmando a ambição de fortalecer a marca e a cultura organizacional. Este marco reflecte o nosso compromisso em impulsionar o crescimento sustentável do negócio e cumprir a nossa missão de construir uma instituição sólida e duradoura.

Para assinalar este momento, foram realizadas uma série de acções internas ao longo do ano, incluindo acções de lançamento de cada um dos valores, campanhas de comunicação internas, sessões de sensibilização e iniciativas envolvendo os colaboradores. Estas acções tiveram como objectivo reforçar a adopção dos novos valores, fortalecer a identidade da marca e consolidar uma cultura organizacional alinhada com a visão de futuro do banco.



Outro pilar essencial desta transformação foi o investimento numa equipa de *Marketing* mais robusta e profissionalizada, garantindo uma presença de marca mais forte e consistente. A criação da função de *Brand Manager* a nível do Grupo veio reforçar a estratégia de posicionamento da marca, assegurando coerência e alinhamento em todas as subsidiárias.

Mais do que uma simples mudança de imagem, esta transformação representou a redefinição da identidade do First Capital Bank, alinhando os seus valores e visão com um posicionamento mais forte, integrado e sustentável no panorama financeiro regional.

Em 2024, um marco importante tomou conta das nossas iniciativas internas de fortalecimento da marca: o lançamento dos novos valores do banco. Através de eventos e acções internas, reforçámos a nossa visão e o compromisso com a excelência alinhando a nossa marca a inovação e ética, valores que definem a nossa operação.

Porque o compromisso do First Capital Bank vai além dos serviços financeiros – acreditamos no impacto positivo que podemos gerar nas comunidades onde operamos. Através das nossas iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa (CSR), promovemos acções que impulsionam o desenvolvimento sustentável, apoiam a educação, fortalecem a inclusão social e contribuem para a preservação do meio ambiente. Estas iniciativas reflectem também o nosso compromisso em criar um futuro melhor, alinhado com os nossos valores e com a nossa missão de servir com propósito.





DIA DA MULHER MOÇAMBICANA

Realizámos uma campanha interna de angariação de donativos alusiva à comemoração do Dia da Mulher Moçambicana, uma iniciativa teve como objectivo principal oferecer apoio às mulheres carenciadas nas regiões do país onde o banco tem as suas agências.

Durante a campanha, os colaboradores do banco demonstraram um forte espírito de solidariedade e generosidade, contribuindo com alimentos não perecíveis, produtos de higiene pessoal, roupas e outros itens essenciais, donativos estes que foram distribuídos a mulheres carenciadas apoiadas pela Plataforma MAKOBO em Maputo, Centro Corrane em Nampula e NAFES na Beira.





RENOVAÇÃO DO CAMPO DESPORTIVO DA ESCOLA FRANCISCO MANYANGA

A renovação do campo desportivo da Escola Francisco Manyanga envolveu a modernização e melhoria das instalações para proporcionar um espaço mais seguro e funcional para os alunos. O projecto incluiu a renovação do piso das áreas de jogo, a instalação de novos equipamentos desportivos e a melhoria da iluminação e das áreas de assentos. Esta iniciativa teve como objectivo aprimorar a experiência desportiva dos estudantes e incentivar a prática de actividade física num ambiente bem cuidado.





FÓRUM ECONÓMICO

Organizámos um Fórum Económico exclusivo para clientes, abordando dois temas de grande relevância no actual contexto económico da altura: “Mercado Cambial e Perspectivas Económicas” e “Impacto das Reservas Obrigatórias e Oportunidades”.

Este evento foi concebido para proporcionar uma plataforma de discussão e partilha de conhecimentos, permitindo aos participantes obter perspectivas estratégicas sobre questões económicas fundamentais para o sector financeiro e empresarial em Moçambique. A iniciativa reforça o compromisso do banco em apoiar os seus clientes com informação qualificada, promovendo um ambiente favorável à tomada de decisões informadas e ao crescimento sustentável dos negócios.



CELEBRAÇÃO DO DIA DA CRIANÇA E DIA DA CRIANÇA AFRICANA

Em comemoração ao Dia Internacional da Criança e ao Dia da Criança Africana, o First Capital Bank Moçambique realizou acções de CSR nas suas agências de Maputo, Beira e Nampula.

As actividades, realizadas em parceria com o Projecto Esperança Moçambique em Maputo e Beira e com o Mosteiro Mãe de Deus - Lar da Nazaré em Nampula, tiveram a participação entusiástica dos colaboradores do banco. As crianças desfrutaram de brincadeiras com palhaços, mascotes, música e um momento de Educação Financeira com a leitura do livro (editado pelo próprio banco) sobre Khensane, o menino que abriu sua primeira conta bancária aos 5 anos, começando desde cedo a poupar.



DIA MUNDIAL DO DADOR DE SANGUE

Em celebração do Dia Mundial do Dador de Sangue, organizámos uma campanha de doação de sangue em coordenação com o Banco de Sangue do Hospital Central de Maputo. A iniciativa contou com a participação de colegas e do público em geral.



DIA MUNDIAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Para celebrar o Dia Mundial da Conservação da Natureza, o First Capital Bank, em parceria com a Cooperativa Educação Ambiental Repensar realizou uma acção de Responsabilidade Social promovendo a limpeza de praias em Maputo e na Beira, em extensões de 2km de praia em cada cidade.

Em Nampula foi realizada a mesma acção, mas promovendo a limpeza das ruas da cidade de Nampula. No troço entre ADEMO e Mercado do Matadouro.

Em todas as localidades, os voluntários do First Capital Bank Moçambique e da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar recolheram sacos de lixo (50kg/cada) de resíduos sólidos, que incluíam garrafas de vidro, latas de refrigerante, esferovite, garrafas PET, tampinhas, entre outro lixo comum.



MÊS DA PREVENÇÃO CONTRA O SUICÍDIO

No mês de Setembro, os colaboradores do First Capital Bank Moçambique uniram-se à causa do Mês de Prevenção ao Suicídio e, numa sexta-feira do mês - 20 de Setembro de 2024, a sede e as agências do banco vestiram-se de AMARELO em sinal de apoio e sensibilização para esta importante causa.

Ao longo do dia, diversas mensagens foram partilhadas nas nossas redes sociais, promovendo a consciencialização e incentivando o diálogo sobre a saúde mental. A iniciativa teve uma repercussão significativa, gerando um forte sentimento de solidariedade e reforçando o nosso compromisso com o bem-estar da comunidade.

A participação de todos os que “pintaram o banco de amarelo” fez toda a diferença!



SEMANA DO SERVIÇO AO CLIENTE

Celebrámos a Semana do Atendimento ao Cliente com as nossas agências em festa, decoradas em verde e azul para receber com alegria quem confia em nós.

Oferecemos a todos os que nos visitaram, pequenos brindes como gesto de agradecimento pela preferência e confiança nos nossos serviços, mostrando aos nossos clientes que são sempre bem-vindos ao nosso banco.



MÊS DA PREVENÇÃO CONTRA O CANCRO DA MAMA

Neste mês de Outubro, os colaboradores do First Capital Bank Moçambique uniram-se à causa do Outubro Rosa e vestiram-se de ROSA! Este gesto simboliza o nosso compromisso com a consciencialização para a prevenção do cancro da mama, reforçando a importância da detecção precoce e da sensibilização sobre esta doença.

Além disso, em parceria com a Casa Rosa, promovemos internamente, ao longo do mês, uma exposição fotográfica impactante de mulheres que foram vítimas do cancro da mama, partilhando as suas histórias de superação e resiliência.



LITERACIA FINANCEIRA NAS ESCOLAS

No âmbito do Dia Mundial da Poupança, reafirmamos o nosso compromisso em educar as novas gerações sobre a importância da poupança.

Em parceria com a Pronwana Associação, oferecemos livros que contam a história de Khensane, o menino que abriu a sua primeira conta bancária aos 5 anos. Acreditamos que cada exemplar inspirará os jovens a iniciar a sua própria jornada de poupança.

Entre Julho e Setembro foram entregues e distribuídos 1.000 exemplares a três escolas primárias. No mês de Outubro, foram entregues mais 300 unidades que seguiram à EPC Sigadela, localizada no município de Marracuene.

Esta iniciativa não só promove a literacia financeira, mas também fortalece a comunidade, proporcionando às crianças ferramentas necessárias para tomar decisões conscientes ao longo das suas vidas.



ASSINATURA DO CONTRATO DA NOVA SEDE DO BANCO

Num momento marcante para o crescimento e consolidação do First Capital Bank, realizou-se a cerimónia de assinatura do contrato para a aquisição do terreno e construção do imóvel que será a futura sede do Banco. Este passo estratégico reforça o nosso compromisso com a expansão e modernização das nossas operações, proporcionando uma infraestrutura que reflecte a nossa visão de inovação, excelência e crescimento sustentável.



FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL PARA JOVENS

Juntamente com a Associação MAKOBO, o banco financiou formação técnica e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade em diversas áreas, com o objectivo de melhorar a sua renda pessoal e a das suas famílias. Entre as formações apoiadas, destaca-se o curso de corte, modelagem e costura, cujo objectivo era proporcionar oportunidades reais de capacitação e inclusão económica.





**First
Capital**
BANK

**O banco que gere o
seu futuro financeiro
com confiança**



Primeiro, acreditar.



CORPORATE GOVERNANCE



ESTRUTURA ACCIONISTA

O First Capital Bank SA começou a operar em Moçambique em Julho de 2013, quando assumiu as operações do *International Commercial Bank*. O First Capital Bank SA é propriedade conjunta do FMBcapital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros accionistas estrangeiros.

O First Capital Bank apresenta a seguinte estrutura accionista:

Accionista	Percentagem de Acções	Participação no capital social
FMB Capital Holding, Plc	80%	1.360.000.000
Premier Capital	15%	255.000.000
Prime Bank	5%	85.000.000
	100%	1.700.000.000

ÓRGÃOS SOCIAIS

A implementação bem-sucedida da estratégia de crescimento sustentável do banco é possível devido a um Conselho de Administração experiente e eficiente. O First Capital Bank é liderado por um Conselho de Administração que compreende administradores executivos e não executivos, especialistas em diferentes áreas essenciais à actividade bancária, com competências e conhecimentos-chave para levar a cabo a sua responsabilidade final de administração e supervisão geral da organização.

O Banco opera dentro de uma estrutura de governação claramente definida, que prevê delegação de autoridades através de linhas transparentes de responsabilidade.

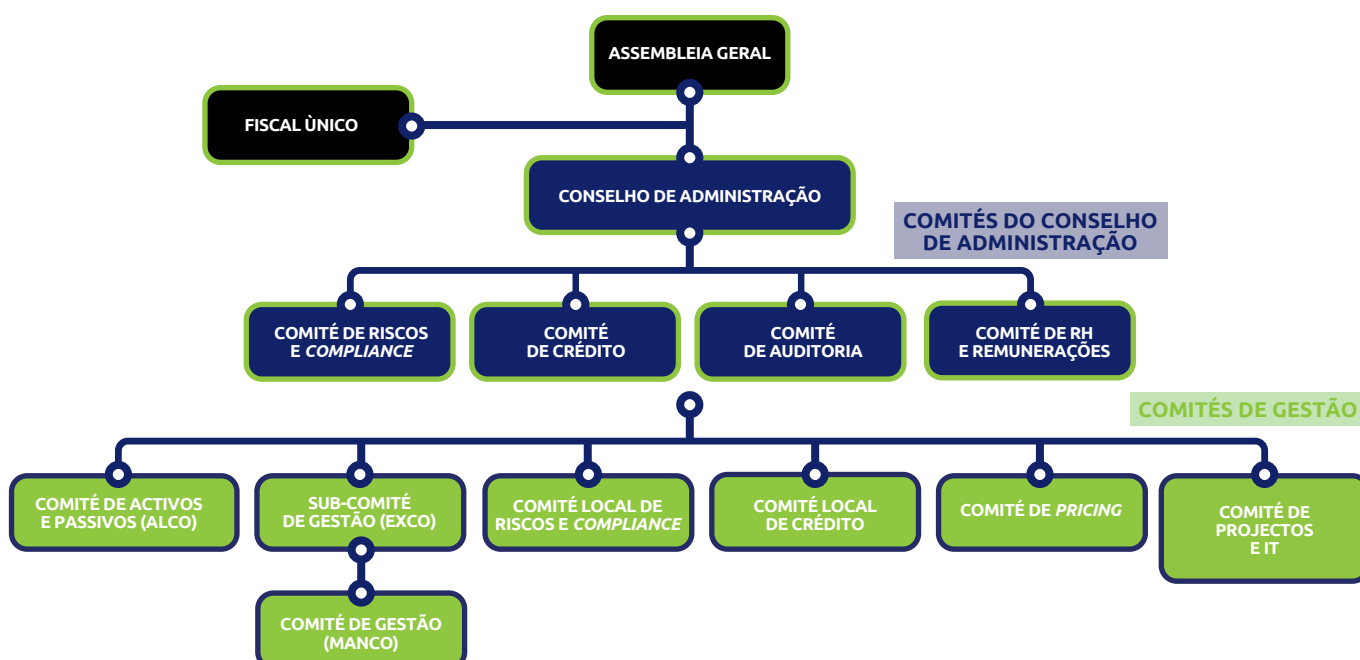
Os administradores, supervisionados pelo Fiscal Único, são suportados por uma linha de Comitês que garantem a conformidade, supervisionam, monitorizam, aconselham e regulam a gestão. Esses comitês orientam as decisões dos

Comitês de Gestão que gerem a actividade de forma mais próxima, integrada e regular, e garantem a fluidez do negócio e da actividade geral do Banco.

A estrutura de governação do Banco vai sofrendo alterações de forma a acompanhar o crescimento do mesmo em termos de equipa e operações, de modo a manter-se eficiente e garantir linhas de reporte claras e um curto espaço de tempo entre a tomada de decisão e a sua operacionalização real.

Com vista a prestar apoio aos órgãos sociais, foi instituída a figura de secretário da sociedade, cuja actividade consiste em auxiliar sobretudo a Assembleia Geral, Conselho de Administração e respectivos Comitês, Fiscal Único e Administrador-Delegado, no exercício dos respectivos mandatos, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, com os Estatutos e com os regulamentos internos.

O Banco conta com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria das suas demonstrações financeiras individuais, cuja nomeação é deliberada em Assembleia Geral.



ASSEMBLEIA GERAL

Órgão supremo da sociedade. Reúne-se com uma periodicidade média anual e detém em si, essencialmente as seguintes competências:

- Deliberar sobre o balanço, o relatório do conselho de administração e do fiscal único referentes ao exercício;
- Aprovar as contas do exercício;
- Deliberar sobre a aplicação de resultados.



Hitesh Anadkat

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho de Administração

Hitesh Anadkat detém um MBA pela Universidade de Cornell e uma Licenciatura em Economia pela Universidade de Londres. Antes de regressar ao Malawi para fundar o First Merchant Bank, trabalhou numa empresa financeira nos EUA, tendo-se especializado em fusões, aquisições e avaliações. Foi administrador em quatro bancos comerciais e em diversos sectores da economia do Malawi, principalmente na área das telecomunicações, indústria e imobiliário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão executivo que exerce os mais amplos poderes de gestão do Banco, representa o Banco activa ou passivamente, em juízo ou fora dele, e executa tarefas que visam a realização do objecto social.

O Conselho de Administração do Banco reúne-se com uma periodicidade trimestral para deliberar sobre os mais variados assuntos.



João Rodrigues

Administrador Delegado

É Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, com especialização em Finanças pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de Lisboa e possui mais de 20 anos de experiência profissional em auditoria interna e externa em diferentes geografias do continente europeu e africano, incluindo 16 anos no sector Bancário. Juntou-se ao Grupo FMBCH em 2018 para assumir a função de Director de Auditoria Interna do Grupo, tendo em Outubro de 2021 assumido a função de Administrador Delegado.



José Manuel Caldeira

Administrador Não Executivo Independente

Membro fundador da Ordem dos Advogados de Moçambique. Membro do Conselho Científico da Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos (ANJUR). Cônsul honorário da Islândia em Maputo. Responsável por serviços de consultoria jurídica em várias áreas, incluindo assessoria jurídica ao Governo Moçambicano. Tem uma vasta experiência na reforma institucional do sector público moçambicano, incluindo o sector jurídico e outras instituições.

**Bantwal Prabhu***Administrador Não Executivo Independente*

Membro fundador do Conselho Empresarial Indiano e da Associação Cultural Indiana. Ele é graduado em Comércio pela Mysore University, Índia. Concluiu o Exame Intermediário do Instituto Indiano de Revisores Oficiais de Contas da Índia e é auditor certificado registado na OCAM (Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique).

Bantwal trabalhou na Grant Thornton Moçambique como sócio-gerente por 10 anos e tem mais de 30 anos de experiência em contabilidade e auditoria.

**Paula Duarte Rocha***Administradora Não Executiva Independente*

É advogada e está inscrita no Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação de Moçambique (CACM) como árbitro. Foi Relatora Nacional para assuntos fiscais em Moçambique para Internacional Bar Association (IBA), Presidente da Comissão Nacional de Estágio e Exame de Acesso da Ordem dos Advogados de Moçambique e membro do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados de Moçambique. Possui larga experiência em transacções internacionais na área de bancário e financiamento de projectos, e em assuntos regulatórios.

**Carlos Manuel Lopes Henriques***Administrador Não Executivo Independente*

Bacharel em ciências veterinárias, participou num Programa Executivo Avançado da School of Business Leadership da UNISA. Foi membro do Conselho de várias grandes empresas comerciais em Moçambique, como LONRHO e MOZFOODS, onde também foi CEO. Fundador e ex-presidente da Associação do Algodão de Moçambique, ex-presidente da ACIS, a maior associação empresarial do país e membro do comité de gestão do CTA, a Confederação de Câmaras de Comércio de Moçambique.

**Vijay Kantaria***Administrador Não Executivo*

Graduado da Universidade de Nottingham, Reino Unido, e tem um mestrado em Administração de Empresas da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul. Iniciou sua carreira na Merrill Lynch International, no Reino Unido. Em 2008, ingressou na Renaissance Capital, em Nairobi, Quênia, como Associado Sénior. Em 2010, ingressou na Old Mutual Kenya como Director Geral, Chefe de Private Wealth e Stock Broker. Actualmente, ocupa o cargo de Director de Desenvolvimento de Negócios no Prime Bank Ltd, Quênia, onde é responsável pela liderança geral e gestão de Marketing e Negócios.



António de Sousa

Administrador Não Executivo Independente

Licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade Eduardo Mondlane, trabalhou na área das Telecomunicações durante 35 anos onde ocupou vários cargos em empresas nacionais, nomeadamente Conselho de Administração Executivo, CMO e CIO da Telecomunicações de Moçambique, Conselho de Administração Executivo e COO da Mcel e Gerente Geral da Teledata. É membro da Ordem dos Engenheiros de Moçambique, ex-Presidente da Comissão de Trabalho da CTA (Confederação da Associação Privada) e Presidente da Associação dos Directores de Insolvência de Moçambique - AMAIN.



Mamudo Ibraimo

Administrador Não Executivo Independente

Bacharel e Mestrado em Gestão Financeira pela University of Technology Sydney, possui 35 anos de experiência na indústria de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com mais de 18 anos em gestão sénior e em cargos de Administração em empresas de médio e grande porte na indústria tecnológica. Possui conhecimentos comprovados em gestão de negócios e nas áreas operacional, comercial, finanças e recursos humanos.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é o órgão ao qual compete a fiscalização da actividade do Conselho de Administração no âmbito da gestão dos negócios da sociedade e tem os seguintes objectivos:

- Fiscalizar os actos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Examinar e opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;
- Analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações contabilísticas elaboradas pela sociedade.

FISCAL ÚNICO

- Forvis Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados, Lda.

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE RISCO E COMPLIANCE

O Comité de Risco e Compliance é um sub-comité do Conselho de Administração que reporta directamente a este e reúne trimestralmente. Composto por três membros, tem como principais objectivos:

- Supervisionar a tolerância ao risco do Banco, identificando potenciais riscos e volatilidade do Banco perante a sua exposição;

- Assistir o Conselho de Administração em matérias de estratégia e políticas de gestão de risco, gestão de risco de capital, liquidez, crédito e mercado – planeamento de acções de melhoria e mitigação dos riscos identificados, desenvolvimento de sistemas de controlo interno, desenvolvimento de políticas e procedimentos para monitorização dos riscos e, supervisão prudencial.

MEMBROS

- Paula Duarte Rocha - Presidente
- Mamudo Ibraimo - Membro
- Carlos Henriques - Membro

COMITÉ DE CRÉDITO

O Comité de Crédito é um sub-comité do Conselho de Administração, que reporta directamente a este. É composto por três membros, que se reúnem de forma trimestral, com a responsabilidade de apoiar o Conselho de Administração no cumprimento das suas atribuições de modo a garantir que as transacções de crédito são executadas de acordo com as políticas internas e normas regulamentares vigentes em Moçambique. Este comité tem a responsabilidade global de avaliar a qualidade da carteira de crédito (incluindo créditos financeiros, créditos por assinatura, colaterais, etc.). As suas responsabilidades específicas incluem:

- Ratificação dos termos e condições de todas as facilidades de crédito aprovadas pela gestão executiva;
- Aprovação de todas as facilidades de crédito acima dos limites de decisão da gestão executiva;
- Acompanhamento dos créditos irregulares e acções de recuperação dos créditos com incumprimento;
- Decisão de níveis apropriados de provisionamento da carteira quando necessário.



MEMBROS

- Carlos Henriques - Presidente
- António de Sousa - Membro
- Vijay Kantaria - Membro

COMITÉ DE AUDITORIA

O Comité de Auditoria é um sub-comité do Conselho de Administração, com três membros, que se reúne trimestralmente, com a responsabilidade que se centra em apoiar o Conselho de Administração no cumprimento das seguintes tarefas:

- Garantir a integridade das demonstrações financeiras;
- Conformidade do Banco com requisitos regulamentares;
- Sistema de controlo interno do Banco de forma a gerir os riscos inerentes às operações do Banco;
- Desempenho da Auditoria externa e interna.

MEMBROS

- Bantwal Prabhu - Presidente
- Mamudo Ibraimo - Membro
- Vijay Kantaria – Membro

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES E DE RECURSOS HUMANOS

Este comité é um sub-comité do Conselho de Administração, que se reúne trimestralmente, com a responsabilidade de nomear as pessoas para os cargos de direcção e aprovar as condições de remuneração. O comité também aprova todas as políticas e estratégias de gestão de recursos humanos.

MEMBROS

- Hitesh Anadkat - Presidente
- António de Sousa - Membro
- José Caldeira - Membro

COMITÉS DE GESTÃO

COMITÉ EXECUTIVO (EXCO)

O comité reúne-se com periodicidade quinzenal, e reporta directamente ao Administrador-Delegado.

O comité de gestão tem a função de acompanhar a evolução de toda a actividade do Banco, principais constrangimentos, desafios e oportunidades, actuando como um fórum importante na gestão dos assuntos da actividade da instituição.

COMITÉ DE GESTÃO (MANCO)

O comité reúne-se com periodicidade mensal, e reporta directamente ao Administrador-Delegado.

O comité de gestão tem a função de acompanhar a evolução de toda a actividade do Banco, principais constrangimentos, desafios e oportunidades, actuando como um fórum importante na gestão dos assuntos da actividade da instituição.

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALCO)

O comité reúne-se com periodicidade mensal, e reporta directamente ao Administrador-Delegado.

O principal objectivo do ALCO é avaliar o equilíbrio de balanço em termos de perfil de maturidade, custo de *funding* e exposição ao risco de liquidez.

O ALCO procura gerir os riscos de forma a minimizar a volatilidade da margem financeira e protecção do valor económico do Banco a longo prazo. O comité também monitora a adequação de capital do Banco.

As principais responsabilidades do ALCO incluem:

- Definir linhas de orientação para definir o preço de activos e passivos;
- Estabelecer limites de liquidez, risco de taxa de câmbio e taxa de juro;
- Desenvolver um plano de contingência para responder a cenários de crise de liquidez (*funding*).

COMITÉ LOCAL DE RISCO

O comité reúne-se com periodicidade mensal e reporta directamente ao Administrador-Delegado.

O comité de risco tem como principais funções:

- Identificar, avaliar, mensurar e reportar os riscos da instituição (risco de crédito, risco operacional, *compliance*, reputação e outros riscos);
- Rever a gestão estratégica de risco do Banco.

COMITÉ LOCAL DE CRÉDITO

Este comité reúne-se com periodicidade semanal e reporta ao Administrador-Delegado.

O Comité de Crédito tem a função de acompanhar a evolução de toda a carteira do Banco, principais constrangimentos, desafios e oportunidades e análise das propostas de crédito submetidas para aprovação.

COMITÉ LOCAL DE COMPLIANCE

O Comité de *Compliance* tem a função de alinhar os processos do Banco e assegurar o cumprimento de leis, regulamentos, normas e procedimentos internos, por meio de um ambiente de controlo eficaz, além de preservar a boa reputação do Banco.

COMITÉ DE PRICING

Este comité reúne-se com periodicidade trimestral e reporta ao Administrador-Delegado.

O Comité de *Pricing* tem a função de acompanhar as novas tendências no Mercado, bem como garantir que o preço do Banco é aplicado em consonância com a estratégia do Banco.

Inclui ainda uma componente para aprovação de novos produtos bem como de garantir que toda a regulamentação sobre preço é devidamente cumprida.

COMITÉ DE PROJECTOS E IT

Este comité reúne-se a cada seis semanas, tendo como principal função monitorizar os desenvolvimentos solicitados à Direcção de Tecnologia de Informação, fazendo o alinhamento da capacidade do IT com os pedidos de negócio, permitindo maior controle sobre os desenvolvimentos em carteira. Tem como objectivo garantir que são atendidas as prioridades estratégicas do Banco em matéria de IT, fornecer ponto situação e controlo das iniciativas em curso na Direcção, garantir o alinhamento entre os projectos e visibilidade sobre o portfolio e ultrapassar constrangimentos na gestão corrente de IT (priorização).

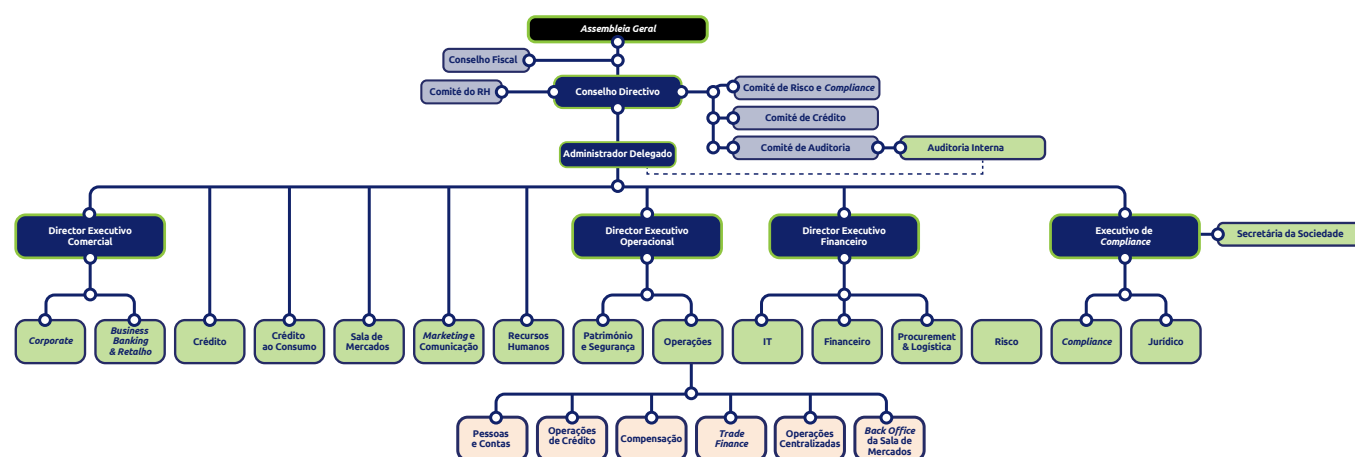


ESTRUTURA ORGÂNICA

O Banco encontra-se actualmente a reestruturar a sua governação interna, num passo estratégico para acompanhar o crescimento significativo da equipa e das operações.

Esta reorganização visa assegurar uma maior eficiência, clarificar os canais de reporte e encurtar o tempo entre a decisão e a sua execução.

Com estas mudanças, pretendemos reforçar a agilidade da organização e garantir uma resposta mais eficaz aos desafios do mercado, assegurando a continuidade do nosso percurso de sucesso.



PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

SUMÁRIO

O Comité de Auditoria, com o mandato aprovado pelo Conselho de Administração, emite o presente parecer relativo ao exercício económico, findo em 31 de Dezembro de 2024, do First Capital Bank - Moçambique.

Ao longo do exercício económico de 2024, em conformidade com as directrizes do seu mandato, o Comité de Auditoria, reuniu-se 4 vezes, com a participação do seu Presidente e dos restantes membros do Comité, bem como do Director de Auditoria Interna do Grupo, da Directora de Auditoria Interna do First Capital Bank - Moçambique, Auditores Externos e outros membros da gestão, tendo assegurado o reporte periódico das suas actividades ao Conselho de Administração.

ACTIVIDADES

Em cumprimento das suas responsabilidades durante o exercício económico de 2024, o Comité abordou matérias relacionadas com a nomeação e aprovação dos honorários da Auditoria Externa, assim como assegurou o devido acompanhamento das suas actividades; reviu as demonstrações financeiras; aprovou o Plano de Auditoria Interna e assegurou o devido acompanhamento dos seus reportes e monitoria das constatações em aberto assim como o desempenho e efectividade da função de Auditoria Interna; e assegurou a monitoria do nível de cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, seja dos definidos pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro, Lei das Instituições Financeiras, bem como pelos diferentes avisos emitidos pelo Banco de Moçambique e outra legislação aplicável à actividade bancária.

NOMES E QUALIFICAÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÉ

O Comité de Auditoria é actualmente composto pelos seguintes Administradores Não Executivos Independentes - Bantwal S. Prabhu; Vijay Kantaria; Mamudo Ibraimo.

DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS SUAS RESPONSABILIDADES

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido com as suas obrigações legais e regulamentares, bem como as suas responsabilidades, nos termos definidos no mandato do Comité.

DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS SUAS RESPONSABILIDADES

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido com as suas obrigações legais e regulamentares, bem como as suas responsabilidades, nos termos definidos no mandato do Comité.

DECLARAÇÃO RELATIVA À RECOMENDAÇÃO OU NÃO DO RELATÓRIO ANUAL PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comité de Auditoria recomenda, para aprovação pelo Conselho de Administração, o relatório anual relativo ao exercício económico de 2024.

OPINIÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

Nos últimos 5 anos o Banco tem apresentado resultados financeiros robustos e que reflectem o crescimento consistente e sustentável do negócio. No último exercício económico, o Resultado Líquido ascendeu a 1,670 milhões de Meticals, que representa um aumento significativo face ao resultado de 1,225



milhões reportado em 2023. O crescimento esteve alicerçado no crescimento da sua carteira de clientes e da margem financeira, na diversificação da sua carteira de clientes exportadores e consequente acesso a moeda estrangeira, bem como no crescimento da sua carteira de trade finance e controlo rigoroso da qualidade da carteira de crédito.

Ao nível das demonstrações financeiras, destaca-se a variação na carteira de depósitos de clientes, que registou um crescimento de aproximadamente 84%, entre 2023 e 2024, passando de 10.928 milhões de Meticais para 20.133 milhões de Meticais, reflectindo o aumento da base de clientes. Em termos de investimentos, o Banco registou um aumento significativo da aplicação de liquidez disponível em Bilhetes do Tesouro, reflectindo-se no balanço de 31 de Dezembro de 2024 uma posição de 8.967 milhões de Meticais, em comparação com os 923 milhões de Meticais registados em 2023.

O Banco manteve o seu crescimento nas operações internacionais, como Garantias Bancárias e Cartas de Crédito, tendo esta última duplicado a sua posição face a 2023, atingindo 2.327 milhões de Meticais face aos 1.110 milhões de Meticais do ano anterior. Para apoiar esta linha de negócio, o Banco firmou acordos de programas de Trade com entidades internacionais, como a International Finance Corporation (IFC), *Trade and Development Bank* (TDB) e Proparco.

O crescimento do negócio em 2024 é ainda mais relevante num contexto de reservas obrigatórias em níveis historicamente elevados, fixadas em 39% para moeda nacional e 39,5% para moeda estrangeira, bem como um decréscimo das taxas de juro de referência (redução de 450 pontos base em 2024). Adicionalmente, não obstante a disrupção provocada pelos protestos pós-eleitorais no último trimestre, que resultou na paralisação da actividade económica e na vandalização de bens e propriedades ao nível do país, o Banco não registou perdas materiais ou desaceleração significativa da sua actividade. O Banco implementou medidas no âmbito do seu plano de continuidade de negócios, garantindo a manutenção das suas operações mesmo num contexto adverso.

Ao nível do sistema de governação e do ambiente de controlo interno, o First Capital Bank tem registado um crescimento qualitativo e robusto nos últimos anos, seja por via da criação, revisão e implementação de procedimentos, revisão da estrutura funcional e reforço das áreas de controlo, bem como ao nível dos controlos informáticos de cibersegurança. Adicionalmente, o Banco tem investido na implementação de sistemas para reduzir controlos manuais em diversas áreas, tendo implementado um novo sistema de Tesouraria em 2024 e estando em curso a adopção de uma nova aplicação para gestão da originação de crédito.

Por outro lado, considerando o Capital Humano como a base do negócio, reflectido inclusive como um dos factores críticos para o sucesso do Banco e com impacto directo no controlo interno, o Banco tem investido no reforço da sua equipa em todas as áreas, na formação e na disseminação dos seus valores. Como parte da estratégia de retenção de talentos, e na sequência do acordo celebrado em 2024, o Banco iniciará em 2025 a implementação do Fundo de Pensões.

Paralelamente, a área de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, é de crucial relevância para o Banco, razão pela qual as formações contínuas, envolvendo todos os colaboradores e administradores, têm sido reforçadas e melhoradas, assim como a utilização de sistemas de monitorização de clientes e transacções.

O Comité de Auditoria tem garantido o devido acompanhamento das actividades do Banco em conformidade com o seu mandato, reportando periodicamente ao Conselho de Administração. Em cumprimento do plano de auditoria para 2024, foram realizadas auditorias aos processos de negócio e áreas de suporte, as quais resultaram no levantamento de constatações, reportadas à gestão e ao Comité de Auditoria. Adicionalmente, foram realizados testes de vulnerabilidade com vista a identificar lacunas na segurança dos sistemas e mitigar os riscos de segurança cibernética. As constatações relacionadas com estas auditorias são objecto de acompanhamento por parte da gestão local com o suporte do Grupo, sendo reportadas de forma periódica ao Comité de Auditoria local assim como ao Comité de Auditoria do Grupo.

A prioridade da gestão na definição de procedimentos e controlos, no investimento em sistemas e no reforço do quadro de pessoal, consubstanciado na promoção de uma cultura de risco e controlo, tem contribuído para uma melhoria substancial do Sistema de Controlo Interno. O Comité de Auditoria reconhece a evolução positiva na adopção de um sistema de controlo interno robusto e recomenda ao Conselho de Administração, e em particular à Comissão Executiva, que mantenha como prioridade a consolidação do sistema de controlo interno e da governação corporativa, prosseguindo com a implementação e revisão dos manuais, políticas e procedimentos aplicáveis à actividade do Banco e com a adopção e disseminação de uma cultura de risco.

OS NOSSOS COLABORADORES SÃO O PILAR DO NOSSO SUCESSO

Os colaboradores do First Capital Bank são um factor crítico de sucesso fundamental para que possamos ir ao encontro dos padrões de atendimento de excelência esperados pelos nossos stakeholders, caracterizado pela proximidade, flexibilidade e rapidez na resposta, sempre com o objectivo de criar soluções personalizadas que acrescentem valor às necessidades dos nossos clientes.

Nos últimos anos, temos investido de forma consistente na capacitação, desenvolvimento, reconhecimento e evolução do nosso Capital Humano. Este compromisso visa alinhar o desenvolvimento de carreira dos nossos colaboradores com o crescimento do Banco, bem como promover a motivação, produtividade e a realização pessoal e profissional.

Para acompanhar o crescimento do negócio e assegurar uma distribuição equilibrada da carga de trabalho, reforçamos a contratação de talento, ajustada às necessidades específicas de cada departamento. Esta abordagem tem contribuído para um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo, simultaneamente, um atendimento eficiente e eficaz aos nossos clientes.

A cultura organizacional do First Capital Bank distingue-se pela comunicação aberta, aprendizagem contínua, diversidade, equidade de género, inclusão e reconhecimento contínuo. Para além disso, promovemos o bem-estar, a saúde e um ambiente de trabalho dinâmico e adaptável, valorizando o contributo de cada colaborador para os resultados alcançados.

Em 2024, o Banco implementou iniciativas internas e externas que reforçam os nossos valores organizacionais e reflectem a dinâmica do dia-a-dia, contribuindo para uma cultura e clima organizacional cada vez mais alinhado com os nossos objectivos estratégicos.

An aerial photograph of a city, likely Bogotá, Colombia, showing a dense urban landscape with numerous buildings and green spaces. The image is overlaid with a semi-transparent green filter. In the bottom right corner, there is a white L-shaped graphic element consisting of a horizontal line and a vertical line.

CAPITAL HUMANO



GESTÃO DE PESSOAS

OS NOSSOS COLABORADORES SÃO O PILAR DO NOSSO SUCESSO

Os colaboradores do First Capital Bank são um factor crítico de sucesso fundamental para que possamos ir ao encontro dos padrões de atendimento de excelência esperados pelos nossos stakeholders, caracterizado pela proximidade, flexibilidade e rapidez na resposta, sempre com o objectivo de criar soluções personalizadas que acrescentem valor às necessidades dos nossos clientes.

Nos últimos anos, temos investido de forma consistente na capacitação, desenvolvimento, reconhecimento e evolução do nosso Capital Humano. Este compromisso visa alinhar o desenvolvimento de carreira dos nossos colaboradores com o crescimento do Banco, bem como promover a motivação, produtividade e a realização pessoal e profissional.

Para acompanhar o crescimento do negócio e assegurar uma distribuição equilibrada da carga de trabalho, reforçamos a contratação de talento, ajustada às necessidades específicas de cada departamento. Esta abordagem tem contribuído para um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo, simultaneamente, um atendimento eficiente e eficaz aos nossos clientes.

A cultura organizacional do First Capital Bank distingue-se pela comunicação aberta, aprendizagem contínua, diversidade, equidade de género, inclusão e reconhecimento contínuo. Para além disso, promovemos o bem-estar, a saúde e um ambiente de trabalho dinâmico e adaptável, valorizando o contributo de cada colaborador para os resultados alcançados.

Em 2024, o Banco implementou iniciativas internas e externas que reforçam os nossos valores organizacionais e reflectem a dinâmica do dia-a-dia, contribuindo para uma cultura e clima organizacional cada vez mais alinhado com os nossos objectivos estratégicos.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA



A distribuição de colaboradores acima reflecte o compromisso do Banco com a adequação das equipas às suas necessidades estratégicas e operacionais. Observa-se uma representação equilibrada entre as diferentes categorias, com destaque para o aumento no número de Analistas/Técnicos e Assistentes em comparação ao ano anterior (43/57), reforçando a capacidade técnica e operacional do Banco, bem como um ligeiro aumento grupo de Directores/Subdirectores (21). Este ajustamento demonstra uma gestão estratégica orientada para o crescimento sustentável e a eficiência organizacional.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES



O aumento do número de colaboradores entre 2020 e 2024 reflecte a evolução do nosso negócio e a expansão estratégica da nossa operação, com maior aceleração nos primeiros anos do período. O crescimento mais moderado de 4,7% entre 2023 e 2024 demonstra um foco na consolidação, desenvolvimento e optimização do nosso Capital Humano, em alinhamento com as necessidades do Banco e as prioridades estratégicas, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR TEMPO DE SERVIÇO

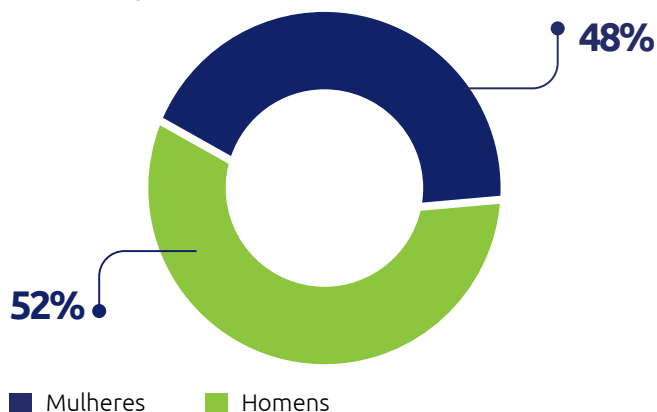


Em 2024, registou-se um aumento no número de colaboradores com menos de 1 ano e entre 1 a 2 anos (52%), que continuam a desempenhar um papel crucial na modernização e eficiência dos processos, trazendo novas abordagens e perspectivas, mantendo o compromisso com o crescimento da nossa Base, o nosso Capital Humano, com o crescimento do negócio.

Paralelamente, os profissionais com mais de 3 anos de casa (48%) consolidam a base da nossa operação, oferecendo orientação e apoio com base na sua experiência e expertise.

O crescimento registado reflecte o acompanhamento do crescimento contínuo do negócio e composição de uma equipa robusta e diversificada, com o intuito de responder de forma eficaz às exigências do mercado.

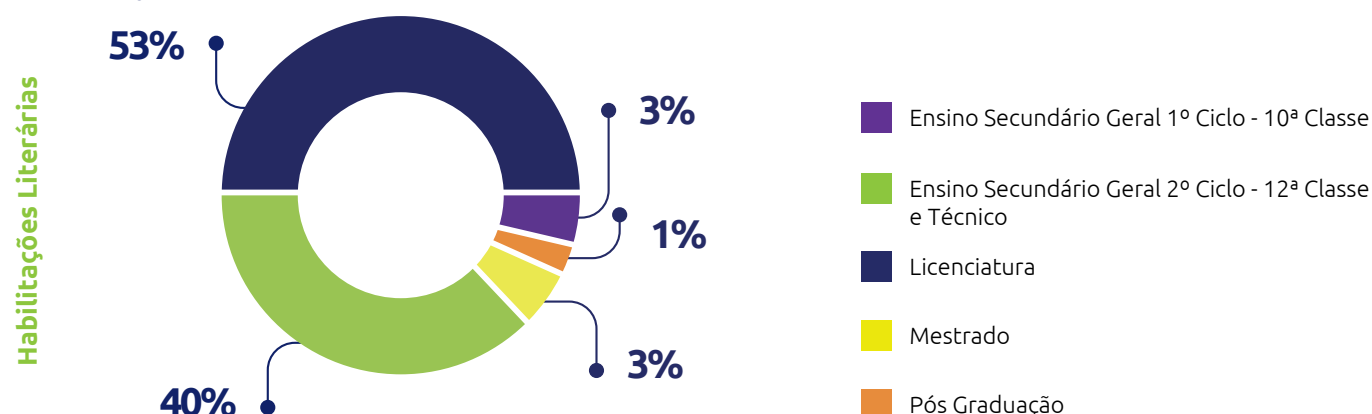
DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR GÉNERO



No First Capital Bank, a diversidade, a equidade e a inclusão são pilares fundamentais para o desenvolvimento e sucesso sustentável do negócio. Ao longo dos últimos anos, temos vindo a promover de forma consistente o equilíbrio de género em todas as categorias de função.

Em 2024, continuámos a registar um aumento contínuo de mulheres em cargos de chefia e direcção, reflectindo o nosso compromisso em promover um ambiente de trabalho equilibrado e inclusivo. Este aumento tem permitido que as equipas se tornem ainda mais diversificadas e dinâmicas e o compromisso contínuo do Banco em proporcionar um ambiente inclusivo, onde todas as oportunidades de crescimento e desenvolvimento são acessíveis de forma equitativa, garantindo a valorização do talento independentemente do género.

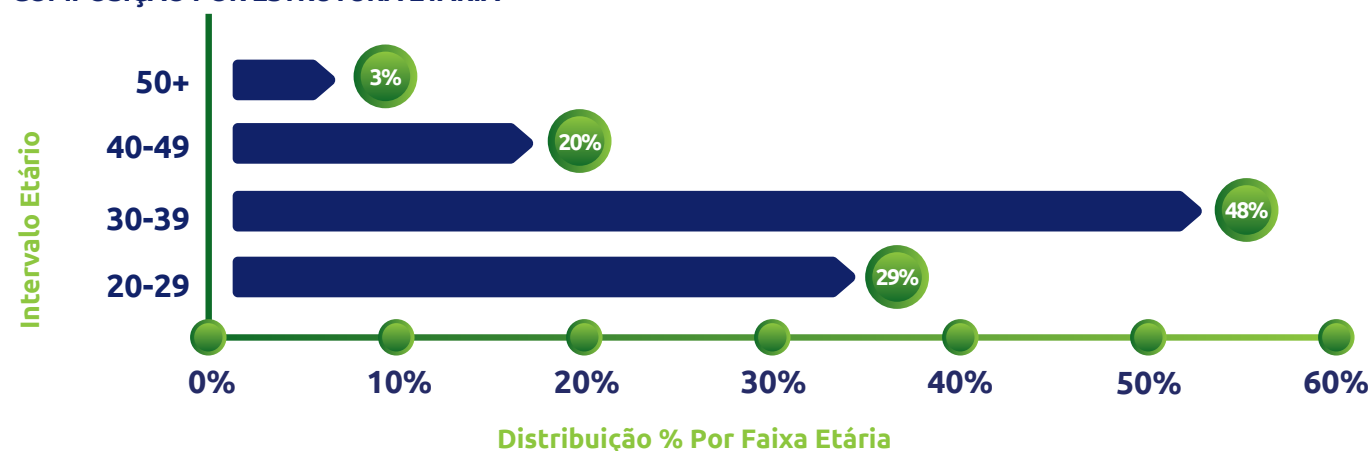
COMPOSIÇÃO POR GRAU ACADÉMICO



A diversidade académica das nossas equipas é um dos pilares fundamentais que impulsionam o crescimento contínuo, tanto a nível pessoal como profissional, dos nossos colaboradores. A variedade de graus académicos e áreas de formação enriquece o ambiente organizacional, promovendo uma aprendizagem mútua, onde diferentes experiências e perspectivas se complementam, fomentando um clima de partilha e inovação.

O First Capital Bank reforça o seu compromisso em investir no talento jovem, alinhando-se às oportunidades de crescimento que surgem com a expansão do Banco. Este investimento tem promovido um maior equilíbrio entre colaboradores com formação em Ensino Secundário, Técnico e Licenciatura, fortalecendo as equipas com uma diversidade de competências e visões enriquecedoras. Continuamos a atrair e valorizar talentos dinâmicos, dedicados e com uma forte capacidade de adaptação aos desafios diários.

COMPOSIÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA



A estrutura etária do nosso quadro de colaboradores reflecte uma equipa jovem e dinâmica com 77% dos profissionais concentrados nas faixas dos 20 aos 39 anos. O equilíbrio entre dinamismo, experiência, maturidade e conhecimento acumulado do nosso quadro de colaboradores, contribui para a solidez e estabilidade das equipas. Esta composição diversificada reforça a capacidade do Banco em responder aos desafios do mercado com inovação, dinamismo, resiliência e experiência consolidada.

Recrutamento e Selecção

O nosso processo de Recrutamento e Selecção é realizado com base no crescimento do negócio.

Este processo, transversal a todas as áreas, é um dos pilares críticos para os resultados do Banco, especialmente num cenário de crescimento contínuo e perante as mudanças socioeconómicas.

O nosso processo é baseado numa metodologia estruturada e consistente, que garante a atracção e selecção de candidatos, alinhados com as necessidades específicas dos departamentos, aos objectivos organizacionais e a cultura organizacional do Banco. O nosso principal foco é assegurar a contratação de talentos que partilham dos valores e da dinâmica organizacional do First Capital Bank, bem como o conhecimento, as competências intra e interpessoais, técnicas, as aptidões e a experiência necessárias para desempenhar as suas funções com eficiência e eficácia.

O processo de Recrutamento e Selecção end-to-end é conduzido com rigor, imparcialidade e transparência, desde a pré-selecção,



processo de entrevistas, testes psicométricos e psicotécnicos, a decisão de contratação como tal, até ao onboarding e à indução organizacional. Este processo está desenhado de modo a garantir a ausência de preconceitos ou discriminação, sendo gerido pelo Departamento de Recursos Humanos e pelos responsáveis pelas áreas envolvidas.

Os princípios que orientam este processo reflectem o nosso compromisso em atrair e desenvolver talento que contribua para o crescimento e desenvolvimento sustentável dos resultados do Banco.

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O processo de gestão e avaliação de desempenho dos colaboradores do First Capital Bank baseia-se no acompanhamento contínuo realizado pelos responsáveis hierárquicos dos diferentes departamentos, pela Equipa de Gestão e pelo Departamento de Recursos Humanos. Este acompanhamento inclui momentos de avaliação formais e espontâneo, com o intuito de nos permitir adaptar-se rapidamente ao ambiente em constante mudança, sempre com foco no cliente.

A gestão e avaliação do desempenho contínua de cada colaborador é realizada através de momentos de *feedback* positivo e construtivo a 360º, ou seja, por qualquer colaborador do grupo FMBCapital Holdings (FMBCH) plc, através de uma plataforma específica interna. Este mecanismo visa reconhecer desempenhos positivos e identificar áreas de melhoria, com propostas de acção, implementando estratégias de mitigação imediatas.

Desta forma, assegura-se a entrega de resultados em tempo útil e de acordo com os elevados padrões de qualidade do Banco, promovendo ainda o reconhecimento, a motivação, a produtividade e o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, numa perspectiva de aprendizagem contínua alinhada com o objectivo do Banco, do departamento e do colaborador perante as funções desempenhadas.

Os colaboradores que atingem ou superam os objectivos estabelecidos são reconhecidos com a atribuição de responsabilidades adicionais e uma compensação correspondente.

Para reforçar o reconhecimento contínuo do desempenho, o Banco implementou um programa de reconhecimento trimestral. Este programa visa destacar os colaboradores distinguidos em cada trimestre, perante os valores organizacionais, reflectindo o impacto directo do seu contributo nos resultados alcançados pelo Banco.

A avaliação e gestão de desempenho tem como base objectivos previamente definidos no início de cada ano civil, perante os objectivos estratégicos do Banco e o respectivo alinhamento entre a Equipa de Gestão e os respectivos departamentos constituintes.

No caso da existência de colaboradores cuja avaliação de desempenho seja classificada como “necessita de melhorias” ou “abaixo das expectativas”, é assegurado um acompanhamento contínuo e rigoroso pelo Departamento de Recursos Humanos e pelo respectivo responsável hierárquico. Este acompanhamento

é realizado através de planos de melhoria de desempenho (*Performance Improvement Plan*), garantindo o apoio necessário para a progressão e melhoria do desempenho individual.

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

A Gestão e Desenvolvimento de Carreira no First Capital Bank é um processo contínuo e estruturado, com o intuito de identificar aptidão, competências, oportunidades de melhoria e o potencial dos colaboradores, de acordo com os objectivos estratégicos do Banco.

O processo inicia-se com a identificação de talentos e a realização de várias sessões de discussão e análise dos pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades de desenvolvimento.

Com base na análise acima, é elaborado um plano de desenvolvimento individual, que inclui acções específicas de formação e desenvolvimento. Os planos poderão ter como objectivo o desenvolvimento e a progressão de carreira, numa perspectiva de evolução horizontal, ou seja, dentro da mesma categoria de função ou área de especialização, ou uma perspectiva de evolução vertical, envolvendo a evolução para outras categorias profissionais no mesmo departamento ou não, promovendo a visibilidade dos talentos do Banco ao nível do grupo FMBCapitalHoldings,plc e reforçando a preparação para novas responsabilidades e oportunidades de crescimento. Os colaboradores recebem acompanhamento contínuo, através do mentoring e coaching contínuo pela Equipa de Gestão e pelos responsáveis hierárquicos, garantindo o apoio necessário para o seu desenvolvimento.

O principal objectivo deste processo é reconhecer e aprimorar as competências, aptidões e experiência dos colaboradores, promovendo um ambiente de aprendizagem contínua que impulse o crescimento pessoal, o desempenho organizacional e a maximização do potencial individual. O programa de gestão e desenvolvimento de carreira valoriza o desempenho dos colaboradores, contribuindo para a eficiência operacional, a inovação e o fortalecimento da sua reputação profissional, para além de criarmos uma vantagem competitiva no âmbito do nosso Employer Value Proposition.

Até ao final de 2024, o Banco promoveu 18% dos colaboradores com mais de um ano de serviço, demonstrando o compromisso com o reconhecimento do talento interno e a valorização do seu capital humano.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS NOSSAS PESSOAS

O Banco proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional por meio de iniciativas de formação internas e externas, realizadas presencialmente, no país, no estrangeiro, ou remotamente, com o objectivo de desenvolver competências técnicas, intra e interpessoais.

As formações são identificadas de acordo com a análise de competências, identificação de gaps, oportunidades de desenvolvimento e melhoria individuais e colectivas, com base num diagnóstico de necessidades alinhado às exigências da função, do departamento e aos objectivos estratégicos do Banco.

As formações podem ser realizadas sob a metodologia *on-the-job training*, *job shadowing*, *buddy system*, *job rotation*, projectos transversais, *mentoring*, *coaching* e *observational learning*. Estas abordagens promovem a partilha contínua de conhecimento, a colaboração entre colegas e oferecem oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando a adaptabilidade, agilidade e expertise funcional dos colaboradores.

Os programas de formação são personalizados e podem ser conduzidos pelo Grupo FMBHoldings, plc ou por entidades externas, assegurando que os conteúdos e metodologias pedagógicas atendam às necessidades identificadas e aos objectivos pretendidos.

As formações incluem uma componente teórico-prática, com estudos de caso contextualizados, facilitando a integração do conhecimento adquirido no dia a dia dos colaboradores e a mitigação das dificuldades identificadas.

Para além do plano de formações específicas de curta duração, o Banco está comprometido em investir nos seus colaboradores através da atribuição de Bolsas de Estudo. Este benefício destina-se a formações de média e longa duração, como Mestrados, Pós-Graduações e outros graus académicos, de acordo com a avaliação do potencial, objectivos de evolução e desenvolvimento de carreira e a motivação do colaborador, bem como a análise da adequação da respectiva formação à função, ao departamento e o valor acrescentado para o Banco.

A cultura de aprendizagem contínua reforça os pilares da nossa cultura organizacional, baseada no envolvimento, responsabilidade de equipa, inovação, dinamismo e desenvolvimento contínuo, promovendo a evolução das aptidões e competências dos colaboradores e contribuindo para o alcance dos objectivos estratégicos do Banco. Ver página 44.





Departamento	Tema	Horas/Dias	Nº de participantes
RH	Formação Fiscal	9h	3
	Liderança	8h	1
Crédito	Programa de Análise de Risco de Crédito	9h	8
	Liderança	8h	1
Sala de Mercados	Liderança	8h	1
Corporate e Business Banking	Competências Intra e Interpessoais orientada para a Gestão de Clientes	8h	19
	Gestão de Portfolio	14h	18
	Formação Interna - Alteração da Lei Cambial	3h	36
Risco	Risco Liderança	8h	1
	ICAAP (CRISIL)	20h	2
Compliance	<i>Certified Anti-Money Laundering Specialist</i>	<i>Self-studying</i>	1
	Liderança	8h	1
Operações	VISA - Introdução à Resolução de Disputas	16h	1
	Liderança	8h	1
Auditoria	ICAAP (CRISIL)	20h	2
	Liderança	8h	1
IT	CAPM	40h	1
	<i>ITIL 4 Foundational</i>	18h	2
	<i>Certified Information Systems Security Professional</i>	40h	1
	<i>Certified Service Desk Manager</i>	32h	1
	<i>Certified Service Desk Analyst</i>	24h	1
Contabilidade e Finanças	Formação Fiscal	38h	5
	Liderança	8h	2
Património e Segurança	Liderança	8h	1
Procurement e Logística	Curso em Procurement Avançado	30h	1
	Procurement e Gestão de Contratos	24h	2
	Formação Fiscal	38h	3
Jurídico	Liderança	8h	1
Transversal a todas as áreas	Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa	1h	191
	Procedimentos de Comunicação de Operações Suspeitas	1h	48
	Procedimento de Identificação e Verificação de Clientes	1h	48



OS NOSSOS PROGRAMAS

O First Capital Bank oferece a oportunidade de iniciar a sua carreira profissional no sector bancário a finalistas e recém-licenciados, promovendo a aplicação prática e a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico. Este programa visa o desenvolvimento de competências técnicas, intra e interpessoais e o crescimento profissional dos participantes, alinhando o aprendizado académico às exigências do mercado de trabalho.

A selecção dos estagiários é realizada através de um processo estruturado de avaliações criados de acordo com as características chave da cultura organizacional do Banco, complementado por uma visita guiada organizada pelo Departamento de Recursos Humanos aos diferentes departamentos do Banco, com o intuito de permitir aos candidatos conhecer as principais actividades realizadas por cada departamento e compreender o impacto destas no resultado global do Banco.

Os estagiários têm a oportunidade de desenvolver e aprofundar os seus conhecimentos através de *on-the-job training* com o apoio de profissionais qualificados e com expertise nas respectivas áreas de actuação. Para além disso, são elegíveis a um leque de formações internas e externas em curso, de acordo com a análise do grau de complexidade, nas diferentes matérias de cada departamento. A escolha dos departamentos para a rotatividade durante o Programa de Estágio é realizada tendo em consideração a vocação dos estagiários e os conhecimentos necessários para a potencial função a desempenhar.

O acompanhamento contínuo é assegurado através de sessões formais e informais de *feedback* acerca do progresso da aprendizagem, garantindo que a mesma esteja alinhada com as ambições e a vocação dos estagiários.

O nosso Programa de Estágio consiste num estágio remunerado com rotatividade trimestral por diferentes departamentos, ao longo de um período de 12 meses. Existe a possibilidade de integração nos quadros do Banco após a conclusão do programa, mediante a avaliação positiva do progresso de aprendizagem e evolução do desempenho.

Além do Programa de Estágio anual, o Banco oferece oportunidades de estágio com duração de 3 a 12 meses, adaptadas às necessidades específicas de cada departamento. A contratação definitiva dos estagiários depende de uma avaliação de desempenho positiva e do enquadramento adequado na estrutura do Banco. Em 2024, realizou-se a 3ª edição do programa Academia First, com a selecção de 6 estagiários.

Nos últimos cinco anos, alcançámos um sucesso notável no compromisso de investir no desenvolvimento do talento jovem, com 87% dos estagiários integrados nos quadros do Banco e ocupam categorias de Assistente, Técnico Especialistas, Chefes de Serviço e Gestor de Clientes, destacando o impacto do programa no fortalecimento da nossa equipa.

Este êxito reflecte a nossa missão de apoiar o crescimento e desenvolvimento de jovens talentos que contribuem de forma valiosa para o nosso sucesso.

EMPLOYEE ENGAGEMENT E CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional do Banco é moldada pelo dinamismo e crescimento do negócio, que pautam a orientação estratégica do negócio, nomeadamente através da Missão, Visão e Valores Organizacionais, que por sua vez são activamente promovidos no dia-a-dia pelas pessoas que integram a instituição.

Com o crescimento do negócio num ambiente dinâmico e de constante mudança, bem como o crescimento e o desenvolvimento contínuo da nossa equipa, torna-se crucial garantir o alinhamento dos colaboradores com a orientação estratégica do Banco. Assim, ao longo dos últimos anos, o Banco tem investido em iniciativas que visam promover e consolidar os princípios fundamentais que regem o grupo First Capital Bank.

Em 2024, o First Capital Bank realinou a designação e enfatizou os valores organizacionais com o objectivo de assegurar o alinhamento com a dinâmica e os princípios imprescindíveis que regem o crescimento sustentável do negócio.

Foram desenvolvidas diversas acções, com a participação activa dos colaboradores, que consistiram em criar iniciativas estratégicas dentro e fora do ambiente laboral, com o objectivo de colocar em prática os valores organizacionais e os factores críticos de sucesso que regem o dia-a-dia dos colaboradores e definem a cultura e o clima organizacional.

As acções envolveram a realização de actividades temáticas numa periodicidade mensal, sessões de team building em ambientes descontraídos com o intuito de fortalecer os laços entre os colaboradores e trabalhar comportamentos fundamentais no dia a dia, como o compromisso, confiança, autonomia, colaboração, respeito, empatia, inovação, dinamismo e integridade.

Com o intuito de reforçar a estratégia organizacional, o Banco organiza anualmente uma reunião de colaboradores, com o objectivo de comunicar as conquistas do ano, projectos em curso bem como os resultados da pesquisa de cultura e clima organizacional, proporcionando um espaço aberto onde os colaboradores contribuem activamente com sugestões para a melhoria contínua dos processos e para a estratégia de operacionalização do negócio.

Face ao crescimento contínuo do Banco, tanto no âmbito do negócio como no quadro de colaboradores, e considerando o ambiente económico-social em constante mudança, torna-se crucial investir em iniciativas que promovam o bem-estar e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Este compromisso inclui acções que sensibilizam para a importância de reconhecer sintomas que, de forma silenciosa, possam afectar a saúde e, consequentemente, o bem-estar, a motivação, a produtividade e o equilíbrio dos colaboradores.



**First
Capital**
BANK

Soluções financeiras para o crescimento do seu negócio



Primeiro, acreditar.

An aerial photograph of a city skyline, likely São Paulo, with a dense urban landscape and a river in the foreground. The image is overlaid with a green-to-blue gradient. The title text is positioned in the bottom right corner, enclosed in a green L-shaped frame.

GESTÃO DE RISCO E COMPLIANCE

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

A Gestão de Risco é uma actividade de elevada importância para o First Capital Bank, onde se prioriza o princípio de Governança Corporativa. Há o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, visando apoiar os Órgãos de Administração no desenvolvimento, crescimento e rentabilidade do Banco. O PGR - Programa de Gestão de Riscos (ERMF) define os princípios orientadores, a estrutura organizativa, compreendendo um processo estruturado em três etapas: Avaliar, Responder e Monitorar (o processo E-R-M).

Este processo possibilita à administração identificar e avaliar riscos, determinar respostas apropriadas e monitorar a eficácia das respostas e mudanças no perfil de risco, promovendo uma abordagem eficiente e eficaz para a gestão de riscos.

1. Avaliar

A avaliação de riscos deve ser realizada por indivíduos, equipas e departamentos em melhor posição para identificar e avaliar potenciais riscos, incluindo os responsáveis pela realização dos objectivos. O processo inclui:

- I. Identificação clara dos objectivos a avaliar.
- II. Identificação de eventos ou circunstâncias que podem afectar os objectivos, abrangendo o ambiente externo (economia, cenário competitivo), ambiente interno (pessoas, processos, infraestrutura) e interações com clientes, fornecedores, reguladores, e outras partes interessadas.
- III. Utilização de ferramentas apropriadas como entrevistas, pesquisas, autoavaliações, *workshops*, constatações de auditoria, benchmarking do sector, revisão de eventos de perda anteriores, análise do caminho crítico, etc
- IV. Exame das causas raiz desses eventos, fontes subjacentes de risco e relações de causa e efeito.
- V. Calibração e medição dos riscos em termos de gravidade, probabilidade de ocorrência e velocidade de impacto.
- VI. Investigação da relação entre os riscos, efeitos cumulativos, correlações e concentrações que possam ampliar os impactos.
- VII. Avaliação, quando possível, com base no risco inerente e risco residual.
- VIII. Classificação dos riscos e adopção de uma visão geral do portfólio de riscos para determinar prioridades e alocar recursos adequadamente.

2. Responder

Uma resposta de risco apropriada assegura que os riscos permaneçam dentro do apetite. Existem quatro tipos de resposta:

- I. Mitigação de Risco - Estabelecimento de controlos para reduzir o impacto e/ou probabilidade do risco.
- II. Aceitação de Risco - Retenção dos riscos residuais após alterações ou partilha.
- III. Transferência de Risco - Actividade contínua com transferência contratual dos riscos.
- IV. Evitar o Risco - Decisão de não iniciar ou continuar a actividade geradora de risco.

O processo de resposta ao risco inclui:

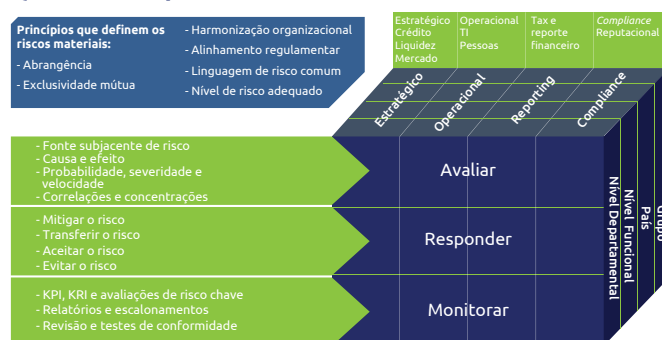
- Cumprimento de todas as leis e regulamentos relevantes.
- Foco nos riscos prioritários.
- Reconhecimento de que a mitigação envolve alocação eficiente de recursos.
- Busca por respostas que possam mitigar vários riscos e extensão ou replicação de controlos existentes, quando apropriado.
- Incorporação de controlos na actividade/processo de negócios.
- Consideração de consequências não intencionais.

3. Monitorar

Após identificar, medir e estabelecer controlos para os riscos, é essencial monitorar o progresso em direcção aos objectivos. O processo de monitoria inclui:

- I. Foco no progresso usando Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs).
- II. Exame do perfil de risco actual e em evolução, utilizando Indicadores-Chave de Risco (KRIs).
- III. Avaliações regulares de Riscos-Chave para manter riscos dentro do apetite.
- IV. Verificação da eficácia e adequação contínua dos controlos.
- V. Investigação de causas raiz em caso de eventos de risco.
- VI. A monitoria é proactiva e vai além de simples relatórios, sendo essencial para garantir a eficácia contínua da gestão de riscos no First Capital.

Quadro conceptual de Gestão de Risco



RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é um dos mais relevantes da actividade bancária e o seu controlo e mitigação é imprescindível para a estabilidade financeira e solvabilidade do Banco. Este Risco compreende:

- i) Probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte das suas respectivas obrigações financeiras nos termos contratados;
- ii) Desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador;
- iii) A redução de receitas ou remunerações;
- iv) Vantagens concedidas na renegociação e
- v) Custos de recuperação.

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito

adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão;

- ❑ Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo;
- ❑ Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco;
- ❑ Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc;
- ❑ Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito;
- ❑ Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.
- ❑ Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL;
- ❑ Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos

usados para avaliar e medir ECL;

- ❑ Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL;
- ❑ Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A gestão do risco de crédito é suportada por comités periódicos e extraordinários, que actuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo o apetite para risco do First Capital Bank e revendo práticas de controlo e políticas.

A Gestão de Risco de Crédito do First Capital Bank é transversal a todas as fases de gestão do respectivo processo, nomeadamente:

- ❑ A Gestão do Risco de Crédito é responsabilidade de todas as unidades intervenientes no processo de crédito.
- ❑ Cabe a estas unidades aplicar as políticas, procedimentos, sistemas e modelos para a identificação, avaliação, decisão, mitigação e mensuração do risco de crédito, em todo o ciclo de crédito (pré-concessão, análise, concessão, monitoramento, cobrança, recuperação e renovação de limites). Importa salientar que, as áreas de controle de risco, para desempenharem as suas funções, têm acesso a todas as políticas e procedimentos relacionados.

A gestão de crédito é composta por um processo adaptado ao perfil e segmentos dos clientes, operacionalizado e controlado por sistemas que possibilitam o acompanhamento. A gestão de crédito é composta pelo seguinte processo:

Originação**Decisão****Formalização****Monitoria****Cobrança**

Porque o risco de crédito é uma componente chave nas actividades do Banco, o First Capital Bank adopta uma gestão integral, proactiva e dinâmica do risco. Para o efeito o Banco conta com uma estrutura e ferramentas que o permitam atingir os seguintes objectivos:

- ❑ Facilitar a realização dos objectivos estratégicos por meio de Políticas e Procedimentos adaptados aos segmentos de actuação do Banco;
- ❑ Aplicar eficientemente as políticas relativas à gestão do risco de crédito aprovadas pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Crédito;
- ❑ Preservar um nível de solvência adequado, através de ferramentas e medidas focadas em atingir rentabilidade compatível com o consumo de recursos e capital;
- ❑ Exercer as actividades de gestão de risco de crédito com eficiência conferindo ao Banco uma estrutura organizacional adequada e actualizada sobre o risco de crédito;
- ❑ Implementar processos de aprovação, acompanhamento e recuperação de crédito ágeis e competitivos, com decisões consistentes com o nível do risco avaliado;
- ❑ Contar com uma avaliação abrangente das características, do perfil de risco e da qualidade de crédito dos clientes e das operações do Banco;
- ❑ Estabelecer uma diferenciação eficiente e relevante dos tipos de risco através da classificação (*credit rating*) da exposição por grupos ou níveis de risco homogéneos.

Avaliação do Risco de Crédito

O Banco detém modelos internos de *scoring* e *rating*, que permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um Cliente a partir de elementos quantitativos e qualitativos, atribuindo uma notação de risco.

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- ❑ Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- ❑ Extensão da utilização do limite concedido;

- ❑ Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- ❑ Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- ❑ Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de *rating*;
- ❑ Para exposições de retalho são tidos em consideração comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.
- ❑ Natureza dos relatórios financeiros, respectivamente: auditados, não auditados ou revistos por uma entidade independente.
- ❑ Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como um dos principais factores para a determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) das respectivas exposições. O Banco recolhe e analisa informações de desempenho e de incumprimento das suas exposições ao risco de crédito, segmentadas por jurisdição ou região, tipo de produto, tipo de mutuário e classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas podem ser internas ou externas, dependendo do portfólio avaliado.

O rating do cliente é uma medida da sua qualidade de crédito. As notas de crédito são medidas em uma escala de AAA a D (indo do melhor ao pior). Cada *Rating* está vinculado a uma medida quantitativa da qualidade de crédito do cliente, chamada *Probability of Default* (PD), que indica a probabilidade de o cliente não cumprir suas obrigações de dívida. PDs são medidos em uma escala de 0,01% a 100%. Um PD menor indica melhor qualidade de crédito e vice-versa.

Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais.

Avaliação de garantias hipotecárias

O First Capital Bank usa um modelo de avaliação de garantias hipotecárias que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados, em estrito cumprimento com as orientações do Banco de Moçambique. Os métodos de avaliação do Banco são determinantes para a aceitação de garantias como medidas mitigadoras do risco.

O Banco procura, normalmente, mitigar o risco de crédito através de contrapartes, transacção ou sector, de forma a alcançar o equilíbrio entre risco e custo, utilização de capital e retorno. Em nenhuma circunstância os valores colaterais podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

Aprovação de Crédito

Para a aprovação de crédito, o Banco estabelece um conjunto de critérios que devem ser cumpridos para qualquer operação com exposição ao risco de crédito. Neste sentido, os seguintes aspectos são analisados:

- ❑ A actividade, o histórico e a capacidade técnica e financeira dos clientes;
- ❑ Objectivo/finalidade do financiamento

- ❑ Adequação da operação solicitada às necessidades do cliente;
- ❑ A estrutura das operações solicitadas (garantias, covenants financeiros e não financeiros, etc.);
- ❑ *Ratings* atribuídos pelo modelo adoptado pelo Banco;
- ❑ As características das operações a financiar, sector, tecnologia, experiência da empresa, etc.

Monitorização e Reporte do Risco de Crédito

O Risco da carteira de crédito do First Capital Bank é monitorizado através de diversos instrumentos, nomeadamente:

- ❑ **Testes de esforço:** que avaliam individualmente cada cliente num cenário macroeconómico desfavorável e quantifica possíveis impactos no desempenho desses clientes em matéria de qualidade do seu crédito.
- ❑ **Análise do impacto do risco do país na carteira:** aferir quais os clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.
- ❑ **Gestão de contratos:** monitorizam continuamente os termos e condições dos contratos celebrados.
- ❑ **Avaliação de garantias:** actualizar as avaliações de garantias hipotecárias, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo Banco de Moçambique.
- ❑ **Acompanhamento da carteira:** gerir e monitorar o risco de crédito do Banco para identificar, antecipar e mitigar o risco de uma contraparte específica e o risco de portfólio.
- ❑ **Acompanhamento da actividade macroeconómica:** actividade e performance económica do país e dos seus principais sectores de actividade.

Provisões para perdas por imparidade de crédito

O Banco avalia regularmente se existem evidências objectivas de que um activo financeiro ou a carteira de activos financeiros mensurados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Considera-se que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros está em imparidade, com perdas reconhecidas, se, e apenas se, existem provas objectivas de imparidade decorrentes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, ou seja, após a data do primeiro registo no balanço. Adicionalmente, esse evento de perda deve ter um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros, desde que esse impacto possa ser fiavelmente estimado.

Principais definições

Para efeitos contabilísticos, é pertinente que se definam os principais conceitos que regem a informação no âmbito do presente capítulo.

Crédito vencido – conjunto de todas as prestações de capital e juros vencidos a mais de 90 dias (classe 3 e seguintes), segundo o Aviso nº 16/GBM/2013.

Crédito objecto de imparidade - são todos os créditos com pelo menos 90 dias vencidos e aqueles que tenham apresentado indícios objectivos de perdas por imparidade.

Crédito vencido para efeitos de constituição de provisões mínimas regulamentares - conjunto de todas as prestações vencidas e vincendas de capital, incluindo juros vencidos, de um crédito com pelo menos um dia de atraso (Aviso 16/GBM/2013).

Provisões para perdas por imparidade de crédito Métodos usados para a determinação das Provisões

Imparidade – Qualidade do crédito

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- ❑ Dificuldades financeiras do cliente;
- ❑ Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- ❑ Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falências ou vai sofrer uma profunda reorganização financeira;
- ❑ O desaparecimento de um mercado activo para esse instrumento financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- ❑ Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar de esse decréscimo não ter sido ainda

identificado individualmente na carteira, incluindo:

1. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
2. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
3. Depreciação do valor do colateral; e
4. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorre um dos seguintes eventos:

- ❑ O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem que o Banco tenha de recorrer à opção de execução ao colateral; ou
- ❑ Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.



RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de processos ou sistemas inadequados, falhas humanas, ou eventos externos, como fraude, cuja causa raiz não está relacionada aos riscos de crédito ou de mercado.

Para o First Capital, os riscos-Chave sob o Risco Operacional são: Risco legal, de fraude, instalações e segurança física, fiscal e de relatórios financeiros, gestão de continuidade de negócios, fornecedores externos/ procurement e risco modelo.

Estes Riscos-Chave são monitorados de forma abrangente, visando a eficácia na gestão do Risco Operacional, assegurando a resiliência e sustentabilidade das operações do banco.

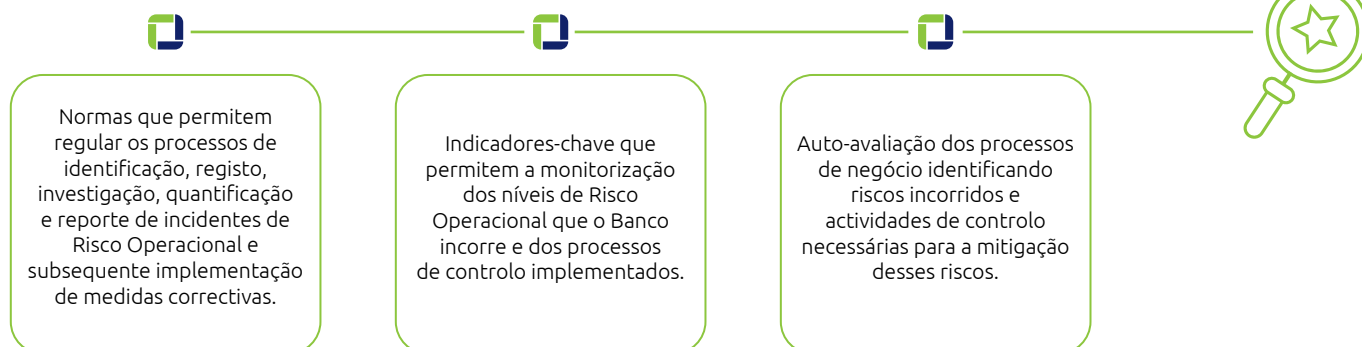


O First Capital Bank utiliza diferentes instrumentos para a identificação, monitorização e mitigação do Risco Operacional, nomeadamente:

POLÍTICA DE GESTÃO DE INCIDENTES

KEY RISK INDICATORS (KRIs)

RISK CONTROL SELF ASSESSMENT (RCSA)



RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como o risco de perdas em posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos nos preços de mercado. Os riscos sujeitos a requisitos de capital para risco de mercado incluem, entre outros:

- ❑ Risco de incumprimento, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de acções, risco cambial e risco de mercadorias para instrumentos da carteira de negociação;
- ❑ Risco cambial e risco de mercadorias para instrumentos da carteira bancária;
- ❑ Risco geral de acções, risco de taxa de juro, risco de preço de imóveis e risco de investimento no livro bancário.

Estes Riscos-Chave são monitorados de forma abrangente, visando a eficácia na gestão do Risco Operacional, assegurando a resiliência e sustentabilidade das operações do banco.

Carteira de Negociação

Compreende posições em instrumentos financeiros e mercadorias, mantidas com intenção de negociação ou para cobertura de outros elementos da carteira de negociação. Instrumentos como acções cotadas e derivativos são comuns nesta carteira. Contudo, o Banco não dispõe de uma carteira de negociação, sendo os títulos da carteira própria classificados como Activos Financeiros Detidos até à Maturidade.

Carteira Bancária

Inclui actividades como oferta de produtos bancários de retalho e corporativos, bem como funções de tesouraria. Abrange activos mantidos até à maturidade, incluindo acções não cotadas, instrumentos para securitização, e imóveis.

Categorias de Risco de Mercado

O risco surge quando mudanças nas estruturas de taxas de juro predominantes e de longo prazo pressionam as margens de juros líquidas. Os vários tipos de riscos de taxa de juro são detalhados abaixo:

- ❑ Risco de *Repricing*: Diferença nos timings de alterações de taxas de activos e passivos.
- ❑ Risco de Base: Variação nas relações das taxas entre diferentes mercados ou instrumentos.
- ❑ Risco de Curva de Rendimento: Mudanças nas taxas ao longo de diferentes maturidades.
- ❑ Risco de Opções: Direitos

1. Risco Cambial: Deriva de flutuações nas taxas de câmbio. Inclui:

- ❑ Risco de Transacção: Perdas em transacções devido a variações de câmbio.
- ❑ Risco de conversão: Impacto de movimentos cambiais nos investimentos e empréstimos.
- ❑ Risco de País: Dificuldades em transferências de fundos devido a restrições governamentais.

2. Risco de Preço de Mercadorias: Resulta de flutuações nos preços de mercadorias, como metais e energia

3. Risco de Preço de Acções: Refere-se a mudanças nos preços das acções, influenciando a valorização das posições de acções do banco.

RISCO DE TAXA DE JURO

Regulamentação

O Banco de Moçambique, através da Circular 04/SCO/2013 exige avaliar o risco de taxa de juro de carteira bancária semestralmente.

O objectivo é avaliar o impacto decorrente de uma deslocação paralela de +/- 200 pontos base (pb) na taxa de juro, na margem de juros e nos fundos próprios do Banco. Para este efeito, são tomadas em consideração as maturidades residuais dos activos e passivos sensíveis à taxa de juro na data definida do reporte, em conformidade com o Modelo e os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Moçambique na Circular mencionada.

Governança da gestão de risco de taxa de juro

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) é responsável pela gestão do risco de taxa de juro através da delimitação da tolerância e gatilhos (*triggers*) para a apetência ao risco, que devem ser implementados no Banco, estando em causa a protecção da margem financeira e dos fundos próprios. Também nos outros Comités de gestão o risco de taxa de juro é avaliado e ponderado no que concerne à avaliação e processo de aprovação de novas exposições. Os indicadores de risco de taxa de juro são igualmente reportados em sede de Conselho de Administração, onde são tomadas medidas e se redefine o apetite do Banco ao Risco de Taxa de Juro caso necessário.

O BANCO MEDE E CONTROLA O RISCO DE TAXA DE JURO ATRAVÉS DE:

Análise de Sensibilidade do valor económico

Esta análise consiste na quantificação da exposição do Banco a alterações da taxa de juro, através de um balanço reinvestido e a construção de cenários potenciais de taxa de juro de forma a determinar os seus efeitos nas receitas do Banco. São aplicados choques paralelos (*up and down*) na análise e a previsão deve cobrir no mínimo 12 meses.

A análise segue a lógica que estabelece que o choque da taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, além do delta, os efeitos das opções embutidas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

Análise de *gaps*

Considerando as suas características de reprecificação, os activos, passivos e itens extrapatrimoniais são distribuídos por período temporal. Posteriormente, os passivos são subtraídos aos activos para produzir um *gap* de reprecificação para cada período.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Comparação entre montante das posições de activo e passivo e elementos extrapatrimoniais, em cada período, em função da maturidade ou refinação da taxa de juro referente.

Para avaliar o impacto dos choques de taxa de juro nos fundos próprios do Banco, quantificam-se os efeitos das variações na taxa de juro no valor económico, através da aplicação de ponderadores de sensibilidade a cada período de maturidade. Ponderadores esses, baseados em choques *standard*.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de o Banco não conseguir financiar os seus activos e cumprir com as suas obrigações à medida que vencem, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Em termos mais gerais, é o risco de o Banco não conseguir operar de forma contínua devido à falta de financiamento, o que pode levar ao incumprimento de compromissos de empréstimo, reembolso de depósitos ou cumprimento de requisitos regulamentares de liquidez em qualquer jurisdição onde opera.

O Banco deve definir e identificar o risco de liquidez a que está exposto em todas as suas entidades legais, filiais e subsidiárias nas jurisdições onde opera. As necessidades de liquidez do Banco e as fontes disponíveis para satisfazer essas necessidades dependem significativamente da sua combinação de negócios e produtos, estrutura do balanço e perfis de fluxo de caixa das suas obrigações dentro e fora do balanço.

Para avaliar o risco de liquidez, o Banco deve analisar cada posição significativa dentro e fora do balanço, incluindo o efeito de opções embutidas e outras exposições contingentes que possam afectar as suas fontes e usos de fundos.

Factores e Ferramentas de Medição do Risco de Liquidez

Para definir e entender o risco de liquidez, é essencial implementar processos internos. As seguintes ferramentas são utilizadas para medir o risco de liquidez:

- ❑ Análise de gap de liquidez: Avalia a diferença entre activos e passivos com diferentes vencimentos.
- ❑ Previsão de fluxos de caixa: Projecta fluxos de caixa futuros para identificar possíveis desequilíbrios.
- ❑ Análise de rácios de liquidez: Avalia a capacidade do Banco em cumprir suas obrigações de curto prazo

Planos de Recuperação e Planos de Financiamento de Contingência

O Banco mantém um Plano de Recuperação (PR) para garantir que, em situações de stress de liquidez, existam processos e procedimentos eficazes para gerir o impacto através da execução de acções geradoras de liquidez e de uma resposta coordenada de comunicação interna e externa.

Além disso, o Banco tem estabelecido um Plano de Financiamento de Contingência (PFC) para proteger depositantes, credores e accionistas durante condições adversas de liquidez. Este plano está plenamente integrado no Plano de Recuperação de Negócios (PR).

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente utilizada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, detém reservas obrigatórias correspondentes a 39% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 39,5% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitora diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

RISCO DE IT

O Risco de Tecnologia é um risco composto por Risco de Tecnologia da Informação, Risco Cibernético e Risco de Informação.

A gestão eficaz desses riscos é imperativa para garantir a segurança, estabilidade e conformidade tecnológica no ambiente bancário, visando proteger os interesses do Banco, seus clientes e *stakeholders*.

Risco de Tecnologia da Informação: Risco resultante da dependência de soluções tecnológicas, caracterizado pela falha no desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções tecnológicas, incluindo *hardware* e ecossistemas de telecomunicações, que sejam estáveis e confiáveis para atender às necessidades do negócio.

Risco Cibernético: A potencial perda ou prejuízo para o Banco causado por indivíduos ou entidades (*threat actors*) com capacidade e intenção de causar danos ou obter lucro por meio de ataques realizados através de sistemas de informação em rede, dirigidos ao Banco, seus fornecedores ou clientes.

Risco de Informação: O risco associado à possibilidade de informações não serem capturadas, retidas, utilizadas ou protegidas de acordo com seu valor e requisitos legais e regulamentares.

RISCO DE COMPLIANCE

Risco de *Compliance* decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e no capital, decorrentes de violações ou a não conformidade com leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos, bem como interpretação incorrecta das leis em vigor ou regulamentos.

1. FUNÇÃO DE COMPLIANCE

Esta função é independente e autónoma, foi estabelecida com o propósito de alinhar os processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos por meio de um ambiente de controlo eficaz, além de preservar a boa reputação do Banco. No seu mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer acção, operação e/ou projecto onde exista razão para suspeitar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para tanto, a Função de Compliance tem acesso ilimitado a todas as informações e registos na posse do Banco para suportarem a sua actuação. A sua missão é de zelar pelo cumprimento de leis e regulamentos, normas internas e ainda o cumprimento dos mais altos padrões éticos. A nível interno, a Função de *Compliance* reporta a três níveis, nomeadamente:



- i. Ao Administrador-Delegado, através do Comité Local de Riscos onde é feita apresentação do relatório mensal de actividades, bem assim através do Comité de *Compliance* de Gestão onde é feita apresentação de relatórios bimensais de actividades e onde são discutidos mais profunda e concretamente os riscos-chave de *Compliance*;
- ii. Ao Conselho de Administração, através do Subcomité de Riscos do Conselho de Administração, onde é feita apresentação do relatório trimestral de actividades;
- iii. Ao Director de *Compliance* do Grupo FMB Capital Holdings Plc.

2. CULTURA DE COMPLIANCE

A cultura de *Compliance* tem como base valores, entendimentos, pressupostos e comportamentos éticos que estão de acordo com as boas práticas, a legislação e a cultura do Grupo onde o Banco se insere. O First Capital Bank, S.A. encontra-se comprometido com a manutenção de uma forte cultura de *Compliance* através de acções de formação e sensibilização e implementação de políticas e procedimentos.

3. POLÍTICAS E MANUAIS

Por forma a garantir a eficiência efectiva requerida legalmente à função de *Compliance*, a mesma tem agregada à sua função um conjunto de políticas e manuais vigentes tais como:

- Política de Crimes Financeiros
- Política de Presentes e Entretenimento;
- Política de Conformidade Regulamentar;
- Política de Governança Corporativa;
- Política de Conflito de Interesses;
- Norma de Crime Financeiro;
- Procedimentos de Monitoria de Transacções;
- Procedimentos de Filtragem de Clientes e Transacções;
- Procedimentos de Revisão Periódica.
- Política de Risco de Conduta
- Política de Risco Reputacional

4. GESTÃO DO RISCO DE COMPLIANCE

O Banco realiza a gestão de risco de *Compliance* através da adopção de *risk based approach*, que permite identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*.

A governação não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus eventos.

Assim o First Capital Bank possui como indicadores de avaliação de Risco de *Compliance* os seguintes:

- a. **Conformidade com leis e regulamentos** - Determinar as possibilidades de incorrer em perdas devido à não observância das normas que regulam a actividade da instituição, nomeadamente normas prudenciais e a violação de outras leis ou regulamentos;
- b. **Conformidade com códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos** - Determinar a possibilidade de existirem perdas relativas a violação de códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos;

- c. **Responsabilidade perante terceiros** - Determinar o risco de incorrer em sanções por prejuízos causados a terceiros, nomeadamente devido a (i) um comportamento negligente ou doloso; (ii) um relacionamento inapropriado com os clientes; (iii) incumprimento de contratos ou outro tipo de compromissos; (iv) incumprimento do dever de segredo;
- d. **Grau de transparência** - Determinar o risco associado a um menor grau de transparência na actividade da instituição e nomeadamente nas transacções realizadas.

5. O FIRST CAPITAL BANK EFECTUA UM ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DO RISCO DE COMPLIANCE, EM VÁRIAS FRENTES DE ACTUAÇÃO, NOMEADAMENTE:

- Monitorização das áreas de negócio, através de um *Compliance Risk Framework*;
- Reuniões regulares do Comité Local de Risco e do Comité de *Compliance* de Gestão onde os eventos de risco registados são analisados e propõe-se medidas com vista à sua mitigação;
- Alinhamento das Políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- Monitorização de reportes Prudencias e outros exigidos pelo regulador;
- Comunicação contínua com o órgão supervisor (Banco de Moçambique);
- Monitorização de transacções transfronteiriças e das relações de correspondência bancária;
- Conservação de documentos e manutenção de registos;
- Monitorização de transacções e comportamentos potencialmente suspeitos de Branqueamento de Capitais ou Financiamento ao Terrorismo;
- Gestão da governação e supervisão do *on-boarding* de novos clientes;
- Disponibilizar assistência e aconselhamento sobre questões de *Compliance* específicas às unidades de negócio;
- Participar activamente em Comités, reuniões, processos de negócios e iniciativas relevantes do Banco de modo a garantir que todos os requisitos de *Compliance* são considerados de forma adequada.

6. PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

O Banco dispõe de sistemas operacionais de suporte à prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/FP), que assegura a filtragem de todos os clientes e transacções, assim como uma monitorização contínua da actividade transaccional e comportamental de clientes.

O sistema de monitorização identifica com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de crimes de branqueamento de capitais ou financiamento ao terrorismo.



7. ESCALA DE RISCOS DE CUJO INCUMPRIMENTO IMPACTA PARA O BANCO:

1. Risco Alto

- ❑ Potenciais perdas (directas ou indirectas) – reputacional, financeira, e/ou outra - devido a multas por violação da obrigação legal, danos desastrosos ou catastróficos que requeria um longo período de recuperação;
- ❑ Suspensão de actividades lucrativas de determinada natureza por um elevado período de tempo;
- ❑ Mudanças significativas no sistema;
- ❑ Custos e penalidades excessivos;
- ❑ Suspensão ou perda da licença do banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalidades severas;
- ❑ Danos graves à reputação.

2. Risco Médio

- ❑ Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material;
- ❑ Difícil recuperação ou implementação de mudanças;
- ❑ Penalização ou suspensão de actividade temporária;
- ❑ Dano significativo à reputação do Banco.

3. Risco Baixo

Determinar o risco de incorrer em sanções por prejuízos causados a terceiros, nomeadamente devido a:

- ❑ um comportamento negligente ou doloso;
- ❑ um relacionamento inapropriado com os clientes;
- ❑ incumprimento de contratos ou outro tipo de compromissos;
- ❑ incumprimento do dever de segredo.

8. PRINCIPAIS INICIATIVAS DA FUNÇÃO DE COMPLIANCE

Tendo em consideração os vários desenvolvimentos regulatórios, a Função de Compliance analisou o impacto regulatório e impulsionou as alterações necessárias às normas internas por forma a serem cobertas nos processos e consequentemente, entrarem para o fluxo de actividades do Banco, garantindo desta forma o seu cumprimento pelos vários intervenientes. Abaixo descrevem-se algumas iniciativas levadas a cabo durante o ano.

- Revisão das condições gerais de abertura e manutenção de contas bancárias básicas ou simplificadas;
- Revisão e adequação do preçário completo;
- Compilação do Universo Regulatório aplicável ao negócio do Banco;
- Recuperação do histórico de fraccionados semanais e mensais de transacções em numerário e comunicação à entidade competente.
- Análise, investigação e reporte de operações e actividades potencialmente suspeitas às entidades competentes;
- Elaboração e submissão do relatório anual sobre a efectividade do sistema de controlo interno e de Avaliação de Riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo aos órgãos competentes.
- Revisão dos parâmetros relacionados ao sistema de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação sob perspectiva de monitoria de transacções;
- Revisão das Políticas de *Compliance*;
- Promoção de acções de formação e sensibilização de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;

- Promoção de acções de formação e sensibilização de matérias concernentes ao código de conduta e de protecção das Instituições Financeiras e de Protecção do Consumidor Financeiro;
- Condução de diligências em todas as Relações Transfronteiriças de Correspondência Bancária;
- Actualização da estratégia de monitorização de transacções para adequá-la a realidade operativa específica do Banco.

9. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS REGULAMENTARES OCORRIDOS EM 2024

1. Avisos emitidos pelo Banco de Moçambique:

- ❑ Aviso nº 01/GBM/2024 de 15 de Março – Estabelece as normas sobre Fundos Próprios e Limites Prudenciais das Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamentos;
- ❑ Aviso nº 02/GBM/2024 de 15 de Março - Aprova directrizes de Gestão do Risco e Resiliência Cibernética;
- ❑ Aviso nº 03/GBM/2024 de 20 de Março - Estabelece normas e Procedimentos para a Realização de Operações Cambiais;
- ❑ Aviso nº 04/GBM/2023 de 21 de Março - Estabelece o regime de Liberalização de Operações de Capitais e de Outras Operações Cambiais;
- ❑ Aviso nº 05/GBM/2024 21 de Março - Estabelece o regime de Repatriamento e Conversão de Receitas de Exportação de Bens, Serviços e de Rendimentos de Investimento no Exterior;
- ❑ Aviso nº 06/GBM/2024 de 27 de Março - Regulamento do regime de contas bancárias;
- ❑ Aviso nº 07/GBM/2024 01 de Abril - Estabelece os limites transaccionais aplicáveis às instituições de moeda electrónica;
- ❑ Aviso nº 08/GBM/2024 15 de Junho - Estabelece a emissão de notas e moedas metálicas do Metical da "Série 2024" e define as respectivas características;
- ❑ Aviso nº 09/GBM/2024 - Revoga o Artigo 13 do Aviso n.º 1/GBM/2023, de 26 de Abril;
- ❑ Aviso nº 10/GBM/2024 de 30 de Agosto - Aprova as Directrizes sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e revoga o Aviso n.º 5/GBM/2022, de 17 de Novembro;
- ❑ Aviso nº 11/GBM/2024 de 30 de Agosto - Estabelece o Capital Social Mínimo das Sociedades de Garantia Mútua e das Sociedades Gestoras dos Fundos de Garantia Mutuária.

10. Circulares emitidas pelo Banco de Moçambique:

- ❑ Circular nº 01/EFI/2024 - Quadro Analítico de Supervisão Baseada no Risco.



**First
Capital**
BANK

**O banco com soluções
à medida do seu
negócio.**



Primeiro, acreditar.

An aerial photograph of a lush tropical forest. A narrow river or stream flows through the center of the image, surrounded by dense greenery. On the left bank, there is a small, simple building with a light-colored roof. The sky above is filled with soft, white clouds. The overall scene is vibrant and natural.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

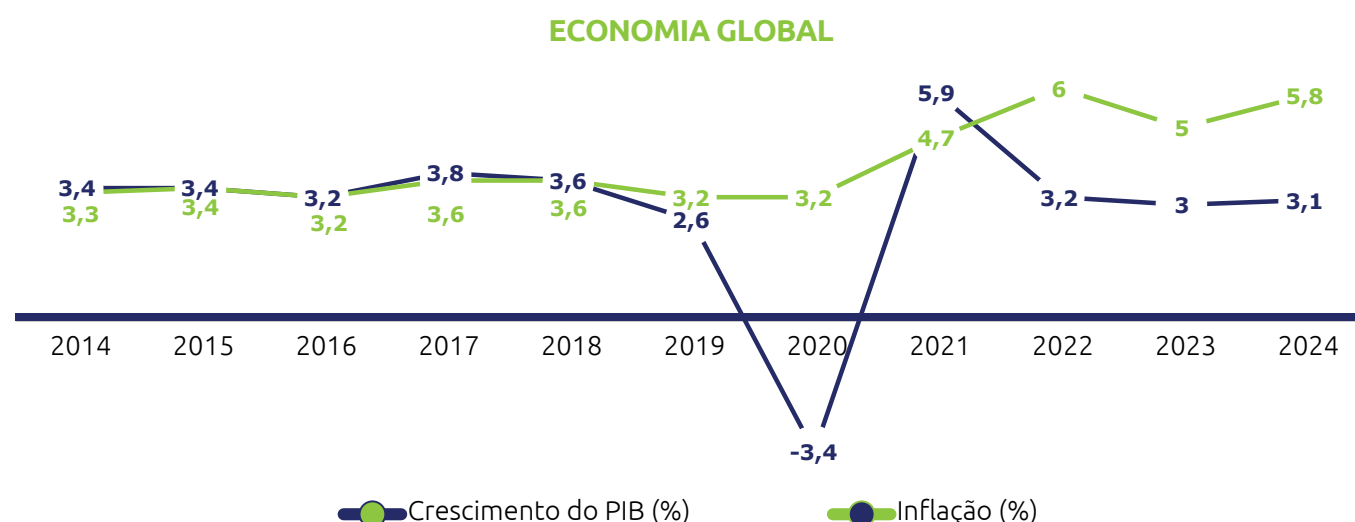
ECONOMIA MUNDIAL

Em 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua projecção de crescimento económico global para 3,1%, ligeiramente superior à estimativa de 3,0% para 2023. Esta revisão positiva reflecte a resiliência inesperada de economias como a dos Estados Unidos e de diversos mercados emergentes, assim como os estímulos fiscais implementados pela China.

No entanto, o crescimento global permanece abaixo da média histórica de 3,8%, registada entre 2000 e 2019. Factores como as taxas de juro elevadas adoptadas pelos bancos centrais para controlar a inflação, a redução do apoio fiscal devido aos elevados níveis de endividamento e o crescimento modesto da produtividade subjacente são determinantes para esta desaceleração.

De acordo com o FMI, a inflação global também registou uma desaceleração mais rápida do que o previsto, com a inflação geral projectada para descer para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025. Este movimento é impulsionado pela resolução dos problemas do lado da oferta e pelas políticas monetárias restritivas.

Segundo o FMI, apesar da desaceleração no ritmo de crescimento, a probabilidade de uma recessão acentuada diminuiu, e os riscos para o crescimento global estão, em grande parte, equilibrados. No cenário positivo, uma desaceleração mais rápida da inflação poderia resultar num alívio das condições financeiras. No entanto, políticas fiscais mais leves do que as necessárias poderão gerar um crescimento temporariamente mais elevado, mas com o risco de ajustes mais onerosos no futuro. Adicionalmente, um impulso mais forte nas reformas estruturais poderia aumentar a produtividade, gerando efeitos positivos para além das fronteiras nacionais.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Em 2024, a economia da África Subsaariana apresentou sinais de recuperação, embora de forma moderada e desigual. O Banco Mundial projectou um crescimento de 3,4% para a região, impulsionado principalmente pelo aumento do consumo privado e pela diminuição da inflação, que caiu de uma média de 7,1% em 2023 para 5,1% em 2024.

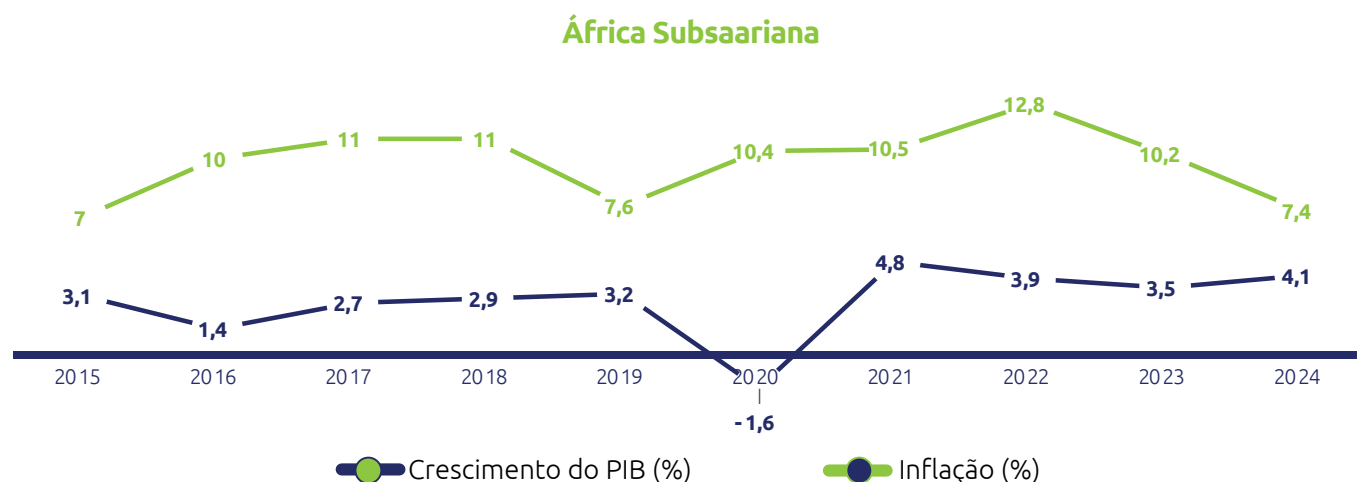
No entanto, essa recuperação não foi uniforme. Países com economias diversificadas, como Ruanda e Costa do Marfim, registaram crescimentos robustos de 7% e 6,5%, respectivamente. Em contrapartida, nações dependentes de exportações de recursos naturais, como Nigéria e Angola, enfrentaram desafios significativos, com crescimentos estimados mais modestos de 2,9% e 2,8%, respectivamente.

A dívida pública permaneceu uma preocupação central, estabilizando-se em torno de 67% do PIB regional. Esse elevado endividamento limitou a capacidade dos governos de investir em áreas críticas, como educação e infraestruturas, essenciais para um crescimento inclusivo a longo prazo.

Além disso, a região enfrentou desafios decorrentes de conflitos armados e eventos climáticos adversos, que afectaram negativamente a actividade económica e a segurança alimentar. Esses factores, aliados a um espaço fiscal limitado, dificultaram a implementação de políticas públicas eficazes para mitigar os impactos socioeconómicos adversos.



Embora a África Subsaariana tenha mostrado resiliência em 2024, a combinação de crescimento económico moderado, altos níveis de dívida e desafios estruturais contínuos destacou a necessidade urgente de reformas económicas abrangentes e investimentos sustentáveis para promover um desenvolvimento mais robusto e inclusivo na região, de acordo com o FMI.



MOÇAMBIQUE

CRESCIMENTO ECONÓMICO

Em 2024, a economia moçambicana enfrentou desafios significativos que impactaram o seu desempenho. Inicialmente, o governo projectou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,5% para o ano. No entanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu essa previsão para 4,3%.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, no segundo trimestre de 2024, o PIB cresceu 4,5% em relação ao mesmo período de 2023. No terceiro trimestre, o crescimento foi de 3,68%, acumulando 3,80% até Setembro. Este desempenho foi impulsionado principalmente pelo sector primário, destacando-se a indústria extractiva mineira com um aumento de 13,62%, seguida pela agricultura, pecuária, caça, silvicultura e exploração florestal com 2,23%.

Contudo, eventos adversos no último trimestre de 2024 afectaram negativamente a economia. A instabilidade pós-eleitoral, resultante de disputas sobre os resultados das eleições presidenciais de Outubro, levou a protestos e interrupções nas actividades empresariais, incluindo o bloqueio de corredores comerciais críticos. Além disso, o Ciclone Chido, que atingiu o norte do país em Dezembro, causou perdas humanas e danos materiais significativos, exacerbando a desaceleração económica.

Em resposta a esses desafios, o FMI indicou que o crescimento económico de Moçambique em 2024 deverá ser inferior aos 4,3% inicialmente previstos, com uma recuperação modesta esperada para 2025. Por sua vez, o Banco de Moçambique estimou a queda do PIB em 4,9% no último trimestre de 2024, como consequência das tensões pós-eleitorais e dos efeitos dos choques climáticos na maior parte dos sectores de actividade.

De acordo com os dados do governo, a dívida interna registou um crescimento de 8%, totalizando 396,05 mil milhões de meticaís. Este aumento deve-se principalmente à emissão de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, instrumentos utilizados para financiar o orçamento do Estado. A dívida externa cresceu 3,4%, atingindo 673,17 mil milhões de meticaís.

INFLAÇÃO

Em 2024, Moçambique registou uma inflação acumulada de 4,15%, reflectindo uma pressão inflacionária moderada ao longo do ano. A média anual situou-se em 3,20%, indicando estabilidade nos preços ao consumidor. Em Dezembro, a inflação mensal foi de 1,60%, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços de alimentos e bebidas, comuns durante a época festiva.

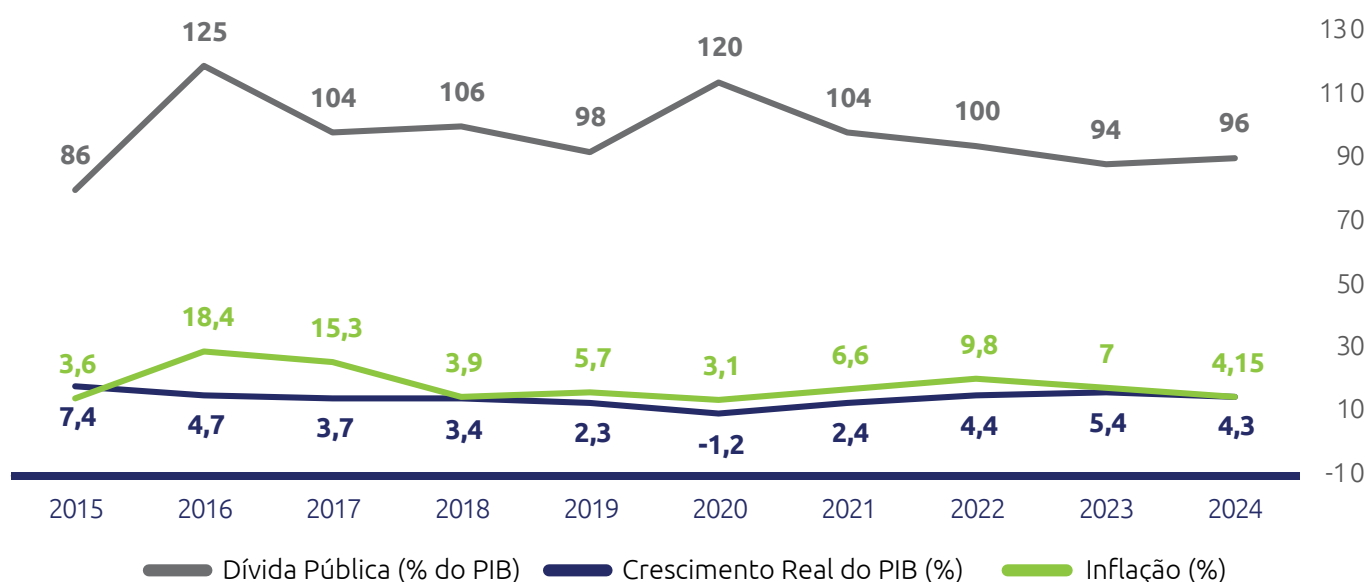
Ao longo do ano, a inflação manteve-se em níveis baixos, com variações mensais contidas. Em Agosto, a taxa anual reduziu para 2,75%, favorecida pela estabilidade cambial e pela redução dos preços de alguns bens essenciais. Em Outubro, a inflação anual foi de 2,68%, marcando o fim de cinco meses consecutivos de desaceleração.

Em resposta a este cenário de inflação controlada, o Banco de Moçambique reduziu a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) seis vezes durante 2024, culminando em 12,75% em Novembro, visando estimular a actividade económica.

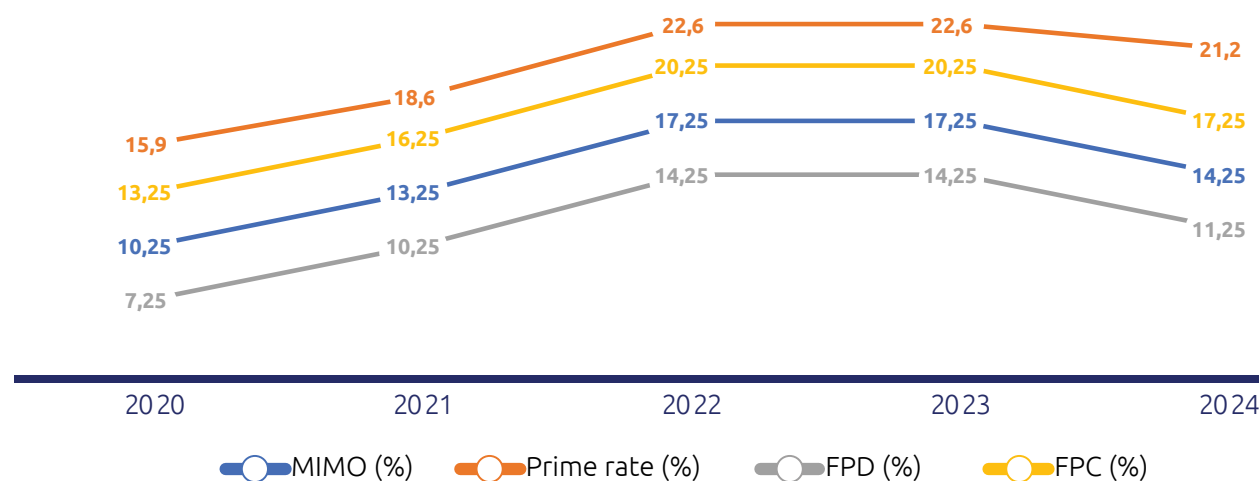


Para 2025, a consultora *Oxford Economics* prevê uma subida da inflação para 4,9%, atribuída à desvalorização gradual do metical e ao aumento dos preços dos alimentos. No entanto, o Banco de Moçambique mantém uma perspectiva de inflação em um dígito no médio prazo, apesar das incertezas relacionadas com a tensão pós-eleitoral e os seus possíveis impactos nos preços.

Economia Moçambicana



Indicadores de Política Monetária



COMMODITIES

COMMODITIES²

Em 2024, a economia moçambicana foi significativamente influenciada pelas flutuações nos preços das commodities, reflectindo-se em diversos sectores-chave.

Gás Natural: As exportações de gás natural de Moçambique aumentaram 6,2% no primeiro trimestre de 2024, atingindo 63,2 mil milhões de meticais. Esse crescimento deve-se ao incremento do volume exportado, associado ao início da exploração e exportação de gás da Área 4 da Bacia do Rovuma, apesar de uma queda de 43,5% no preço médio no mercado internacional.

²Fonte: Banco Mundial, Diário Económico Moçambique, Reuters

Carvão: Em 2024, as exportações de carvão de Moçambique registaram flutuações significativas. No primeiro trimestre, verificou-se um ligeiro aumento de 0,3%, enquanto no terceiro trimestre houve uma diminuição de 4,8%, totalizando 1,5 mil milhões de dólares em receitas, devido à redução da procura internacional e aos desafios na produção local. No primeiro semestre, as exportações apresentaram uma queda de 15% em comparação com o ano anterior, resultando numa diminuição de 19,3 milhões de dólares nas receitas, consequência da desvalorização de 32% nos preços internacionais do produto. A Índia manteve-se como o principal destino das exportações. Embora tenha havido períodos de crescimento, o sector enfrentou dificuldades ao longo do ano.

Petróleo: O preço do petróleo *Brent* manteve-se relativamente estável em 2024, com uma média de 84 dólares por barril. Essa estabilidade foi influenciada por uma desaceleração do consumo global, especialmente na China, e pela diversificação da oferta global.

Alumínio: As receitas de exportação de alumínio de Moçambique diminuíram 21% no primeiro trimestre de 2024, devido à redução dos preços e do volume exportado. Essa queda no volume exportado foi consequência de avarias nos equipamentos e frequentes interrupções no fornecimento de energia eléctrica durante o período.

Ferro: Os preços do minério de ferro caíram significativamente em 2024, reflectindo a desaceleração dos níveis de procura da China, principal consumidor global. Esse declínio afectou as receitas de países exportadores, incluindo Moçambique.

Produtos Agrícolas: As exportações de produtos agrícolas de Moçambique geraram receitas de 9,3 milhões de meticais no primeiro trimestre de 2024, com destaque para o tabaco, legumes, hortícolas e bananas.

Cacau e Café: Embora Moçambique não seja um grande exportador desses produtos, é relevante notar que, globalmente, os preços do cacau quase triplicaram em 2024, devido a um déficit na oferta e condições climáticas adversas na África Ocidental. Os preços do café também aumentaram devido à seca no Brasil.

O Banco Mundial projecta uma queda moderada nos preços das commodities até 2026, com uma diminuição de 5% em 2025 e 2% em 2026. Para Moçambique, essas tendências sugerem a importância de estratégias de diversificação económica para mitigar os impactos de um mercado global volátil.





Fortalecendo empresas, impulsionando resultados



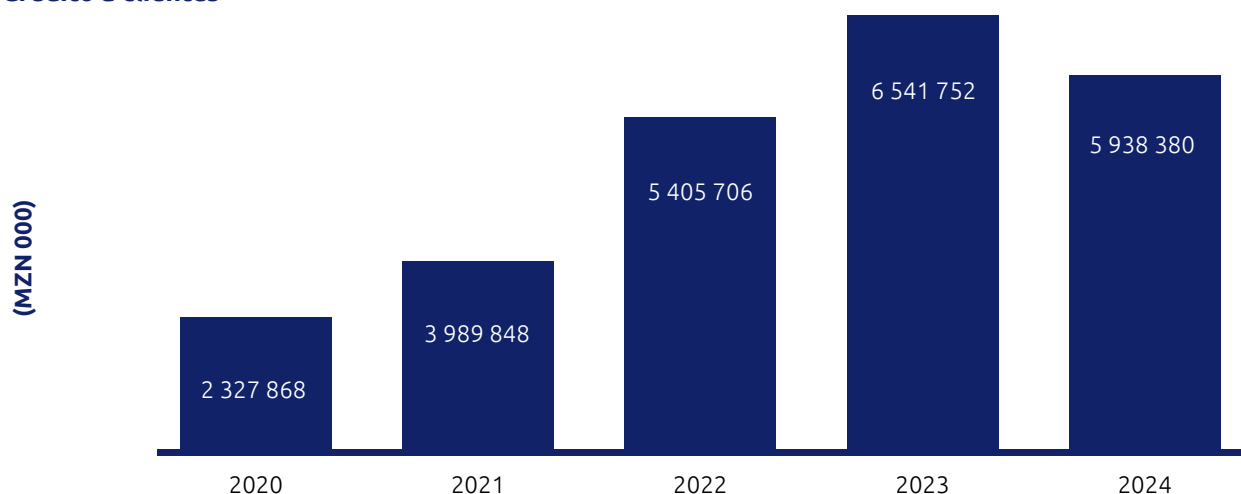
Primeiro, acreditar.



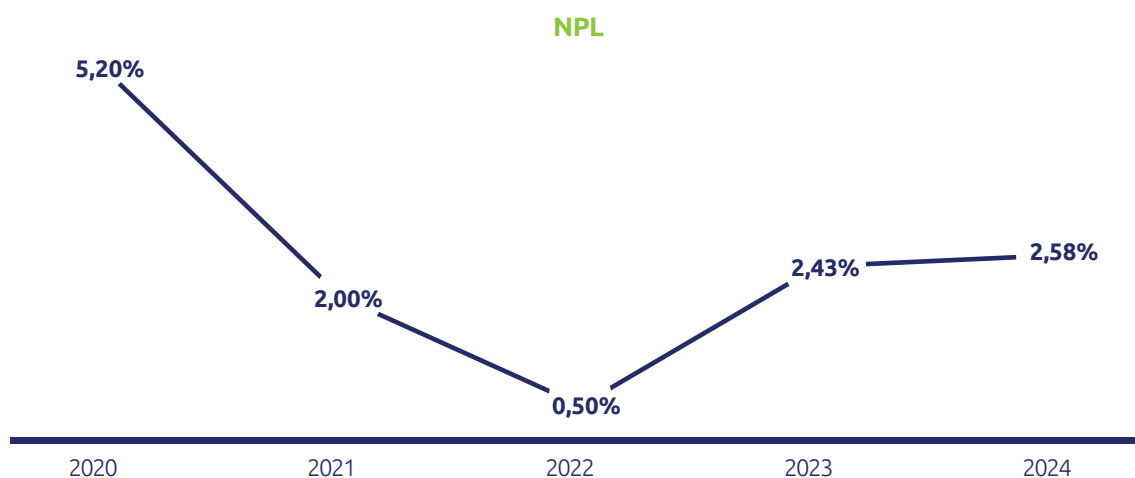
ANÁLISE FINANCEIRA E APLICAÇÃO DE RESULTADOS



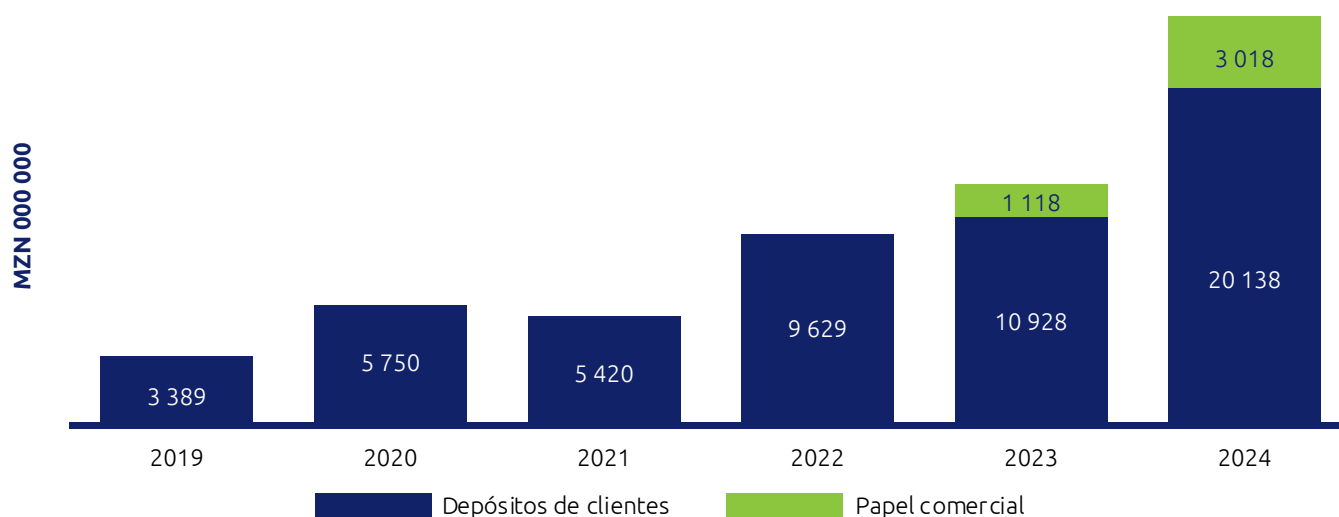
Crédito a clientes



A carteira de crédito registou um abrandamento em 2024, com uma descida de 9% em comparação com o final de 2023. Uma parte substancial deste decréscimo ocorreu no último trimestre, como resultado do contexto macroeconómico e social vivido no país. Não obstante o cenário mais desafiante observado no último trimestre de 2024, a uma política de risco de crédito prudente e um sistema de controlo interno eficiente, tem possibilitado a manutenção do rácio do crédito vencido, em níveis significativamente inferiores à média do sector financeiro moçambicano.



Recursos de clientes



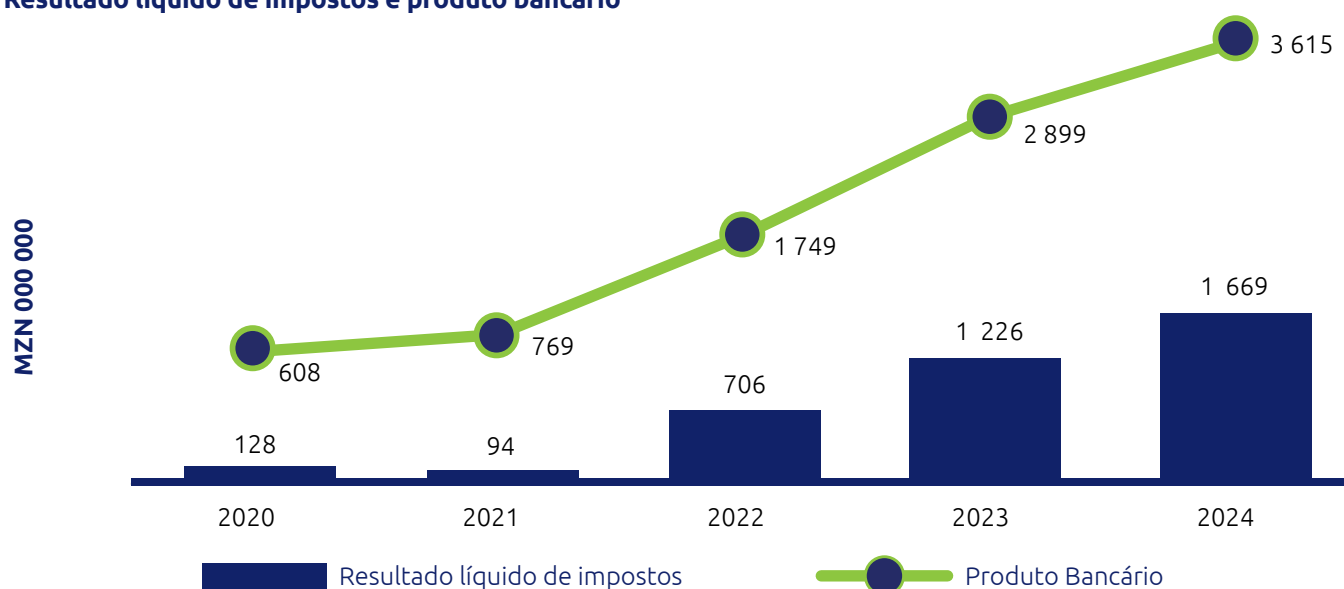


A carteira de depósitos de clientes continua a apresentar um crescimento significativo, reflectindo o aumento da confiança no Banco, bem como a constante melhoria nos serviços prestados e nos produtos oferecidos. Em 2024, a tendência de crescimento dos depósitos manteve-se, passando de MZN 10.928 milhões para MZN 20.138 milhões.

De forma semelhante, o papel comercial registou um incremento considerável, passando de MZN 1.118 milhões em 2023 para MZN 3.018 milhões em 2024. Com as emissões de papel comercial, os recursos de clientes totalizaram MZN 23.157 milhões a 31 de Dezembro de 2024.

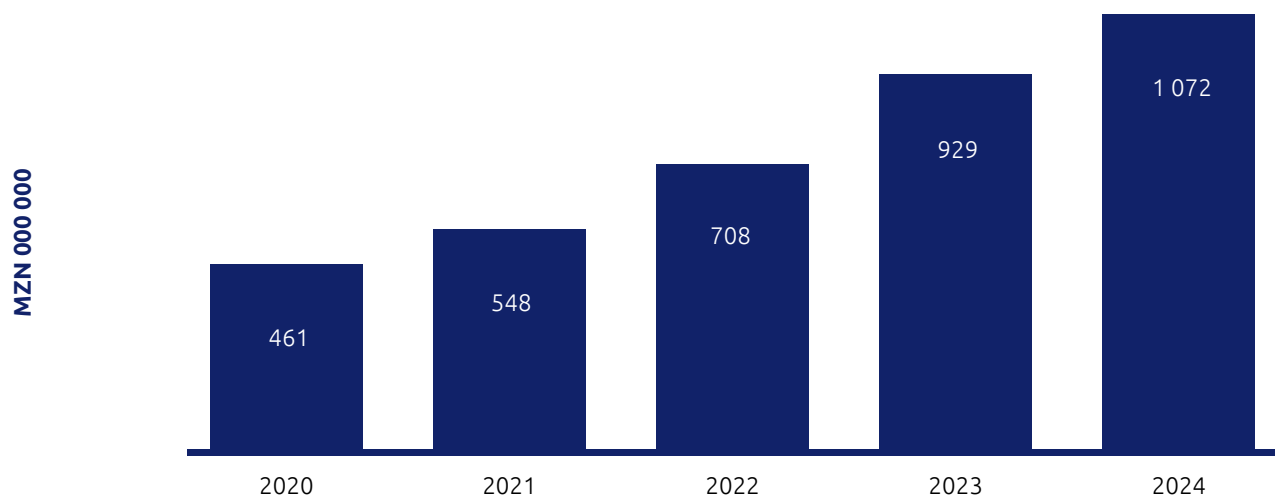
O crescimento dos recursos de clientes, aliado ao aumento dos capitais próprios e à redução do crédito, resultou num aumento significativo dos níveis de liquidez do Banco, que foram aplicados em Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e outras aplicações no Banco Central. Em função disto, as aplicações em Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e no Banco Central registaram aumentos de 795%, 24% e 10%, respectivamente, totalizando MZN 8.260 milhões (2023: MZN 923 milhões), MZN 623 milhões (2023: MZN 502 milhões) e MZN 3.000 milhões (2023: MZN 2.350 milhões).

Resultado líquido de impostos e produto bancário



Em 2024, mesmo num cenário de reservas obrigatórias elevadas e um decréscimo acentuado das taxas de juro, o resultado líquido de impostos registou um crescimento de 36% passando de MZN 1.226 milhões para MZN 1.669 milhões. Este incremento foi acompanhado pelo produto bancário, que manteve a tendência de crescimento relevante e sustentado desde 2018, passando de MZN 2.899 milhões em 2023 para MZN 3.615 milhões em 2024 o que representa um acréscimo na ordem dos 25%, com um contributo cada vez mais significativo da Margem Financeira cujo peso no total dos rendimentos passou de 53% para 58% de 2023 para 2024.

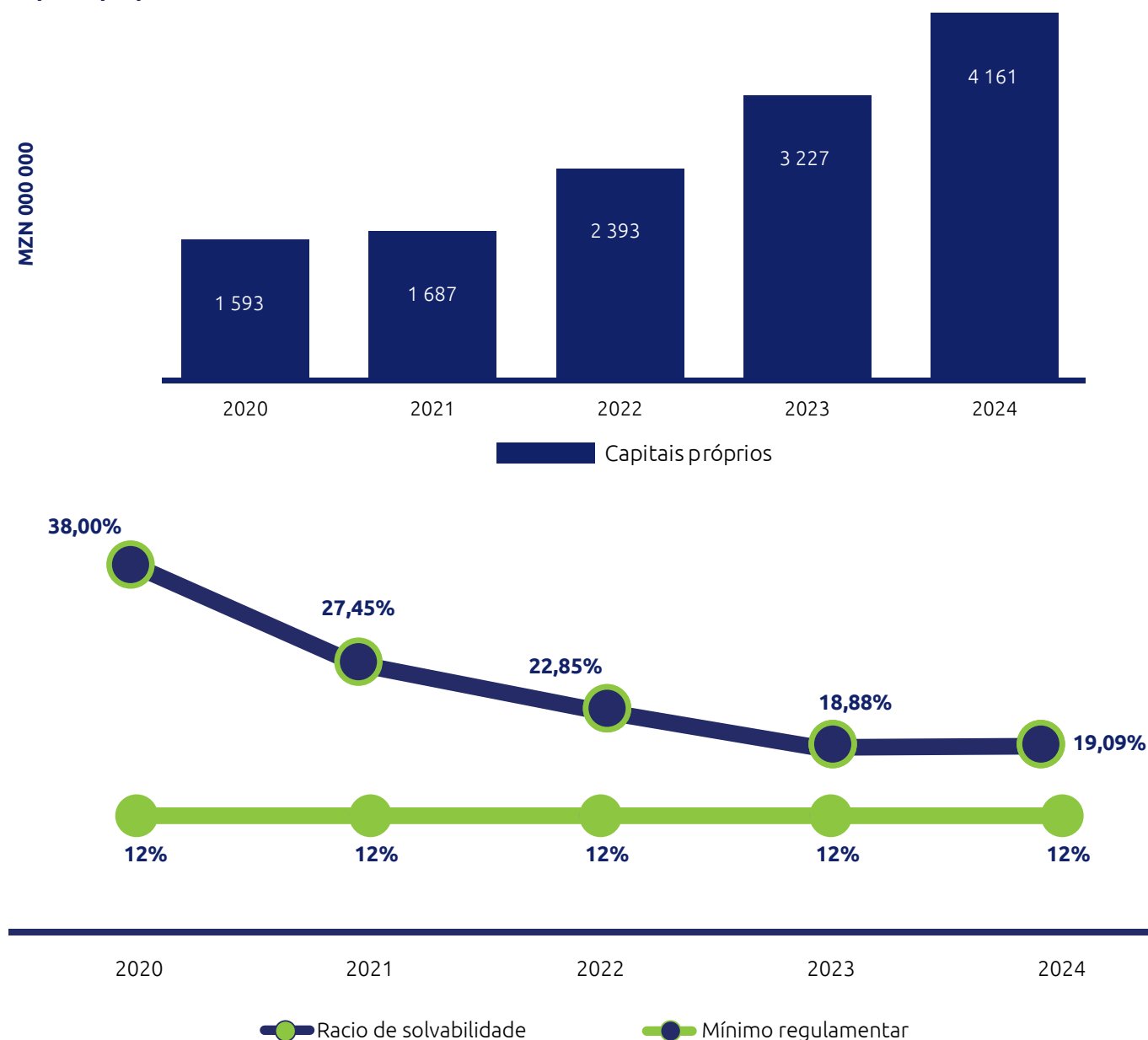
Custos operacionais





Os custos operacionais totalizaram MZN 1.072 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 15% face aos MZN 929 milhões registados em 2023. Este aumento em linha com o crescimento do Banco, reflecte, essencialmente, os investimentos em sistemas e infraestruturas de IT, aumento do quadro do pessoal, entre outros investimentos.

Capitais próprios e solvabilidade



Os capitais próprios do Banco têm sido influenciados positivamente pela consistência dos resultados alcançados pelo Banco, nos últimos anos. Em 2024, pela segunda vez consecutiva, o Banco procedeu ao pagamento de dividendos aos seus accionistas.

O crescimento dos capitais próprios tem permitido, igualmente, a expansão do negócio e um maior apoio à economia, por via de financiamentos a vários sectores de actividade, incluindo através de garantias prestadas e cartas de crédito, mantendo o seu rácio de solvabilidade em 19,09%, consideravelmente acima do mínimo regulamentar exigido de 12%.

A 31 de Dezembro de 2024, a rentabilidade dos capitais próprios médios era de 45,70%, face aos 43,26% de 2023, o que reflecte a melhoria da eficiência da utilização dos capitais próprios do Banco.

**Indicadores de gestão**

	2020	2021	2022	2023	2024	Var. % 24/23
Balanço (MZN 000 000)						
Activo total	7.715	7.684	12.645	18.108	29.569	63,29%
Recursos de clientes	5.570	5.420	9.629	12.046	23.156	92,23%
Rácio de eficiência						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	8,88%	5,75%	35,59%	43,26%	45,70%	5,63%
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,96%	1,23%	6,47%	7,48%	6,94%	-7,24%
Solvabilidade						
Tier I	35,73%	27,60%	20,17%	17,29%	18,10%	4,66%
Total	35,73%	27,61%	22,85%	18,88%	19,09%	1,09%
Qualidade do Crédito						
NPL	5,20%	2,00%	0,50%	2,43%	2,58%	6,05%
Cobertura do crédito vencido por imparidades	75,11%	18,11%	6,98%	66,83%	160,46%	140,09%
Rácio de liquidez						
Rácio de transformação	40,49%	73,61%	58,57%	63,87%	29,46%	-53,88%
Rácio liquidez	72,86%	40,40%	58,83%	46,48%	52,24%	12,38%
Outros indicadores (unidades)						
Clientes(000)	16,29	17,01	15,91	14,65	15,65	6,85%
Balcões	5	5	4	5	5	0,00%
ATM	7	7	7	7	5	-28,57%
POS	226	271	296	336	380	13,10%
Colaboradores	119	131	149	172	180	4,65%

Aplicação dos resultados

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/20 das instituições de crédito relativas à constituição de Reservas, propõem-se que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2024, no montante de 1.669.373.246 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:

Proposta de aplicação de resultados	%	Valor em Meticais
Reserva legal	30%	500.811.974
Resultados transitados	10%	166.937.325
Dividendos a pagar	60%	1.001.623.947
Resultado líquido 2024		1.669.373.246



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hitesh Anadkat
Presidente

Vijay Kantaria
Administrador Não Executivo

Carlos Henriques
Administrador Não Executivo Independente

Bantwal Prabhu
Administrador Não Executivo Independente

José Caldeira
Administrador Não Executivo Independente

António Sousa
Administrador Não Executivo Independente

Paula Rocha
Administradora Não Executiva Independente

Mamudo Ibrahimo
Administrador Não Executivo Independente

João Rodrigues
Administrador Delegado



PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do First Capital Bank, S.A.

Senhores Accionistas,

Nos termos da Legislação em vigor e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de administração do First Capital Bank, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

No período em que estivemos em funções, acompanhámos regularmente a actividade do Banco, verificando a normalidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Reunimos regularmente com o Conselho de administração e as diversas Direcções do Banco e obtivemos todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Procedemos à leitura das actas das reuniões do Conselho de administração, ocorridas durante o período, bem como à leitura das actas dos vários Comités específicos.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2024, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa, bem como o respectivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Quando necessário, reunimos com a Sociedade de Auditores Certificados, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo do relatório de auditoria emitido em 11 de Abril de 2025, bem como a carta de recomendações com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.

**Parecer**

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia geral aprove:

- i. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de administração que consiste em transferir o resultado líquido de MZN 1 669 373 246 para:
 - a. 30% do resultado líquido, correspondente a MZN 500 811 974 para a Reserva legal;
 - b. 10% do resultado líquido, correspondente a MZN 166 937 325 para Resultados transitados; e
 - c. 60% do resultado líquido, correspondente a MZN 1 001 623 947 para Dividendos a pagar.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de administração, a todos os colaboradores do Banco e à Sociedade de Auditores Certificados, pela colaboração que nos foi prestada.

Maputo, 11 de Abril de 2025

O Fiscal Único,



Lic. N.º 17/SCA/OCAM/2012



Dipak Lalgi, em representação de Forvis Mazars SCAC, Lda.

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012



O banco parceiro para o crescimento do seu negócio



Primeiro, acreditar.

An aerial night view of a city, likely São Paulo, with a prominent green color overlay. The city lights are visible against the dark sky, and the green tint is most intense in the upper half of the image.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Ernst & Young – Sociedade de
Contabilistas e Auditores Certificados, S.A.
Rua Belmiro Obadias Mulanga, N° 179
Caixa Postal 386,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NÚT:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

FIRST CAPITAL BANK, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. ("Banco"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito. Descrevemos de seguida a matéria relevante de auditoria do ano corrente:

Perdas por imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Activos financeiros ao custo amortizado" e provisões para "Exposições extrapatrimoniais"

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro de 2024, apresentam no seu activo, nas rubricas de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e "Activos financeiros ao custo amortizado", um montante de 5.938.380.268 Meticais (2023: 6.541.752.046 Meticais) e 8.809.629.472 Meticais (2023: 1.411.962.116 Meticais), representando cerca de 20% e 30% do total do Activo, respectivamente. Adicionalmente, o Banco contraiu "Exposições extrapatrimoniais", essencialmente, relativas a garantias prestadas e cartas de crédito concedidas, cujo montante ascende a 9.763.807.897 Meticais (2023: 8.646.764.826 Meticais). A imparidade acumulada registada e provisões constituídas para os "Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Activos financeiros ao custo amortizado" e "Exposições extrapatrimoniais" ascendem a 263.810.099 Meticais (2023: 226.282.839 Meticais), 73.011.582 Meticais (2023: 12.511.154 Meticais) e 32.345.753 Meticais (2023: 26.948.599 Meticais), respectivamente. O detalhe da imparidade e das provisões e as respectivas políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras na Nota "7. a) -

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento e avaliação do desenho e operacionalidade dos controlos internos existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Activos financeiros ao custo amortizado" e de provisões das "Exposições extrapatrimoniais";
- Análise da metodologia de determinação das perdas por imparidade e provisões e caracterização da carteira;
- Procedimentos analíticos sobre a evolução do saldo da imparidade de "Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Activos financeiros ao custo amortizado" e de provisões das "Exposições extrapatrimoniais", comparando-os com o período homólogo e com as expectativas formadas, nomeadamente a variação nas carteiras de crédito e títulos e alterações nos pressupostos;



Shape the future
with confidence

Instrumentos financeiros - Imparidades" e nas Notas "21 - Activos financeiros ao custo amortizado", "23 - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "41 - Contingências e compromissos" e "33 - Provisões".

A imparidade e provisões associadas a "Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Activos financeiros ao custo amortizado" e às "Exposições extrapatrimoniais", representam a melhor estimativa do órgão de gestão da perda esperada da carteira de "Empréstimos e adiantamentos a clientes", de "Activos financeiros ao custo amortizado" e de "Exposições extrapatrimoniais", tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros". Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada numa base colectiva. Para exposições relevantes em base individual, nomeadamente nos "Empréstimos e adiantamentos a clientes", a imparidade é determinada tendo por base julgamentos assentes na avaliação do actual risco de crédito.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras, a complexidade e o julgamento no processo do seu cálculo, sendo que em face do grau de subjectividade envolvido, alterações nas estratégias de recuperação e julgamentos assumidos, ou nos pressupostos que condicionem a estimativa e período de ocorrência dos fluxos financeiros, implicando que se possa vir a concretizar-se de forma diferente do estimado, podem ter um impacto material na quantificação da imparidade estimada.

- Determinação de uma amostra de exposições objecto de análise individual de imparidade e provisões, para avaliação dos pressupostos utilizados pela Administração do Banco na sua quantificação, incluindo a inspecção da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação de colaterais, inquirição dos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;
- Análise dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade e das provisões, destacando-se a comparação da metodologia formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração com a efectivamente utilizada;
- Comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação fonte, avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado, inquirições aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e inspecção dos relatórios de auditoria interna e reguladores;
- Análise dos relatórios com os resultados de avaliação operacional do modelo (*back-testing*);
- Comparação dos dados carregados no modelo com a informação fonte e análise das eventuais diferenças;
- Análise das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com os requisitos da IFRS 7-Instrumentos financeiros: Divulgações.



Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração, conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.



Adicionalmente, declarámos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à Independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG – SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, S.A.

Sociedade de Auditores Certificados (Nº 13/SCA/OCAM/2015)

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33/CA/OCAM/2012)

Maputo, 11 de Abril de 2025



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	9	2.980.461.626	2.129.450.678
Juros e gastos similares	9	(870.168.677)	(603.093.993)
Margem Financeira		2.110.292.949	1.526.356.685
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	10	408.147.120	331.761.721
Rendimentos em operações cambiais	11	1.095.714.709	1.032.824.983
Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	12	(2.968.041)	669.951
Outros resultados de exploração	12	3.745.636	7.645.809
Produto bancário		3.614.932.373	2.899.259.149
Gastos com pessoal	13	(543.603.684)	(456.903.862)
Outros gastos operacionais	14	(425.041.358)	(385.127.985)
Depreciações e amortizações	15	(103.718.783)	(87.040.634)
Total de custos operacionais		(1.072.363.825)	(929.072.481)
Resultado operacional antes de imparidade e provisões		2.542.568.548	1.970.186.668
Imparidade de crédito	16	(196.908.084)	(196.305.638)
Imparidades de outros instrumentos financeiros	16	(60.500.429)	(8.700.000)
Provisões	33	(11.135.650)	(15.466.311)
Resultado antes do imposto		2.274.024.385	1.749.714.719
Imposto corrente	17	(604.651.139)	(524.053.737)
Resultado líquido do exercício		1.669.373.246	1.225.660.982
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral		1.669.373.246	1.225.660.982

O Director Executivo Financeiro

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2024	2023
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	18,38	7.334.886.432	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	19	477.566.850	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	20	6.229.739.506	5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	21	8.809.629.472	1.411.962.116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	23	5.938.380.268	6.541.752.046
Activos por impostos correntes	28	35.728.645	27.613.854
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	6.327.548	6.327.548
Outros activos	24	396.690.196	204.005.923
Activos intangíveis	27	62.449.617	29.489.303
Activos sob direito de uso	26	80.934.465	78.797.025
Activos tangíveis	25	196.508.839	201.949.573
Total do Activo		29.568.841.838	18.107.942.951
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	29	1.018.680.889	1.632.038.220
Depósitos de clientes	30	20.138.129.687	10.927.923.707
Outros passivos	34	765.711.015	431.610.994
Passivos por impostos correntes	28	98.828.779	409.245.299
Passivos de locação	26	85.133.864	83.784.299
Provisões	33	62.888.623	58.546.395
Empréstimos subordinados	32	220.077.281	219.990.128
Responsabilidades representadas por títulos	31	3.018.423.639	1.117.812.500
Total do Passivo		25.407.873.777	14.880.951.542
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	35	1.700.000.000	1.700.000.000
Reserva legal	36	669.028.719	301.330.427
Resultados transitados		122.566.096	-
Resultado líquido do exercício		1.669.373.246	1.225.660.982
Capital próprio atribuível aos accionistas do Banco		4.160.968.061	3.226.991.409
Interesses que não controlam		-	-
Total do capital próprio		4.160.968.061	3.226.991.409
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		29.568.841.838	18.107.942.951

O Director Executivo Financeiro

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Meticais)

	Notas	2024	2023
Fluxos das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		1.669.373.246	1.225.660.982
Depreciações e amortizações		103.718.784	87.040.634
Gasto com imparidade de crédito	17,18,19	196.908.084	211.771.949
Gastos com imparidade de outros activos	15,24	60.500.428	8.700.000
Acréscimos e diferimentos de juros	13	(67.407.183)	74.947.832
Variação nos activos operacionais		391.536.225	(1.873.998.302)
Variação nos passivos operacionais		8.399.980.604	3.510.485.391
Variação no limite de reservas mínimas obrigatórias		(4.214.412.233)	(2.516.566.660)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais		6.540.197.955	728.041.826
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	25	(49.493.333)	(78.806.744)
Abate de activos tangíveis	25	29.131.684	11.514.243
Aquisição de activos intangíveis	27	(61.156.482)	(10.261.962)
Aquisição de títulos	21	(13.854.311.663)	(1.292.433.200)
Reembolso de títulos	21	6.396.143.880	493.187.800
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de investimento		(7.539.685.913)	(876.799.863)
Actividades de financiamento			
Aumento de empréstimos subordinados		87.153	103.282
Aumento de papel comercial	31	1.900.611.139	1.117.812.500
Dividendos pagos		(735.396.594)	(391.490.658)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de financiamento		1.165.301.698	726.425.124
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalente de caixa		165.813.740	577.667.086
Caixa e equivalente de caixa no início do ano		6.619.443.206	6.041.776.119
Caixa e equivalente de caixa no fim do ano	38	6.785.256.946	6.619.443.206

O Director Executivo Financeiro

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em Metical)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva legal	Reserva para risco de crédito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	1.700.000.000	89.659.920	48.322.590	(150.729.777)	705.568.349	2.392.821.082
Dotação de reservas legais	-	211.670.507	-	(211.670.507)	-	-
Transferência da reserva do risco de crédito	-	-	(48.322.590)	48.322.590	-	-
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	-	705.568.349	(705.568.349)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(391.490.658)	-	(391.490.658)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1.225.660.982	1.225.660.982
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1.700.000.000	301.330.427	-	(0)	1.225.660.982	3.226.991.409
Dotação de reservas legais	-	367.698.292	-	(367.698.292)	-	-
Transferência da reserva do risco de crédito	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	-	1.225.660.982	(1.225.660.982)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(735.396.594)	-	(735.396.594)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1.669.373.246	1.669.373.246
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	1.700.000.000	669.028.719	-	122.566.096	1.669.373.246	4.160.968.061

O Director Executivo Financeiro

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em Julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na recepção de depósitos, concessão de créditos a clientes particulares e às empresas, bem como na realização de operações de banca de investimento a nível nacional.

A sede do Banco localiza-se em Maputo, na avenida 25 de Setembro, Aterro do Maxaquene, Edifício Maryah, 7º Andar.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, outros activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (FVPL) e instrumentos de dívida e de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), todos eles mensurados ao justo valor. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Metical (que é a moeda funcional do banco), arredondadas para a unidade do metical mais próxima, excepto quando indicado.

O Banco preparou as suas demonstrações financeiras individuais com base no pressuposto de que continuará a operar como uma empresa em actividade.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de Março de 2025 e serão submetidas para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

3. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique.

4. Apresentação das demonstrações financeiras

O Banco apresenta a sua demonstração da posição financeira por ordem de liquidez, com base na intenção e capacidade percebida do Banco de recuperar/liquidar a maioria dos activos/passivos da correspondente rubrica da demonstração financeira. Uma análise relativa à recuperação ou liquidação no prazo de 12 meses após a data de relato (corrente) e mais de 12 meses após a data de relato (não corrente) é apresentada na Nota 42.



5. Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

5.1. Normas emitidas ou revistas adoptadas em 2024

As seguintes alterações às normas contabilísticas IFRS existentes entraram em vigor para os períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como correntes e não correntes e Passivos não correntes com covenants	Estas alterações clarificam as orientações existentes na IAS 1 relativas à classificação de passivos financeiros entre corrente e não corrente, esclarecendo que a classificação deverá ser aferida em função do direito que uma entidade tenha de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. Em particular, as alterações (i) clarificam o conceito de 'liquidação' indicando que se o direito de uma entidade adiar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants futuros, a entidade tem o direito de adiar a liquidação do passivo mesmo que não cumpra com esses covenants no final do período de relato; e (ii) esclarecem que a classificação dos passivos não é afectada pela expectativa da entidade (tendo por base a existência ou não do direito, devendo desconsiderar qualquer probabilidade de exercer ou não tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um <i>covenant</i>. Se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afectam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
Alterações à IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores	Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores, e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam. Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transacções de venda e relocação	Esta alteração à IFRS 16 Locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transacções de venda e relocação ("<i>sale & leaseback</i>") que qualificam como uma "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequentemente do passivo de locação, o vendedor-locatário deverá determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retém. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

5.2. Normas emitidas ou revistas, mas ainda não efectivas em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas, emitidas, mas ainda não efectivas, estão a ser avaliadas pelo Banco para determinar o seu impacto nas demonstrações financeiras individuais. Tal como explicado acima, isto inclui normas e alterações que já estariam em vigor com base na nova norma ou alteração, mas a adopção local ainda está em curso ou resultou numa data de entrada em vigor posterior.

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas alterações clarificam as orientações existentes na IAS 1 relativas à classificação de passivos financeiros entre corrente e não corrente, esclarecendo que a classificação deverá ser aferida em função do direito que uma entidade tenha de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. Em particular, as alterações (i) clarificam o conceito de ‘liquidação’ indicando que se o direito de uma entidade adiar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants futuros, a entidade tem o direito de adiar a liquidação do passivo mesmo que não cumpra com esses covenants no final do período de relato; e (ii) esclarecem que a classificação dos passivos não é afectada pela expectativa da entidade (tendo por base a existência ou não do direito, devendo desconsiderar qualquer probabilidade de exercer ou não tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um covenant. Se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afectam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a electricidade gerada a partir de fontes renováveis	As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos. Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura. As alterações são efectivas para períodos anuais a partir de 1 de Janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, excepto quanto às orientações relativas à contabilidade de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente a novos relacionamentos de cobertura, assim designados em ou após a data de aplicação inicial.
Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)	Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes. As principais alterações incluídas neste volume referem-se: • IFRS 1 (Contabilidade de cobertura na adopção pela primeira vez das normas IFRS): Esta alteração visa a actualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c). • IFRS 7 (Ganho ou perda no desreconhecimento): Esta alteração visa actualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor. • IFRS 7 (Orientações de implementação): Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza. • IFRS 9 (Desreconhecimento de passivos de locação): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento. • IFRS 9 (Preço da transacção): Com esta alteração a referência ao “preço da transacção” no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por “montante determinado pela aplicação da IFRS 15”. • IFRS 10 (Determinação de agente ‘de facto’): Alteração efectuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objectivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam actuar como agentes ‘de facto’.



	• IAS 7 (Método do custo): Substituição do termo “método do custo” por “ao custo” no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de “método do custo”. As alterações são efectivas para períodos anuais a partir de 1 de Janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida.
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objectivo assim melhores decisões de investimento. A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro: • Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação. • Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão. • Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados. A IFRS 18 entra em vigor no exercício iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2027 sendo a sua aplicação retrospectiva. É permitida a adopção antecipada desde que a opção seja divulgada.
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como actividade principal a guarda de activos a título fiduciário. A IFRS 19 entra em vigor em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2027 sendo a sua aplicação opcional. Aplicação antecipada é permitida. As entidades que adoptarem antecipadamente devem divulgar e alinhar as divulgações no período comparativo com as do período actual.

6. Estimativas, julgamentos significativos e provisões

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, réditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas

no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos os períodos.

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.



Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação de mercado disponível, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos utilizados podem afectar o justo valor dos instrumentos financeiros reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é obter uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar em ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao período durante o qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Por questões de prudência, o Banco decidiu não reconhecer impostos diferidos dada a incerteza futura da evolução do negócio do Banco, ao nível dos seus resultados fiscais.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que os requisitos específicos para este cenário contidos na IFRS 9 serão aplicados. A norma determina a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de diversos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias do negócio dos clientes e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, são registadas as perdas de crédito esperadas para um período de 12 meses. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

7. Políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

a) Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Activos financeiros ao custo amortizado
- ii. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Derivados relacionados com um determinado activo financeiro no âmbito da norma não são segregados, sendo a classificação do instrumento financeiro composto avaliada de forma conjunta (normalmente classificado ao justo valor por resultados).

A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais.

Avaliação do modelo de negócio

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios, que inclui a determinação do objectivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. O Banco procede à reavaliação regular do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos, ao nível do portfólio, dado que esta abordagem reflecte da melhor forma como os activos são geridos e como a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A avaliação feita compreende:

- i. A análise das políticas e objectivos estabelecidos para o portfólio e a operacionalidade prática dessas políticas;
- ii. Forma como a performance do portfólio é avaliada,
- iii. A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio e a forma como esses riscos são geridos;
- iv. O modelo de remuneração da Gestão (se a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos cash-flows contratuais recebidos); e
- v. A análise da frequência, volume e periodicidade das vendas (face ao período anterior), os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras.

Avaliação das características dos cash flows contratuais

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash-flows contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais originais do instrumento. No processo de avaliação, o Banco tem em consideração (i) eventos que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa, (ii) características que resultem em alavancagem (ex. derivados); (iii) cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade e (iv) características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Os modelos de negócios são explicados como se segue:

(i) Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido num modelo de negócio cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de obter os seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa associados a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

(ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais bem como pela venda desse activo financeiro.
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente os activos financeiros na data em que são originados, nomeadamente aquando da contratação dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para

gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9, activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

a) Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados transitados em caso de alienação.

b) Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros alterar, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados com a nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e consequentemente não ocorreram quaisquer reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Adicionalmente, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constitui uma modificação, mesmo



que essas cláusulas novas ou ajustadas não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo do cumprimento ou não dos termos acordados.

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A renegociação de empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para cumprir com os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças na periodicidade dos fluxos de caixa do empréstimo (capital e amortização de juros) e redução no montante dos fluxos de caixa devidos (capital e juros vencidos), concretizadas mediante adendas às cláusulas contratuais.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta em desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, alteração da moeda de denominação do activo ou mudança na contraparte, bem como a extensão das alterações na taxa de juros, data de vencimento e cláusulas restritivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, é realizada uma avaliação quantitativa para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, sendo ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for superior a 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento do activo.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro gerará um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na perda esperada de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Esta premissa aplica-se somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de *default*) remanescente ao longo da vida estimada do activo com base nos dados no seu reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;

- Com a PD remanescente na data de relato financeiro com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de cobrar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à *Expected Credit Loss* (ECL) vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhoria do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do *writte off* de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurado ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificada no resultado.

Imparidades

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) e é aplicado aos instrumentos financeiros classificados ao “custo amortizado” e ao “justo valor através de outro rendimento integral”. Basicamente, aplica-se a instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas (exposições extrapatrimoniais também são incluídas), os instrumentos de capital próprio não estão sujeitos. Os instrumentos sujeitos as imparidades são divididos em três

estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- Estágio 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperadas resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.
- Estágio 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas no estágio 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial e incorporação da informação forward looking no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD) pela perda dado o incumprimento (*loss given default* – LGD) e pelo valor da exposição (*exposure at default* – EAD).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se em consideração o seguinte:

- As PD são determinadas através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativa e qualitativa do mutuário. O Banco toma em consideração a performance e incumprimento das exposições de risco de crédito e efectua uma análise por tipos de clientes e produtos, sendo que, os PD's são atribuídos em função do risco específico de cada mutuário.
- O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em incumprimento das contrapartes. O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação. Na determinação da LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imoveis habitacionais

ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de tesouro e Bilhetes de tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

O Banco entende que o tratamento das ECLs para a dívida pública de Moçambique deve reflectir os diferentes perfis de risco dos Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro. Embora as pressões fiscais do país e o recente rebaixamento do S&P destaquem os riscos elevados no mercado de dívida, a natureza dos instrumentos – Bilhetes do Tesouro como instrumentos de curto prazo e alta liquidez versus Obrigações do Tesouro como instrumentos de longo prazo e mais vulneráveis – impulsiona a necessidade de tratamento diferenciado. A carteira de activos financeiros do Banco à data é integralmente composta por Obrigações do Tesouro (OT's) e Bilhetes do Tesouro (BT's) do Estado Moçambicano os quais, na inexistência de eventos que evidenciem um aumento significativo do risco de crédito, encontram-se à data classificados em *stage 1*.

Consequentemente, o cálculo de imparidade / de perdas esperadas sobre estes activos financeiros é feito tendo por base um horizonte temporal a 12 meses (em linha com o preconizado na IFRS 9). A manutenção de ECLs segregadas para Bilhetes do Tesouro com LGD de 5% é consistente com seu perfil de baixo risco, apoiado pelo papel de gestão de liquidez do Banco Central. Em contrapartida, às Obrigações do Tesouro é atribuída uma LGD mais elevada, de 45%, para reflectir os maiores riscos de liquidez e os desafios que o governo enfrenta na gestão das pressões orçamentais. Esta diferenciação garante que as provisões para perdas de crédito estão adequadamente alinhadas com os riscos reais apresentados por cada instrumento, proporcionando uma abordagem mais precisa e prudente na gestão da dívida pública de Moçambique.

A nível da PD, para outros instrumentos financeiros o Banco recorre à informação partilhada pela S&P, para o rating atribuído à República de Moçambique.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou na vida útil do activo, pois o incumprimento é uma componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração da ECL como a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha excedido o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em dívida. Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito, o Banco tem em conta indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, como seja, por exemplo, o



indicador qualitativo de incumprimento de cláusulas contratuais associadas ao negócio de clientes empresa, o qual geralmente não é aplicável para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como sejam o atraso no pagamento do serviço de dívida e o não pagamento de outras obrigações por parte do mutuário no sector financeiro moçambicano, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, incluindo se houve uma redução do valor recuperável. Se tiver ocorrido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base no prazo remanescente ao invés da ECL de 12 meses.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no prazo residual do instrumento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis, incluindo estimativas futuras.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. A ponderação desses diferentes cenários forma a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos de clientes empresa, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno em função da avaliação da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança da PD ao longo da vida do instrumento financeiro comparando:

- A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- A PD do prazo residual do instrumento no momento actual, estimada com base em factos e circunstâncias do momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são *forward-looking* e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas estimadas de crédito (ECL).

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos numa “lista de observação”, objecto de monitorização regular.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um *back-stop* quando um activo fica 30 dias em mora, sendo que nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo passa para o estágio 2 no modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas à taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos, à data de balanço, à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique a essa data. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

Taxas de câmbio	2024	2023
Dólar americano	63.91	63.90
Euro	66.79	70.65
Rand sul africano	3.41	3.47



c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivado pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivado sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para comprá-lo no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- É um derivado que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, cujo

desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou

- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivados embutidos, sendo que a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os ganhos/perdas de passivos financeiros ao justo valor resultantes de nova mensuração são reconhecidos em resultados, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquido reconhecido em resultados inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos, empréstimos e responsabilidades representadas por títulos (papel comercial), são inicialmente mensurados ao justo valor, líquidos dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva consiste em calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e reconhecer a despesa de juros pelo período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida em resultados.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução por perda de imparidade.



e) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente, para efeitos de divulgação, procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado no pressuposto de que os participantes de mercado efectuaram a transacção agindo no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro tem em consideração a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, maximização a utilização do activo, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da melhor maneira possível.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, a qual categoriza o nível de inputs para a mensuração do justo valor da seguinte forma:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para os activos ou passivos, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia do justo valor pela reavaliação da sua categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

f) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avals. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes.

g) Reconhecimento de crédito e gasto

O crédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de crédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados ao justo valor, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, os custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade (estágio 3), o rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidos do activo financeiro.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta componente da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico, e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida em que os serviços são recebidos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.



i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são incluídos no valor contabilístico do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As outras despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Categoria	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3 - 10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

O Banco efectua regularmente a análise da adequacidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas. As obras em edifícios arrendados são depreciadas num prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável estimado, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente, na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O *software* adquirido pelo Banco é registado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como um activo quando o Banco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e

são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 4 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo não financeiro, se existe evidência objectiva de imparidade. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo – o valor recuperável de um activo é o maior valor entre o valor em uso e o justo valor deduzido dos custos de transacção. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para apurar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pela sua associada residente durante um período de cinco anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do

reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou perda, e;

- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

Por questões de prudência, o Banco decidiu não reconhecer impostos diferidos dada a incerteza futura da evolução do negócio do Banco, ao nível dos seus resultados fiscais.

m) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando aplicável e material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as

avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

o) Locações

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16 - Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador").

De acordo com a referida norma, o locatário reconhece um activo de direito de uso, que representa um direito de usar o activo subjacente (corresponde ao valor actual das rendas futuras), e um passivo de locação, que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Na qualidade de locatário, o Banco reconhece todos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos no âmbito do contrato de locação no seu passivo de locação.

O passivo de locação deve ser mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que fixos. Estes pagamentos devem ser actualizados à taxa implícita no contrato se for aplicável, ou alternativamente usando a taxa de desconto, que é a taxa que o locatário teria de pagar se solicitasse um empréstimo para adquirir o activo no mesmo mercado, com as mesmas condições (prazo, qualidade do activo, garantias). Subsequentemente o passivo deve ser mensurado pelo aumento do valor de juros e reduzido pelo valor dos pagamentos com o reconhecimento em resultados do exercício da componente de juros.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os grupos de activos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável. O banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.



O banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Justo valor das propriedades registadas em activos não correntes detidos para venda e em outros activos, são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Banco estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos imóveis, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor). As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. O Banco considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes activos na data do balanço.

O Banco considera que os edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efectuadas para apurar o respectivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização actual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

A determinação do Valor de Mercado baseia-se em métodos de avaliação internacionalmente aceites e que, nomeadamente:

- O Método Comparativo de Mercado: compara a propriedade a avaliar com outras propriedades semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionadas há pouco tempo no local ou em zonas equiparáveis. Os valores conhecidos são ajustados para tornar pertinente a comparação, sendo consideradas as variáveis: dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras, que possam ser de alguma forma relevante.
- O Método do Custo de Reposição Amortizado: consiste na determinação do valor de substituição do imóvel

em análise, e parte do pressuposto que um investidor, conhecedor e informado, não estaria disposto a pagar mais pela propriedade do que o custo de produzir outra com idêntica utilidade, deduzido do montante relativo à depreciação e/ou obsolescência funcional, física e económica verificadas.

q) Acordos de recompra / revenda

O Banco realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como aplicações de outras instituições de crédito. A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

r) Impacto do risco climático nas apreciações e estimativas contabilísticas Classificação de empréstimos e obrigações ligados a ESG (ou ligados à sustentabilidade):

Para empréstimos e obrigações com características ligadas à sustentabilidade, o Banco determina se o instrumento passa apenas no teste de pagamentos de capital e juros, considerando se proporcionam uma compensação proporcional para riscos básicos de empréstimo, como o risco de crédito, ou se não introduzem uma compensação por riscos incompatíveis com os mecanismos básicos de concessão de empréstimos. Algumas características podem ser de minimis ou não genuínas. Com base na dimensão da carteira destes produtos detida pelo Banco em 31 de Dezembro de 2024, o impacto foi avaliado como irrelevante.

Mensuração pelo justo valor

O Banco assumiu que quaisquer variáveis de mudança climática incorporadas na mensuração pelo justo valor são aquelas que os participantes do mercado considerariam ao precificar o activo ou passivo, em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor. Consequentemente, o Banco concluiu que o risco climático foi adequadamente reflectido no justo valor dos seus activos e passivos. Quando os preços são observáveis, assume-se que o justo valor já incorpora a visão dos participantes do mercado sobre as variáveis de risco climático. Nos casos em que tenha sido utilizado um método de avaliação por substituição para preços não observáveis, a selecção do substituto inclui a consideração dos factores de risco climático, se for caso disso.

s) Eventos subsequentes

Se o Banco receber informação resultante de acontecimentos ocorridos após o período de relato, mas antes da data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, relativa a condições existentes no final do período de relato, avaliará se essa informação afecta os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras.

O Banco ajustará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras para reflectir quaisquer “eventos



ajustáveis” após o período de relato e actualizará as respectivas divulgações relacionadas com essas condições, à luz das novas informações, caso os referidos acontecimentos forneçam prova de condições que existiam na data de balanço.

Relativamente aos “eventos não ajustáveis”, resultantes de acontecimentos após o período de relato (que indicam condições ocorridas após essa data), o Banco não alterará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento, que não dá lugar a ajustamento, e uma estimativa do seu impacto financeiro ou, caso aplicável, uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita de forma fiável.

Os eventos subsequentes identificados com referência à data de relato estão divulgados na Nota 43 – Eventos subsequentes.

8. Actividades de segmentos de negócio

Um segmento de negócio constitui uma componente identificável do Banco, destinada a oferecer um produto ou serviço específico, ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, estando sujeita a riscos e benefícios que se distinguem dos demais segmentos de negócio.

O Banco gere a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- *Corporate Banking* e
- *Consumer Lending*

Relato por Segmentos

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, as disposições

estabelecidas no IFRS 8. O Banco desenvolve uma ampla gama de actividades bancárias e serviços financeiros, com especial foco nas operações da Banca Corporativa.

Caracterização dos Segmentos

O segmento **Corporate Banking**, direccionado a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão das suas actividades se enquadra nos critérios de seleção definidos para este segmento, oferece um portfólio completo de produtos e serviços de valor acrescentado, adaptados às necessidades específicas de cada cliente.

O segmento **Consumer Lending** é direccionado exclusivamente a atribuição de crédito rápido e de fácil acesso para funcionários públicos, para contribuir para as suas necessidades de financiamento de curto e de médio prazo.

Bases de Reporte

Os reportes utilizados pela gestão são, essencialmente, baseados em uma estrutura contabilística que cumpre com as normas estabelecidas pelas IFRS.

Atividades dos Segmentos de Negócio a 31 de Dezembro de 2024

Os valores reportados na conta de exploração reflectem o processo de alocação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio. A informação apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas IFRS. Os valores abaixo apresentados reflectem o processo de afectação de resultados, reportados por cada segmento de negócio:

(Montantes expressos em Metical)

2024	Corporate Banking e outros	Consumer Lending	Total
Juros e rendimentos similares	2.203.613.887	776.847.739	2.980.461.626
Juros e gastos similares	(504.794.284)	(365.374.394)	(870.168.677)
Margem Financeira	1.698.819.603	411.473.345	2.110.292.949
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	340.311.863	55.814.661	396.126.524
Comissões de intermediação de seguros	-	12.020.596	12.020.596
Rendimentos em operações cambiais	1.095.714.709	-	1.095.714.709
Outros resultados de exploração	777.594	-	777.594
Total outros proveitos operacionais	1.436.804.166	67.835.257	1.504.639.424
Produto bancário	3.135.623.770	479.308.603	3.614.932.373
Gastos com pessoal	(493.624.795)	(49.978.889)	(543.603.684)
Outros gastos directos	-	(45.620.128)	(45.620.128)
Outros gastos administrativos	(452.015.793)	(31.124.220)	(483.140.013)
Total de custos operacionais	(945.640.587)	(126.723.238)	(1.072.363.825)
Resultado operacional antes de imparidades e provisões	2.189.983.182	352.585.365	2.542.568.548
Perdas por imparidades em activos financeiros e provisões	(192.261.199)	(76.282.964)	(268.544.163)
Resultado antes do imposto	1.997.721.984	276.302.401	2.274.024.385
Imposto corrente	(516.234.370)	(88.416.768)	(604.651.139)
Resultado líquido do exercício	1.481.487.613	187.885.633	1.669.373.246
Total de activos	27.580.605.644	1.988.236.194	29.568.841.838
Total de passivos	23.072.075.669	2.335.798.107	25.407.873.777



(Montantes expressos em Meticais)

2023	Corporate Banking e outros	Consumer Lending	Total
Juros e rendimentos similares	1.427.852.850	701.597.828	2.129.450.678
Juros e gastos similares	(298.530.437)	(304.563.556)	(603.093.993)
Margem Financeira	1.129.322.412	397.034.272	1.526.356.685
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	279.371.827	53.693.961	333.065.787
Comissões de intermediação de seguros	-	6.827.651	6.827.651
Rendimentos em operações cambiais	1.032.824.983	-	1.032.824.983
Outros resultados de exploração	184.043	-	184.043
Total outros proveitos operacionais	1.312.380.853	60.521.611	1.372.902.464
Produto bancário	2.441.703.265	457.555.884	2.899.259.149
Gastos com pessoal	(415.230.874)	(41.672.988)	(456.903.862)
Outros gastos directos	-	(40.532.582)	(40.532.582)
Outros gastos administrativos	(401.864.309)	(29.771.728)	(431.636.037)
Total de custos operacionais	(817.095.183)	(111.977.298)	(929.072.481)
Resultado operacional antes de imparidades e provisões	1.624.608.082	345.578.586	1.970.186.668
Perdas por imparidades em activos financeiros e provisões	(131.294.543)	(89.177.406)	(220.471.949)
Resultado antes do imposto	1.493.313.539	256.401.180	1.749.714.719
Imposto corrente	(442.005.359)	(82.048.378)	(524.053.737)
Resultado líquido do exercício	1.051.308.179	174.352.802	1.225.660.982
Total de activos	15.958.881.338	2.149.061.613	18.107.942.951
Total de passivos	12.418.584.836	2.462.366.706	14.880.951.542

9. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	1.527.846.498	1.559.892.934
Juros de aplicações em instituições de crédito	542.261.339	424.412.129
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	910.353.789	145.145.619
Total de juros e rendimentos similares	2.980.461.626	2.129.450.681
Juros e custos similares		
Juros de depósitos de clientes	497.328.708	502.205.033
Juros de dívida subordinada	19.032.511	18.974.216
Juros de depósitos do Banco Central e outros bancos	31.640.407	26.748.781
Juros de papel comercial	316.421.139	51.562.500
Juros de passivos de locação	5.745.912	3.603.462
Total de juros e custos similares	870.168.677	603.093.993
Margem Financeira	2.110.292.949	1.526.356.689

O aumento da margem financeira, num contexto de redução contínua das taxas de juro em moeda nacional, aliado à manutenção dos elevados níveis de reservas obrigatórias, foi impulsionado pelo crescimento substancial dos depósitos, particularmente em moeda nacional. Para este aumento contribuiu, de forma bastante relevante, a diversificação da carteira de produtos e serviços oferecidos pelo banco, o que tem permitido uma exposição a contas transaccionais. Adicionalmente, o crescimento da exposição ao papel comercial também contribuiu para o aumento da margem financeira.

Parte significativa da liquidez gerada por este aumento foi alocada a Bilhetes de Tesouro, razão pela qual registou-se o incremento nos juros de activos financeiros ao custo amortizado na ordem dos MZN 765 milhões.



10. Rendimentos líquidos de serviços e comissões

Os rendimentos líquidos de serviços e comissões apresentam-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Serviços bancários prestados	120.482.656	79.376.481
Garantias e cartas de crédito	264.127.200	230.320.444
Transacções com terceiros	79.550.611	79.391.087
Seguros	15.104.780	8.938.727
Outras comissões e serviços	30.452.292	18.698.841
Rendimentos de comissões e serviços	509.717.539	416.725.580
Menos: gastos de comissões e serviços	(101.570.419)	(76.832.142)
Total de rendimento líquido de comissões e serviços	408.147.120	339.893.438

O aumento dos rendimentos líquidos de comissões e serviços deve-se, essencialmente, ao aumento do volume transaccional de operações bancárias, das operações de garantias a terceiros, das cartas de crédito e comissões de intermediação de seguros.

A rubrica outras comissões e serviços registou um aumento de cerca de MZN 10 milhões de 2023 para 2024. Sendo de destacar as comissões associadas às transacções de POS do Banco.

As comissões de intermediação de seguros tiveram um crescimento de cerca de MZN 6 milhões, reflectindo o impacto da retoma dos desembolsos na carteira do crédito ao funcionário público, a partir de Maio de 2024.

Os gastos com comissões e serviços aumentaram em consonância com o crescimento do negócio. Esta rubrica é maioritariamente impactada pelo aumento da componente transaccional, incluindo de POS e cartões, bem como pela intermediação na angariação de clientes no segmento de crédito ao funcionário público.

11. Rendimentos em operações cambiais

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Ganhos em operações cambiais	1.436.361.297	1.083.452.729
Perdas em operações cambiais	(340.646.588)	(50.627.746)
Total de rendimentos em operações cambiais	1.095.714.709	1.032.824.983

O aumento dos rendimentos em operações cambiais, em 2024, advém do acréscimo do volume de operações realizadas no ano, em função do aumento e diversificação da carteira de clientes do Banco, em particular no segmento de clientes exportadores.

12. Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado e outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Ganhos na compra e revenda de títulos	4.837.243	1.630.139
Perdas em prémios de emissão	(7.805.284)	(960.188)
Total de rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	(2.968.041)	669.951

	2024	2023
Recuperação de créditos	2.257.097	-
Outros ganhos	1.488.539	1.987.593
Total outros proveitos de exploração	3.745.636	1.987.593



13. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Remunerações aos trabalhadores	539.422.502	452.621.735
Formação e outros custos com trabalhadores	4.181.182	4.282.127
Total de gastos com pessoal	543.603.684	456.903.862

O crescimento de gastos com pessoal verificado em 2024, em linha com a estratégia do Banco, deve-se, essencialmente, à contratação de novos quadros.

Os colaboradores distribuem-se nas seguintes categorias profissionais:

	2024	2023
Directores/Sub-Directores	23	21
Gestores/gerentes	47	51
Analistas/técnicos	50	43
Assistentes	60	57
Total	180	172

14. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Manutenção e reparação	88.265.761	55.974.229
Rendas e alugueres	17.985.043	9.385.123
Segurança	10.344.713	15.625.230
Consultoria	36.874.323	40.820.359
Serviços prestados por contrapartes do grupo	141.247.866	106.438.420
Publicidade	16.623.857	29.783.582
Despesas de viagem e de representação	15.578.061	22.803.834
Consumíveis	7.530.256	13.645.991
Outros gastos	90.591.480	90.651.217
Total de outros gastos operacionais	425.041.358	385.127.985

Apesar da redução da rubrica de Segurança, essencialmente devido à diminuição dos custos com a recolha de valores dos balcões e de clientes, observou-se um aumento nas despesas de manutenção e de reparação. Esse aumento foi suportado maioritariamente por novos contratos de manutenção de POS, bem como pela abertura, em meados 2023, de um novo balcão de empresas na Beira e, em 2024, de novos espaços no edifício Sede, destinados a acomodar o crescimento do quadro de pessoal do Banco.

Parte do aumento do aumento dos custos com rendas e alugueres são suportados pelo novo contrato de arrendamento novos espaços no edifício Sede, destinados a acomodar o crescimento do quadro do pessoal do Banco.

Os custos com *marketing* tiveram um decréscimo de cerca de MZN 13 milhões, face ao exercício anterior, em parte devido ao adiamento de iniciativas previstas para o último trimestre do ano, devido à onda de protestos pós-eleitorais que se verificaram no país. Adicionalmente, em 2023, foram realizadas várias iniciativas de *Marketing* para comemoração do 10º aniversário do Banco e à inauguração de um balcão na Beira, o que contribuiu para o aumento dos custos naquele ano.

De igual forma, as despesas de viagem e de representação também registaram uma redução na ordem dos MZN 7 milhões. Ainda no contexto das manifestações pós-eleitorais, foram registadas perdas resultantes das vandalizações no balcão da Machava e no ATM de Boane que totalizaram cerca MZN 6 milhões.

Os serviços prestados pelas contrapartes do grupo, referem-se ao suporte, por parte do FMB capital Holdings Plc e First Capital Shared Services Ltd, em áreas operacionais, IT - incluindo segurança, financeira e outras áreas associadas às linhas de defesa do Banco, nomeadamente risco, *compliance* e auditoria, entre outras.



Os outros gastos são compostos por serviços de cobrança e de angariação do produto de crédito ao funcionário público, comunicações e combustíveis.

15. Depreciações e amortizações do exercício

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	(Montantes expressos em Meticais)	
	2024	2023
Depreciações de activos tangíveis	49.118.640	41.419.428
Depreciação de direito de uso	39.946.135	34.933.778
Amortização de activos intangíveis	14.654.008	10.687.428
Total de depreciações e amortizações	103.718.784	87.040.634

O aumento das depreciações de ativos tangíveis resulta do investimento em diversos equipamentos, com especial destaque para a infraestrutura de TI e a expansão da área ocupada no edifício Sede. Ao longo do ano, o Banco realizou obras em edifícios arrendados e adquiriu novas viaturas para a sua frota. O crescimento das amortizações deve-se ao investimento efectuado em novas aplicações informáticas.

16. Perdas por imparidades em activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	(Montantes expressos em Meticais)	
	2024	2023
Imparidades de crédito		
Dotação líquida do exercício	196.908.084	233.126.002
Recuperação de créditos e de juros abatidos ao activo	-	(36.820.364)
Total de imparidades de crédito do período	196.908.084	196.305.639
Imparidades de Outros instrumentos financeiros		
Dotação líquida do exercício	85.370.095	14.851.811
Recuperações do exercício	(24.869.666)	-
Total de imparidades de outros instrumentos financeiros	60.500.429	14.851.811
Total de imparidades do exercício	257.408.513	211.157.450

O aumento das imparidades do exercício deve-se essencialmente ao crescimento das imparidades de outros instrumentos financeiros, reflectindo a variação positiva da carteira de Bilhetes de Tesouro, em linha com o aumento de depósitos, bem como ao *downgrade* das exposições de dívida pública, com impacto nas respectivas PD's, ocorrido em Outubro de 2024 (valor estimado de MZN 40 milhões).

17. Impostos sobre o rendimento

17.1 Imposto sobre o rendimento reconhecido em resultados

	(Montantes expressos em Meticais)	
	2024	2023
Imposto sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações	339.758.347	91.442.422
Estimativa de imposto corrente	264.892.792	432.611.315
Total de imposto corrente	604.651.139	524.053.737



17.2 Reconciliação de gastos com impostos

(Montantes expressos em Meticais)

	2024		2023	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		2.274.024.385		1.749.714.719
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,00%	727.687.803	32,00%	559.908.710
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	1,81%	41.060.951	1,14%	19.985.605
Rendimentos dedutíveis	-22,16%	(503.855.963)	-8,42%	(147.282.999)
Tributação		264.892.792		432.611.316
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações - taxa liberatória	20,00%	339.758.347	20,00%	91.442.422
Imposto corrente do exercício	27%	604.651.139	30%	524.053.738

17.3 Reconciliação de imposto a pagar

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Estimativa de imposto do exercício	338.767.189	432.611.316
Pagamentos por conta	(346.881.981)	(32.903.847)
Imposto a pagar (recuperar)	(8.114.792)	399.707.469

18. Caixa e disponibilidades no Banco Central

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Disponibilidades no Banco Central	7.246.638.245	3.614.796.003
Caixa	88.248.187	160.661.876
Total de disponibilidades	7.334.886.432	3.775.457.879
Disponibilidades líquidas de imparidades	7.334.886.432	3.775.457.879
Reservas obrigatórias	(7.201.014.591)	(2.986.602.358)
Disponibilidades líquidas de reservas obrigatórias	133.871.841	788.855.521

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2024, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 7,201,014,591 MZN (2,986,602,358 MZN em 2023).

Até ao fecho do período de reporte, os coeficientes de Reservas Obrigatórias mantiveram-se inalterados desde a decisão do CPMO, a 31 de Maio de 2023, em 39% para passivos em moeda nacional e 39.5% em moeda estrangeira.

Esta reserva não é remunerada e não é considerada como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 37).

19. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país	713.884	28.549.542
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	476.852.966	118.578.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	477.566.850	147.128.017



20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Aplicações em outras instituições de crédito	6.229.749.908	5.683.470.069
Imparidade acumulada	(10.402)	(10.402)
Aplicações em outras instituições de crédito	6.229.739.506	5.683.459.667
Acordos de recompra	3.000.000.298	2.350.000.306
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	842.172.114	100.000.231
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	2.383.961.250	3.226.903.015
Juros a receber de aplicações em instituições de crédito	3.616.246	6.566.517
	6.229.749.908	5.683.470.069
Imparidade acumulada	(10.402)	(10.402)
Total de aplicações em instituições de crédito líquidas de imparidades	6.229.739.506	5.683.459.667

As aplicações em instituições de crédito são de curto prazo (*overnights*) para as quais existe um risco mínimo de alteração de valor.

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Saldo inicial	10.402	10.402
Imparidade do exercício	-	-
Saldo final	10.402	10.402

21. Activos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Activos financeiros ao custo amortizado		
Bilhetes de tesouro	8.259.959.220	922.784.840
Obrigações de tesouro	622.681.834	501.688.430
Total, antes das imparidades	8.882.641.054	1.424.473.270
Imparidade acumulada	(73.011.582)	(12.511.154)
Total de investimentos no mercado monetário	8.809.629.472	1.411.962.117
Movimento durante o ano		
Saldo a 1 de Janeiro	1.411.962.117	700.175.701
Incremento do período	7.397.667.355	711.786.416
Saldo a 31 de Dezembro	8.809.629.472	1.411.962.117
Imparidades		
Saldo a 1 de Janeiro	(12.511.154)	(3.811.154)
Incremento/recuperação do período do período	(60.500.428)	(8.700.000)
Saldo a 31 de Dezembro	(73.011.582)	(12.511.154)
Total de investimentos no mercado monetário	8.809.629.472	1.411.962.117

Os bilhetes de tesouro registaram um crescimento significativo ao longo do ano, reflectindo o aumento da carteira de depósitos em 2024.

A imparidade do exercício, relacionada com os activos financeiros ao custo amortizado, aumentou significativamente, em comparação com 31 de Dezembro de 2023, devido à maior exposição à dívida do Estado moçambicano.



22. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Saldo de Abertura	6.327.548	6.327.548
Variação de justo valor	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	6.327.548	6.327.548

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

23. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes foram mensurados ao custo amortizado e apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Composição de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos a prazo	4.506.156.030	3.903.637.323
Crédito à habitação	65.749.751	1.447.981.573
Descobertos	1.630.284.586	1.412.918.964
Crédito e adiantamentos a clientes	6.202.190.367	6.764.537.860
<i>Menos: imparidade de crédito</i>	<i>(263.810.099)</i>	<i>(226.282.839)</i>
Exposição líquida de imparidades	5.938.380.269	6.541.752.044
Maturidades		
Até 3 meses	2.792.597.828	1.911.958.515
Entre 3 e 12 meses	296.770.779	2.084.206.651
Acima de 12 meses	2.849.011.662	2.545.586.878
Crédito e adiantamentos a clientes	5.938.380.269	6.541.752.044

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Crédito		
Carteira vincenda	4.578.411.991	5.104.405.749
Carteira vencida	157.016.803	283.916.577
Descobertos bancários		
Carteira vincenda	1.623.157.435	1.540.642.530
Carteira vencida	7.395.384	54.670.702
Crédito e adiantamentos a clientes	6.365.981.613	6.983.635.557
Juros a receber	39.390.590	29.757.769
Comissões diferidas	(203.181.835)	(245.358.647)
Imparidade acumulada	(263.810.099)	(226.282.634)
Crédito e adiantamentos a clientes	5.938.380.268	6.541.752.044



(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Crédito a empresas		
Crédito	3.931.255.164	4.416.140.329
Imparidade	(86.982.917)	(128.955.835)
Exposição	3.844.272.247	4.287.184.494
Crédito a particulares		
Crédito	2.434.726.449	2.567.495.227
Imparidade	(176.827.182)	(97.326.798)
Carteira vencida	2.257.899.267	2.470.168.429
Juros a receber	39.390.590	29.757.769
Comissões diferidas	(203.181.835)	(245.358.647)
Crédito e adiantamentos a clientes	5.938.380.268	6.541.752.044

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Saldo de abertura	226.282.635	36.303.080
Imparidade do exercício (nota 16)	196.908.084	196.305.638
Utilização	(159.380.619)	(6.326.083)
Saldo final	263.810.099	226.282.635

No que respeita a utilização da imparidade de balanço, trata-se da anulação de processos de crédito com imparidade a 100%, cuja movimentação contabilística não passa pela demonstração de resultados (*write-off*).

24. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	FY 2024	FY 2023
Custos diferidos	24.502.274	15.107.779
Outros valores a receber	372.187.922	188.898.144
Saldo bruto	396.690.196	204.005.923
Total de outros activos líquidos de imparidades	396.690.196	204.005.923
Correntes	396.690.196	204.005.923
Total de outros activos	396.690.196	204.005.923

A variação da positiva da rubrica de outros activos é justificada, essencialmente, pelo adiantamento da primeira tranche do valor contratualizado para a construção da nova Sede (MZN 194 milhões). Outra componente desta rubrica respeita aos diferimentos das comissões incorridas com os correctores do crédito ao funcionário público que totalizaram MZN 159 milhões em 2024 (MZN 174 milhões em 2023).



25. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

2024	Obras em edifícios arrendados	Viaturas	Equipamentos, Ferramentas e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Custo					
Saldo de abertura	186.345.242	32.552.425	145.240.100	10.311.237	374.449.004
Adições	2.190.985	7.800.000	9.914.974	29.587.373	49.493.333
Abates	(10.346.227)	(1.187.500)	(17.416.920)	(181.037)	(29.131.684)
Transferências	9.774.217	-	29.432.956	(39.207.172)	-
Saldo a 31 de Dezembro	187.964.218	39.164.925	167.171.110	510.401	394.810.654
Depreciações acumulada					
Saldo de abertura	(69.320.386)	(24.306.835)	(78.872.209)	-	(172.499.429)
Depreciações do período	(19.494.341)	(5.025.401)	(24.598.898)	-	(49.118.640)
Revertidas em abates	7.214.901	14.913.854	14.913.854	-	23.316.255
Saldo a 31 de Dezembro	(81.599.826)	(28.144.736)	(88.557.253)	-	(198.301.815)
Activos tangíveis líquidos	106.364.392	11.020.189	78.613.857	510.401	196.508.839

2023	Obras em edifícios arrendados	Viaturas	Equipamentos, Ferramentas e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Custo					
Saldo de abertura	187.146.485	37.303.931	121.135.684	-	345.586.100
Adições	19.469.241	4.995.399	29.658.384	10.311.237	64.434.262
Abates	(20.153.166)	(9.746.905)	(5.671.285)	-	(35.571.357)
Transferências	(117.317)	-	117.317	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	186.345.243	32.552.425	145.240.100	10.311.237	374.449.004
Depreciações acumuladas					
Saldo de abertura	(70.831.303)	(29.471.809)	(65.743.146)	-	(166.046.258)
Depreciações do período	(18.063.117)	(4.659.450)	(18.175.482)	-	(41.419.428)
Revertidas em abates	19.606.420	9.271.963	5.566.495	-	34.444.878
Saldo a 31 de Dezembro	(69.288.000)	(24.859.296)	(78.352.134)	-	(172.499.429)
Activos tangíveis líquidos	117.057.243	7.693.129	66.887.966	10.311.237	201.949.575

Em 2024, as adições nas rubricas de obras em edifícios arrendados e em equipamentos incluem a expansão da área ocupada no edifício sede para o 4º andar, em linha com a estratégia de crescimento do Banco. Adicionalmente, o banco procedeu à aquisição de novas viaturas e melhorou a infraestrutura de IT. Parte das melhorias na infraestrutura de IT encontrava-se em curso a 31 de Dezembro de 2024, representada na rubrica imobilizado em curso.

**26. Activos sob direito de uso e Passivos de locação**

O movimento nos activos sob direito de uso apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	FY 2024	FY 2023
Activos		
Saldo de abertura	78.797.027	80.873.038
Adições	42.083.573	32.857.766
Depreciações do período	(39.946.135)	(34.933.778)
Saldo a 31 de Dezembro	80.934.465	78.797.027
Passivos		
Inferiores a 1 ano	27.681.972	33.913.176
Entre 1 e 5 anos	55.746.133	42.872.232
Superiores a 5 anos	1.705.759	3.411.518
Cashflows contratuais a 31 de Dezembro	85.133.864	80.196.926
Correntes	27.681.972	80.196.926
Não correntes	57.451.892	-
	85.133.864	80.196.926
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados		
Juros	5.745.912	3.784.076
	5.745.912	3.784.076

Parte do valor registado na rubrica de “adições” em 2024 reflecte o direito de uso decorrente da renovação do contrato do balcão de Sede (MZN 30 milhões) e da expansão para o 4º andar dos escritórios da Sede (MZN 9 milhões).

27. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Custo		
Saldo de abertura	135.615.859	125.353.897
Abates	(13.470.585)	-
Adições	61.156.482	10.261.962
Saldo a 31 de Dezembro	183.301.756	135.615.859
Amortizações acumuladas		
Saldo de abertura	(106.198.131)	(95.510.704)
Amortizações do período	(14.654.008)	(10.687.428)
Saldo a 31 de Dezembro	(120.852.139)	(106.198.131)
Activos intangíveis líquidos	62.449.617	29.417.727

Todos os activos intangíveis do banco correspondem a *software*.



28. Activos e passivos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Retenções na fonte de IRPC	27.613.854	27.613.854
Retenções na fonte (Acréscimos de juros de títulos)	(98.828.779)	(9.537.831)
Pagamentos por conta	346.881.980	32.903.847
Estimativa do imposto do exercício	(338.767.189)	(432.611.315)
Imposto a (pagar)/ recuperar (nota 17)	8.114.791	(399.707.468)
Total - Activo por impostos correntes	35.728.645	27.613.854
Total - Passivo por impostos correntes	(98.828.779)	(409.245.299)

O imposto a recuperar resulta da diferença entre a estimativa de imposto, o imposto retido a título definitivo e os pagamentos por conta efectuados. O valor das retenções na fonte respeita às retenções efectuadas por terceiros sobre juros de aplicações em outras instituições de crédito e juros provenientes de títulos. O Banco solicitou o reembolso deste valor à Autoridade Tributária de Moçambique e aguarda o desfecho do processo.

29. Recursos de instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Bancos estrangeiros	1.014.103.531	1.631.051.320
Juros a pagar (bancos estrangeiros)	4.577.358	986.900
Total de recursos de instituições de crédito	1.018.680.889	1.632.038.220

A 31 de Dezembro de 2024, o saldo de depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro refere-se essencialmente a tomadas de fundos no Crown Agents bank, no montante de aproximadamente MZN 1.000 milhões, e outros saldos no fecho do período no mesmo correspondente bancário.

30. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes por moeda é analisada como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Moeda nacional	15.733.546.661	7.085.906.277
Moeda estrangeira	4.404.583.026	3.842.036.209
Total de depósitos de clientes	20.138.129.687	10.927.942.486

A rubrica de depósitos de clientes por maturidade é analisada como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Maturidade inferior a 3 meses	16.983.326.498	8.134.605.479
Maturidade superior a 3 meses	3.154.803.189	2.793.337.006
Total de depósitos de clientes	20.138.129.687	10.927.942.486

A rubrica de depósitos de clientes por tipo de conta é analisada como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
A ordem	13.373.037.163	4.790.475.416
A prazo	6.622.521.759	5.995.913.534
Contas poupança	66.885.238	82.589.060
Juros a pagar	75.685.527	58.964.476
Total de depósitos de clientes	20.138.129.687	10.927.942.486



31. Responsabilidades representadas por títulos

Em 2024, o Banco procedeu à emissão de 5 séries de Papel Comercial, das quais 4 ainda se encontravam vigentes a 31 de Dezembro de 2024, com as características abaixo:

2024	Série II	Série III	Série IV	Série V
Valor nominal	1.078.000.000	510.000.000	788.000.000	595.000.000
Quantidade	1.078.000	510.000	788.000	595.000
Valor unitário	1.000	1.000	1.000	1.000
Taxa	15%	14%	13%	12,5%
Prazo	12 meses	12 meses	6 meses	6 meses
Data de emissão	1-Jun-24	17-Jul-24	16-Sep-24	16-Oct-24
Data de maturidade	31-May-25	17-Jul-25	16-Mar-25	16-Apr-25

2024	Série I	Série II
Valor nominal	750.000.000	350.000.000
Quantidade	750.000	350.000
Valor unitário	1.000	1.000
Taxa	18%	15%
Prazo	12 meses	6 meses
Data de emissão	9-Jan-23	15-Nov-2023
Data de maturidade	9-Jan-24	15-May-2024

A 31 de Dezembro de 2024, o valor nominal e o acréscimo de juros apresentavam-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Valor nominal	2.971.000.000	1.100.000.000
Acréscimos de juros	47.423.639	17.812.500
Papel comercial	3.018.423.639	1.117.812.500

Durante o ano, chegaram à maturidade as séries de papel comercial com os detalhes abaixo:

Vencido em 2024	Série I 2023	Série II 2023	Série I 2024
Valor nominal	750.000.000	350.000.000	500.000.000
Quantidade	750.000	350.000	500.000
Valor unitário	1.000	1.000	1.000
Taxa	18%	15%	14%
Prazo	12 meses	6 meses	6 meses
Data de emissão	9-Jan-23	15-Nov-2023	15-Apr-24
Data de maturidade	9-Jan-24	15-Mai-2024	15-Oct-24

32. Empréstimos subordinados

A rubrica de empréstimos subordinados apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Saldo de abertura	219.990.128	219.886.846
Adições	-	-
Efeitos de reavaliação cambial	87.153	103.282
Saldo a 31 de Dezembro	220.077.281	219.990.128

	2024	2023
Juros de empréstimos subordinados (nota 9)	19.032.511	18.974.216



33. Provisões

O movimento das provisões apresenta-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Provisões		
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários		
Saldo de abertura	26.948.599	20.796.788
Provisão do exercício garantias e créditos documentários	6.539.438	16.007.305
Reversões garantias bancárias e créditos documentários	(7.935.707)	(9.855.494)
Total provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	25.552.330	26.948.599
Provisões para contingências legais		
Saldo de abertura	29.097.796	21.097.796
Provisão do exercício para contingências legais	5.695.627	8.000.000
Total provisões para contingências legais	34.793.423	29.097.796
Outras provisões		
Saldo de abertura	2.500.000	1.621.363
Outras provisões do exercício	42.870	1.314.500
Utilização	-	(435.863)
Total outras provisões	2.542.870	2.500.000
Total Provisões	62.888.623	58.546.395

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas e são calculadas tal como requerido pela IFRS 9.

34. Outros passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Acréscimos de gastos	254.627.418	188.126.276
Estado	45.385.814	29.599.136
Contas de regularização	465.697.783	213.885.582
Total de outros passivos	765.711.015	431.610.994

A variação de Acréscimos de gastos deve-se essencialmente aos gastos com pessoal, em linha com o aumento do número de quadros do Banco, bem como com o aumento do negócio e dos resultados alcançados pelo Banco.

A variação do saldo das contas de regularização é essencialmente justificada pela posição da compensação na data de fecho de balanço, num montante superior a MZN 434 milhões. Este saldo foi totalmente regularizado em Janeiro de 2025, representando 94% do valor total. O saldo remanescente corresponde a outras contas transitórias.

As contas a pagar ao Estado encontram-se desagregadas abaixo:

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
IRPS	38.083.850	16.443.939
Imposto de selo	4.466.070	5.658.702
INSS	2.001.881	1.743.849
IVA	834.014	5.752.646
Total de outras contas a pagar ao Estado	45.385.814	29.599.136



35. Capital Social

O capital social do Banco é representado por 17.000.000 de acções, de valor nominal de 100 Meticaís cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

2024	Nº de acções	Montante (MZN)	% participação
FMB Capital Holding, Plc	13.600.000	1.360.000.000	80%
Premier Capital	2.550.000	255.000.000	15%
Prime Bank	850.000	85.000.000	5%
Total	17.000.000	1.700.000.000	100%

2023	Nº de acções	Montante (MZN)	% participação
FMB Capital Holding, Plc	13.600.000	1.360.000.000	80%
Premier Capital	2.550.000	255.000.000	15%
Prime Bank	850.000	85.000.000	5%
Total	17.000.000	1.700.000.000	100%

36. Reservas

Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana em vigor na data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de, pelo menos, 30% dos seus lucros líquidos auditados, até que esta seja igual ao capital social. Esta reserva não pode ser distribuída, mas pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

(Montantes expressos em Meticaís)

	2024	2023
Saldo de abertura	301.330.426	89.659.920
Dotação do período	367.698.293	211.670.506
Saldo a 31 de Dezembro	669.028.719	301.330.426

A dotação do período foi de MZN 367.698.293 Meticaís, correspondentes a 30% do resultado líquido de 2023.

37. Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos)/lucros antes de impostos

As reservas apresentam-se como se segue:

(Montantes expressos em Meticaís)

	2024	2023
Depreciações e amortizações líquidas de abates	66.931.944	87.040.634
Imparidade de crédito	202.305.238	196.305.638
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários	4.342.227	15.466.311
Perdas por imparidade de outros activos	60.500.428	8.700.000
Total	334.079.837	307.512.583

38. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Meticaís)

	2024	2023
Caixa e disponibilidades no Banco Central	133.871.841	788.855.522
Disponibilidades em instituições de crédito	477.566.850	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito, líquidas de colaterais que expiram após 90 dias	6.173.818.256	5.683.459.667
Total de Caixa e equivalentes de caixa	6.785.256.946	6.619.443.206



Para efeitos de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa exclui as disponibilidades no Banco Central referentes às reservas obrigatórias, que representavam MZN 7.201.014.591 em 2024 e MZN 2.986.602.358 em 2023.

39. Instrumentos financeiros

39.1 Classificação dos instrumentos

(Montantes expressos em Meticais)

2024	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7.334.886.432	-	-	7.334.886.432
Disponibilidades em instituições de crédito	477.566.850			477.566.850
Aplicações em instituições de crédito	6.229.739.506			6.229.739.506
Mercado monetário	8.809.629.472	-	-	8.809.629.472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.938.380.268	-	-	5.938.380.268
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6.327.548	-	6.327.548
Outros activos	772.311.763	-	-	772.311.763
Total do activo	29.562.514.291	6.327.548	-	29.568.841.838
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.018.680.889	1.018.680.889
Depósitos de clientes	-	-	20.138.129.687	20.138.129.687
Passivos de locação	-	-	85.133.864	85.133.864
Outros passivos	-	-	927.428.416	927.428.416
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	3.018.423.639	3.018.423.639
Dívida subordinada	-	-	220.077.281	220.077.281
Total do passivo	-	-	25.407.873.775	25.407.873.775
Extrapatrimoniais				
Garantias	7.436.437.655	-	-	7.436.437.655
Cartas de crédito	2.327.370.242	-	-	2.327.370.242
Facilidades não utilizadas	-	-	968.571.875	968.571.875
Total Extrapatrimoniais	9.763.807.897	-	968.571.875	10.732.379.773



2023	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3.775.457.880	-	-	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	147.128.017			147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	5.683.459.667			5.683.459.667
Mercado monetário	1.411.962.117	-	-	1.411.962.117
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.541.752.044	-	-	6.541.752.044
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6.327.548	-	6.327.548
Outros activos	541.855.679	-	-	541.855.679
Total do activo	18.101.615.403	6.327.548	-	18.107.942.951
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.632.038.220	1.632.038.220
Depósitos de clientes	-	-	10.927.923.707	10.927.923.707
Passivos de locação	-	-	83.784.299	83.784.299
Outros passivos	-	-	899.402.688	899.402.688
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.117.812.500	1.117.812.500
Dívida subordinada	-	-	219.990.128	219.990.128
Total do passivo	-	-	14.880.951.542	14.880.951.542
Extrapatrimoniais				
Garantias	7.536.462.312	-	-	7.536.462.312
Cartas de crédito	1.110.302.514	-	-	1.110.302.514
Facilidades não utilizadas	-	-	841.944.218	841.944.218
Total Extrapatrimoniais	8.646.764.826	-	841.944.218	9.488.709.044

39.2 Justo valor dos instrumentos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O justo valor destes activos é determinado através de um modelo que usa quer variáveis observáveis, quer variáveis não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos da indústria e da localização geográfica onde o investimento opera.

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização cujos inputs, que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor, estão associados a informação observável no mercado, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.



Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

(Montantes expressos em Meticais)

Activos financeiros 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	7.334.886.432	-	7.334.886.432
Disponibilidades em instituições de crédito		477.566.850		477.566.850
Aplicações em instituições de crédito		6.229.739.506		6.229.739.506
Activos financeiros ao custo amortizado	-	8.809.629.472	-	8.809.629.472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.938.380.268	-	5.938.380.268
Outros activos	-	778.639.310	-	778.639.310
Total activos financeiros	-	29.568.841.838	-	29.568.841.838

Passivos financeiros			-	
Recursos de outras instituições de crédito		1.018.680.888,80	-	1.018.680.888,80
Depósitos de clientes		20.138.129.686,93	-	20.138.129.686,93
Passivos de locação		85.133.863,96	-	85.133.863,96
Outros passivos		927.428.415,67	-	927.428.415,67
Responsabilidades representadas por títulos		3.018.423.639,19	-	3.018.423.639,19
Dívida subordinada		220.077.281	-	220.077.281
Total passivos financeiros	-	25.407.873.775	-	25.407.873.775

Activos financeiros 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	3.775.457.880	-	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito		147.128.017		147.128.017
Aplicações em instituições de crédito		5.683.459.667		5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	-	1.411.962.117	-	1.411.962.117
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	6.541.752.044	-	6.541.752.044
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6.327.548	-	6.327.548
Outros activos	-	541.855.679	-	541.855.679
Total activos financeiros	-	18.107.942.951	-	18.107.942.951

Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.632.038.219,81	-	1.632.038.220
Depósitos de clientes	-	10.927.923.707,00	-	10.927.923.707
Passivos de locação	-	83.784.299,10	-	83.784.299
Outros passivos	-	899.402.688,47	-	899.402.688
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.117.812.499,85	-	1.117.812.500
Dívida subordinada	-	219.990.128,00	-	219.990.128
Total passivos financeiros	-	14.880.951.542	-	14.880.951.542

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros, excepto empréstimos e adiantamentos a clientes, se aproximam do seu justo valor, devido ao curto prazo das suas maturidades. O justo valor dos activos e passivos financeiros corresponde ao montante pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transacção corrente entre partes interessadas, excepto em casos de venda forçada ou de liquidação.



40. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

40.1 Ganhos e despesas suportadas

(Montantes expressos em Meticais)

Identificação da parte relacionada	Relação	Natureza da transacção	2024	2023
Ganhos reconhecidos				
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	2.861.187	1.985.556
Total de Ganhos reconhecidos			2.861.187	1.985.556
Despesas suportadas				
FMB, Capital Holdings	Accionista	Juros pagos sobre empréstimos	19.032.511	18.974.216
FMB, Capital Holdings	Accionista	Serviços partilhados	106.784.751	76.976.768
FCSSL	Empresa do grupo	Serviços partilhados	34.463.115	29.461.652
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	6.015.529	-
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Comissões	5.421.677	5.338.700
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Comissões	2.728.032	-
First Capital Bank Zimbabwe	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	3.891.054	
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	18.033.405	5.565.541
Total de Ganhos reconhecidos			196.370.074	157.499.073

40.2 Passivos

(Montantes expressos em Meticais)

Identificação da parte relacionada	Relação	Natureza da transacção	2024	2023
Passivos				
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Acréscimo de serviços partilhados	46.687.022	8.418.019
FCSSL	Empresa do grupo	Acréscimo de serviços partilhados	5.952.833	2.375.239
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	2.470.023	447.946.016
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Dívida subordinada	220.024.555	219.955.700
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	511.393.618	320.088.900
FMB Capital Holdings, Plc	Empresa do grupo	Conta corrente	2.643.652	2.644.340
Premier Capital Mauritius	Accionista	Conta corrente	322.274	322.731
Prime Bank, Quenia	Accionista	Conta corrente	157.980	158.464
Total de passivos			789.651.957	1.001.909.409



40.3 Pessoas chave de gestão

O pessoal-chave da gestão é composto pelas pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo das actividades do Banco, seja directa ou indirectamente. Isso inclui todos os administradores da empresa e da sua empresa-mãe, bem como os membros da comissão executiva que não são administradores.

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Comissão executiva	120.260.667	87.110.025
Pessoal chave de gestão	124.443.372	91.879.846
Administradores não executivos	10.537.275	7.850.635
Total de remunerações	255.241.314	186.840.506
Gestão sénior		
Empréstimos		
Saldo de abertura	45.562.343	46.517.959
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	2.381.750	(8.175.993)
Variação líquida de empréstimos no período	(3.202.240)	7.220.377
Saldo final	44.741.853	45.562.343
Juros sobre os empréstimos	137.923	158.378
Depósitos		
Saldo de abertura	7.781.366	2.689.482
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	(253.391)	(45.936)
Variação líquida de empréstimos no período	(2.338.101)	5.137.820
Saldo final	5.189.874	7.781.366
Órgãos sociais directa ou indirectamente relacionados com os administradores		
Depósitos		
Saldo de abertura	20.202.544	18.664.482
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	(12.016.932)	1.425.656
Saldo final	8.222.392	20.202.544
Juros a pagar	963	963

41. Contingências e compromissos

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Cartas de crédito	2.327.370.242	1.110.302.514
Garantias prestadas	7.436.437.655	7.536.462.312
Limites de créditos não utilizados	968.571.875	841.944.218
Custódia de títulos	75.329.796	75.329.796
Total de contingências e compromissos	10.807.709.569	9.564.038.840

42. Gestão de risco, objectivos e políticas

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno financeiro e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.



Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e procura obter margens de rentabilidade investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para fazer face a todos os desembolsos necessários e obrigações que eventualmente ocorram.

As políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos de monitorização para assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados. O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

Gestão do risco de crédito

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo
- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.
- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.
- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.
- Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.
- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.
- Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.
- Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL.
- Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos estão adequadamente desenhados e implementados e são eficientes.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

Ratings internos de crédito

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notações de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalho são tidos em consideração comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.;
- Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) para as respectivas exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e de incumprimento sobre as suas exposições ao risco de crédito, analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

Incorporação de informações prospectivas (Forward looking)

O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco

de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de “caso base” de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco e o seu Grupo aplicam probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimar as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

Mensuração da ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. O seu cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliada utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a PD.

A LGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das mesmas. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram o tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de capital e juros, e perdas esperadas. A abordagem do Banco para a EAD reflecte

as alterações esperadas na exposição ao longo da vida do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. Os modelos EAD usados pelo Banco reflectem igualmente as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como linhas de crédito renováveis e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não é mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. Os instrumentos financeiros são administrados de forma coletiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, como por exemplo redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo da ECL para fins regulamentares, embora muitos dos elementos utilizados sejam semelhantes.

Agrupamentos baseado em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até ao vencimento;
- Indústria ou sector do mutuário;
- Valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

Qualidade do crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item das demonstrações financeiras e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha do balanço financeiro para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento financeiro	Instrumento financeiro na posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidade no banco central	Nota 18
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	Nota 19
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	Nota 20
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 23
Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao custo amortizado	Nota 21
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Nota 22
Outros empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Nota 24
Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira	Provisões para garantias bancárias prestadas e crédito documentários	Nota 32

O Banco, em linha com a política do Grupo FMBCH, tem um sistema interno de classificação alinhado com a classificação Basel II, que categoriza os empréstimos com base na sua qualidade de crédito:

Empréstimos em Dia: São empréstimos não vencidos nem renegociados, classificados como graus 1-3 da S&P.

Classificação de Monitorização Padrão: Empréstimos com menos de 90 dias de atraso ou com preocupações significativas quanto ao desempenho, classificados como graus 4-7 da S&P.

Classificação de Não-Desempenho: Empréstimos com atraso superior a 90 dias, onde os juros não são acumulados, a menos que sejam pagos, classificados como graus 8-10 da S&P.

Empréstimos e Adiantamentos Renegociados: Se o alívio for temporário, mantém-se o estágio de crédito original; se o alívio for permanente, é tratado como uma reestruturação em dificuldade, sendo feitos ajustes na cobertura do risco.

O Banco utiliza garantias (bens imóveis e móveis) para mitigar riscos e procura realizar as garantias de forma ordenada. A qualidade de crédito e a exposição máxima ao risco de crédito são apresentadas de acordo com o sistema de classificação interno e a gama de PD do Basel, antes da provisão para perdas de crédito esperadas (ECL).

**First Capital**
BANK

Parceiros estratégicos para o crescimento do seu negócio

Botswana • Malawi • **Moçambique** • Zambia • Zimbabwe

Primeiro, acreditar.





Empréstimos e adiantamentos a clientes

(Montantes expressos em Meticais)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	91.664.516	0	0	91.664.516	115.947	0	0	115.947
Médio	0.50%- 11.7%	5.535.826.118	41.160.328	0	5.576.986.446	89.060.202	254.044	0	89.314.247
Médio-baixo	11.7%-29.50%	343.541.171	22.852.969	3.513.668	369.907.807	1.917.921	21.101.806	0	23.019.727
Baixo	29.5%-100%	0	2.733.078	160.898.520	163.631.598	0	41.250	151.318.927	151.360.178
Total		5.971.031.805	66.746.375	164.412.187	6.202.190.366	91.094.071	21.397.101	151.318.927	263.810.099
Rácio de cobertura		2%	32%	92%					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-	2.453.668.103	0	0	2.453.668.103	43.188.843	-	-	43.188.843
Médio	0.50%	3.972.046.712	74.166.611	28.822.267	4.075.035.589	12.954.875	237.918	1.402.637	14.595.429
Médio-baixo	11.7%	3.732.788	94.524.469	123.095.398	221.352.656	23.368	51.641.389	115.932.206	167.596.963
Baixo	29.5%-100%	1	0	17.978.534	17.978.535	-	-	901.399	901.399
Total		6.429.447.605	168.691.080	169.896.199	6.768.034.883	56.167.086	51.879.307	118.236.242	226.282.634
Rácio de cobertura		0,845%	30,754%	69,593%					

Caixa e equivalentes de caixa

(Montantes expressos em Meticais)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	381.578.681	-	-	381.578.681,42	-	-	-	-
Médio	0.50%- 11.7%	6.953.307.751	-	-	6.953.307.751	-	-	-	-
Total		7.334.886.432	-	-	7.334.886.432	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco	0.00%-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo	0.50%-	3.775.457.879	-	-	3.775.457.879	-	-	-	-
Total		3.775.457.879	-	-	3.775.457.879	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,00%	-	-					

Disponibilidades em instituições de crédito

(Montantes expressos em Meticais)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	477.566.850	-	-	477.566.849,83	-	-	-	-
Médio	0.50%- 11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		477.566.850	-	-	477.566.850	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	147.128.017	-	-	147.128.017,00	-	-	-	-
Médio	0.50%- 11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		147.128.017	-	-	147.128.017	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					



Aplicações em instituições de crédito

(Montantes expressos em Metical)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	6.229.749.908	-	-	6.229.749.907,83	10.402,00	-	-	10.402,00
Médio	0.50%- 11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		6.229.749.908	-	-	6.229.749.908	10.402	-	-	10.402
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	5.683.470.069	-	-	5.683.470.068,74	10.402,00	-	-	10.402,00
Médio	0.50%- 11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		5.683.470.069	-	-	5.683.470.069	10.402	-	-	10.402
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					

Activos financeiros ao custo amortizado

(Montantes expressos em Metical)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	1.776.618.000	-	-	1.776.618.000,00	1.575,35	-	-	1.575,35
Médio	0.50%- 11.7%	7.106.023.054	-	-	7.106.023.054	73.010.006	-	-	73.010.006
Total		8.882.641.054	-	-	8.882.641.054	73.011.582	-	-	73.011.582
Rácio de cobertura		0,822%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Alto	0.00%-0.50%	922.784.840	-	-	922.784.840	-	-	-	-
Médio	0.50%- 11.7%	501.688.430	-	-	501.688.430	12.511.154	-	-	12.511.154
Total		1.424.473.270	-	-	1.424.473.270	12.511.154	-	-	12.511.154
Rácio de cobertura		0,88%	-	-					

Outros activos

(Montantes expressos em Metical)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	271.688.432,06	-	-	271.688.432,06	-	-	-	-
Total		271.688.432	-	-	271.688.432	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,000%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Baixo	0.00%-0.50%	204.005.923	-	-	204.005.923	-	-	-	-
Total	0.50%- 11.7%	204.005.923	-	-	204.005.923	-	-	-	-
Rácio de cobertura		0,00%	-	-					



Garantias e cartas de crédito

(Montantes expressos em Metical)

31 Dezembro 2024						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	106.214.021	-	-	106.214.021,00	-	-	-	-
Médio	0.50%- 11.7%	9.657.593.876	-	-	9.657.593.876	32.345.753	-	-	32.345.753
Total		9.763.807.897	-	-	9.763.807.897	32.345.753	-	-	32.345.753
Rácio de cobertura		0,331%	-	-					

31 Dezembro 2023						ECL			
Montantes Brutos									
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Risco									
Médio-baixo	0.00%-0.50%	8.646.764.815	-	-	8.646.764.815	26.948.600	-	-	26.948.600
Total	0.50%- 11.7%	8.646.764.815	-	-	8.646.764.815	26.948.600	-	-	26.948.600
Rácio de cobertura		0,312%	-	-					

A análise do movimento da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

(Montantes expressos em Metical)

	Montantes Brutos			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	6.647.056.299	168.510.393	165.436.857	6.981.003.550
Novos activos originados	2.204.619.376	207.662.310	6.441	2.412.288.127
Pagamentos e desconhecimentos de activos	(2.682.356.260)	(145.797.343)	(41.600.037)	(2.869.753.640)
Transferências (de)/para stage 1	(34.496.365)	34.137.418	358.947	-
Transferências (de)/para stage 2		(201.882.734)	201.882.734	-
Transferências (de)/para stage 3		4.116.332	(4.116.332)	-
Abates	-	-	(157.556.424)	(157.556.424)
Saldo de fecho	6.134.823.050	66.746.375	164.412.187	6.365.981.612

	ECL			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	56.167.086	51.879.307	118.236.242	226.282.634
Novos activos originados	36.768.238	121.919.807	6.134	158.694.179
Pagamentos e desconhecimentos de activos	(1.628.468)	(41.353.495)	(60.090.928)	(103.072.891)
Transferências (de)/para stage 1	(212.784)	211.806	977	(0)
Transferências (de)/para stage 2		(112.474.359)	112.474.359	-
Transferências (de)/para stage 3		1.214.034	(1.214.034)	-
Abates	-	-	(18.093.822)	(18.093.822)
Saldo de fecho	91.094.071	21.397.101	151.318.927	263.810.099

Factores macroeconómicos

O Banco efectua análises de sensibilidade a cenários para avaliar o impacto potencial de alterações nas condições económicas no valor contabilístico dos empréstimos e adiantamentos significativos. Esta análise é uma componente essencial da estratégia de gestão do risco do Grupo e ajuda a garantir a solidez da nossa posição financeira em condições variáveis.

Esta análise é um elemento-chave da estratégia de gestão do risco do Banco e ajuda a garantir a solidez da nossa posição financeira em cenários económicos variáveis.



Para o crédito corporativo foram considerados os factores abaixo:

Valores actuais			Projeções								Taxa de longo prazo
Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
[%PIB per capita, % preços correntes]	Base	58,33%	7,75%	8,61%	8,41%	8,76%	10,28%	11,54%	11,54%	11,54%	11,54%
	Bom	17,79%	7,75%	13,17%	13,10%	13,21%	13,78%	14,35%	14,35%	14,35%	14,35%
	Melhor	7,62%	7,75%	14,85%	14,81%	14,89%	15,27%	15,65%	15,65%	15,65%	15,65%
	Mau	11,38%	7,75%	3,54%	3,43%	3,69%	4,87%	5,71%	5,71%	5,71%	5,71%
	Pior	4,88%	7,75%	0,04%	-0,11%	0,15%	1,29%	2,09%	2,09%	2,09%	2,09%
Dívida pública	Base	58,33%		93,67	94,70	94,70	84,85	74,80	74,80	74,80	74,80
	Bom	4,54%		64,26	64,75	66,08	62,33	56,66	56,66	56,66	56,66
	Melhor	1,94%		53,47	53,72	55,29	52,95	48,33	48,33	48,33	48,33
	Mau	24,63%		126,27	127,01	127,30	119,80	112,30	112,30	112,30	112,30
	Pior	10,56%		148,82	149,80	150,06	142,78	135,59	135,59	135,59	135,59

Para o crédito ao funcionário público foram considerados os factores abaixo:

Valores actuais			Projeções					Taxa de longo prazo
Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	2024	2025	2026	2027	2028	
Taxa de desemprego	Mau	20,00%	6,85%	8,48%	22,16%	11,93%	9,03%	0,39%
	Base	60,00%	6,85%	7,16%	21,26%	11,20%	8,40%	0,00%
	Bom	20,00%	6,85%	5,83%	20,35%	10,47%	7,77%	-0,39%
PIB	Mau	20,00%	1,74%	1,04%	0,94%	0,91%	2,38%	2,26%
	Base	60,00%	1,74%	2,18%	1,71%	1,54%	2,92%	2,59%
	Bom	20,00%	1,74%	3,32%	2,49%	2,16%	3,46%	2,93%

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade das imparidades:

(Montantes expressos em Metical)

	2024		2023	
	Imparidade Acumulada	Imparidade do período - impacto em resultados	Imparidade Acumulada	Imparidade do período - impacto em resultados
Montantes reportados	369.177.836	262.805.666	211.013.337	211.157.450
Cenários				
Base	333.449.107	227.076.937	259.486.361	259.630.474
Bom	315.240.784	208.868.614	247.384.498	247.528.611
Melhor	305.789.871	199.417.702	244.040.047	244.184.159
Mau	365.144.691	258.772.521	277.832.266	277.976.379
Pior	394.195.965	287.823.796	293.533.861	293.677.973

O quadro acima mostra as imparidades de cada cenário ponderado pela probabilidade de aplicação de múltiplos cenários económicos em comparação com a imparidade que teria resultado da aplicação de uma ponderação de 100% ao cenário do caso de base. Foram utilizados três cenários:

- Base
- Bom
- Mau



Uma vez estabelecida uma forte relação causal entre o comportamento de uma carteira de empréstimos e um ou mais fatores macroeconómicos, incorporamos fatores macroeconómicos previstos no modelo. Isso é feito comparando dados macroeconómicos históricos e futuros juntamente com o comportamento da carteira de empréstimos para identificar relações quantitativas. Se existe uma estrutura de correlação entre os dados macroeconómicos históricos e o comportamento da carteira de empréstimos, então esta fornece uma boa base para incorporar o FLI através de dados macroeconómicos previstos. A previsão do caso de base é derivada para os factores macroeconómicos relevantes e é utilizada tal como está. Os cenários bom e mau são criados a partir do cenário Base criando um intervalo de tolerância estatística em torno do cenário Base.

Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

(Montantes expressos em Meticais)

	2024	2023
Sector		
Agricultura	32.789.803	31.439.410
Comércio	1.241.975.161	1.829.527.424
Construção	105.654.295	28.641.723
Indústria	1.930.946.377	1.682.743.692
Outros	198.140.159	428.770.884
Particulares	2.272.792.436	2.348.397.531
Transporte	419.892.136	415.017.197
Exposição total	6.202.190.366	6.764.537.860

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

(Montantes expressos em Meticais)

2024	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimento em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
Comércio	0	1.240.743.770	0	0	4.167.501.676
Agricultura	0	32.554.186	0	0	0
Retalho	0	2.082.522.235	0	0	106.214.021
Construção	0	104.605.257	0	0	624.096.124
Indústria	0	977.282.743	0	0	973.266.439
Mineração	0	501.411.312	0	0	2.012.254.486
Comunidade social e serviços	0	0	0	0	113.799.432
Transporte e comunicações	0	393.775.812	0	0	447.458.596
Indústria metalúrgica	0	435.899.799	0	0	1.350.000
Estado	0	0	549.670.252	0	0
Financeiro	2.387.567.094	0	0	06.327.548	0
Banco Central	3.842.172.412	0	8.259.959.220	0	0
Outros sectores	0	169.585.153	0	0	1.317.867.124
Total	6.229.739.506	5.938.380.268	8.809.629.472	6.327.548	9.763.807.897

2023	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimento em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
Comércio	0	1.816.347.867	0	0	3.731.475.435
Agricultura	0	31.044.365	0	0	0
Retalho	0	2.252.699.582	0	0	0
Construção	0	28.580.264	0	0	553.702.619
Indústria	0	810.761.324	0	0	332.593.877
Mineração	0	390.581.905	0	0	1.995.163.180
Comunidade social e serviços	0	0	0	0	34.140.971
Transporte e comunicações	0	414.023.661	0	00	262.382.950
Indústria metalúrgica	0	384.319.359	0	0	1.350.000
Estado	0	0	0	0	0
Financeiro	3.226.903.015	0	421.381.116	06.327.548	0
Banco Central	2.456.556.652	0	0	0	0
Outros sectores	0	413.393.719	990.581.000	0	1.735.955.795
Total	5.683.459.667	6.541.752.046	1.411.962.116	6.327.548	8.646.764.826

Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e "estágio"

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio" sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas seguintes. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.



(Montantes expressos em Meticais)						
2024	Grau de investimento (1-3)	Monitoramento padrão (4-7)	Empréstimos em incumprimento (8-10)	Imparidade	Exposição líquida	2023
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7.334.886.431	-	-	-	7.334.886.431	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	421.645.600	-	-	-	421.645.600	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	6.229.749.908	-	-	(10.402)	6.229.739.506	5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	8.882.641.054	-	-	(73.011.582)	8.809.629.472	1.411.962.116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.971.031.805	66.746.375	164.412.187	(263.810.099)	5.938.380.268	6.541.752.046
Outros activos	452.611.447	-	-	-	452.611.447	204.005.923
Garantias bancárias e cartas de crédito	9.592.346.744	-	-	(25.552.330)	9.566.794.414	8.588.218.431
Total	38.884.912.988	66.746.375	164.412.187	(362.384.412)	38.753.687.137	26.351.984.080

Perdas por imparidade por classe

A tabela abaixo resume as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, por classe de exposição/activo:
(Montantes expressos em Meticais)

Classe do instrumento financeiro	2024	2023
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	263.810.099	226.282.634
Investimentos em títulos ao custo amortizado	73.011.582	12.511.154
Activos não correntes detidos para a venda	0	18.364.721
Outros activos financeiros	10.402	10.402
Garantias bancárias e cartas de crédito	25.552.330	26.948.599
Total	362.384.412	284.117.510

Em Fevereiro de 2025, a agência de notação financeira *Standard & Poor's* reduziu o rating de Moçambique de CCC para CCC-. Em Março de 2025, esta agência voltou a reduzir o rating de Moçambique de CCC- para SD, reflectindo preocupações com a sustentabilidade da dívida do país, especialmente a elevada carga de endividamento e os desafios fiscais. Este *downgrade* resultou em uma maior percepção de risco, indicando um elevado risco de incumprimento e dificultando o acesso a financiamentos internacionais a taxas favoráveis. Tal situação pode agravar ainda mais a economia de Moçambique, afectando a inflação e o crescimento.

Esta situação resultou no agravamento das PDs, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento das imparidades, especialmente no que se refere a outros instrumentos financeiros. O impacto da reclassificação negativa nas imparidades desses instrumentos financeiros na posição de 31 de Dezembro de 2024 é estimado em cerca de MZN 27 milhões. Prevê-se que o impacto em 2025 seja menos significativo, à medida que o banco continua a reduzir a sua exposição a esses instrumentos. A 15 de Março de 2025, a carteira total é estimada em aproximadamente MZN 5.938 milhões, contra os MZN 8.883 milhões a 31 de Dezembro de 2024 e imparidades de MZN 39 milhões e MZN 100 milhões, respectivamente.

Abaixo apresenta-se a análise de sensibilidade das imparidades de outros instrumentos financeiros, considerando o cenário acima descrito (SD/CC) e o inverso (upgrade para CCC+), com base na exposição a 31 de Dezembro de 2024:

(Montantes expressos em Meticais)			
	Cenário Reportado - CCC	CC/SD	Impacto
Activos financeiros ao custo amortizado			
Bilhetes de tesouro	8.259.959.220	8.259.959.220	-
Obrigações de tesouro	622.681.834	622.681.834	-
Total, antes das imparidades	8.882.641.054	8.882.641.054	-
Imparidade acumulada			
Bilhetes de tesouro	(29.935.481)	(41.108.028)	(11.172.547)
Obrigações de tesouro	(43.076.100)	(58.905.810)	(15.829.709)
Total de imparidades acumuladas	(73.011.582)	(100.013.838)	(27.002.256)
Activos financeiros ao custo amortizado, líquidos de imparidades	8.809.629.472	8.782.627.216	27.002.256



	Cenário Reportado - CCC	CCC+	Impacto
Activos financeiros ao custo amortizado			
Bilhetes de tesouro	8.259.959.220	8.259.959.220	-
Obrigações de tesouro	622.681.834	622.681.834	-
Total, antes das imparidades	8.882.641.054	8.882.641.054	-
Imparidade acumulada			
Bilhetes de tesouro	(29.935.481)	(10.825.377)	19.110.104
Obrigações de tesouro	(43.076.100)	(15.991.278)	27.084.822
Total de imparidades acumuladas	(73.011.582)	(26.816.655)	46.194.926
Activos financeiros ao custo amortizado, líquidos de imparidades	8.809.629.472	8.855.824.399	(46.194.926)

A tabela abaixo apresenta uma simulação das imparidades associadas aos activos financeiros ao custo amortizado à data de 15 de Março de 2025:

(Montantes expressos em Meticais)

	Cenário Reportado - CCC	15 de Março - CC/SD	Impacto
Activos financeiros ao custo amortizado			
Bilhetes de tesouro	8.259.959.220	5.721.017.010	(2.538.942.210)
Obrigações de tesouro	622.681.834	216.890.746	(405.791.088)
Total, antes das imparidades	8.882.641.054	5.937.907.756	(2.944.733.298)
Imparidade acumulada			
Bilhetes de tesouro	(29.935.481)	(20.999.488)	8.935.994
Obrigações de tesouro	(43.076.100)	(18.121.125)	24.954.976
Total de imparidades acumuladas	(73.011.582)	(39.120.612)	33.890.969
Activos financeiros ao custo amortizado, líquidos de imparidades	8.809.629.472	5.898.787.144	(2.978.624.267)

Activos financeiros por maturidade contratual

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso. Para empréstimos corporativos e outras exposições existem informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar um potencial aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

(Montantes expressos em Meticais)

Crédito bruto concedido	2024	2023
Não vencido	6.012.975.492	6.279.485.553
Até 30 dias	138.066.911	162.014.678
31 a 90 dias	15.633.825	126.234.766
91 a 180 dias	1.295.657	97.261.494
181 a 360 dias	14.667.541	46.320.700
Acima de 360 dias	129.768	2.352.274
Reestruturados	19.421.172	50.868.396
Total	6.202.190.366	6.764.537.860

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Empréstimo corporativo

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e a sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é actualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é actualizada se o empréstimo for colocado na “lista de observação” e, portanto, sujeito a uma monitoria mais regular. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações actualizadas de garantias para determinar as suas acções de gestão de risco de crédito.

Investimentos em títulos

O Banco detém investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 8.9 biliões de Meticais e através do rendimento integral com um valor contabilístico de 6.3 milhões de Meticais. Os investimentos em títulos detidos pelo Banco são obrigações governamentais, bilhetes de tesouro, que não são garantidas.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue fazer face ao serviço de dívida, pode pedir a dilatação do período de pagamento ou uma moratória. Na data de vencimento do período de moratória ou carência, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado evidencia sinais de imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou ser objecto de uma reestruturação financeira significativa;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, incluindo o cumprimento de determinadas condições ou rácios financeiros.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a uma potencial imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais uma perda de imparidade é e continua a ser reconhecida não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da sua execução menos os custos de tomada de posse e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece imparidades por contrapartida de resultados para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Mediante uma avaliação de que não existe uma perspectiva realista da sua recuperação ou de que parte da dívida é incobrável, é efectuado o abate da dívida por contrapartida da imparidade acumulada. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida, sendo que a oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um



abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realística de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como outros proveitos na demonstração de resultados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais ou de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de manter valores mínimos de liquidez e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Adicionalmente, o Banco dispõe de linhas de financiamento adicionais como plano de contingência, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente utilizada

numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 39,0% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 39,5% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitora diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

(Montantes expressos em Meticais)

2024	Dentro de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7.334.886.432	-	7.334.886.432
Disponibilidades em instituições de crédito	477.566.850	-	477.566.850
Aplicações em instituições de crédito	6.229.739.506	-	6.229.739.506
Activos financeiros ao custo amortizado	8.186.947.638	622.681.834	8.809.629.472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.089.368.606	2.849.011.662	5.938.380.268
Activos por impostos correntes	35.728.645	-	35.728.645
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	6.327.548	6.327.548
Outros activos	396.690.196	-	396.690.196
Activos intangíveis	62.449.617	-	62.449.617
Activos sob direito de uso	80.934.465	-	80.934.465
Activos tangíveis	196.508.839	-	196.508.839
Total do Activo	26.090.820.795	3.478.021.043	29.568.841.838
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	1.018.680.889	-	1.018.680.889
Depósitos de clientes	20.138.129.687	-	20.138.129.687
Outros passivos	765.711.015	-	765.711.015
Passivos por impostos correntes	98.828.779	-	98.828.779
Passivos de locação	27.681.972	57.451.892	85.133.864
Provisões	62.888.623	-	62.888.623
Empréstimos subordinados	-	220.077.281	220.077.281
Responsabilidades representadas por títulos	3.018.423.639	-	3.018.423.639
Total do Passivo	25.130.344.604	277.529.172	25.407.873.776



2023	Dentro de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3.775.457.880	-	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	147.128.017	-	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	5.683.459.667	-	5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	1.258.509.916	153.452.200	1.411.962.116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.884.624.285	2.657.127.761	6.541.752.046
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	6.327.548	6.327.548
Outros activos	541.855.677	-	541.855.677
Total do Activo	15.291.035.442	2.816.907.509	18.107.942.951
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	-	-	1.632.038.220
Depósitos de clientes	-	275.155.778	10.927.923.707
Outros passivos	-	58.546.395	899.402.688
Passivos de locação	-	50.482.214	83.784.300
Empréstimos subordinados	-	219.990.128	219.990.128
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.117.812.500
Total do Passivo	604.174.516	14.880.951.543	

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações de instrumentos financeiros com mercados activos.

A política e estratégia de gestão de risco de mercado é executada pela Tesouraria e monitorizada pela função de Gestão de Risco, sob a supervisão do ALCO, que se reúne numa base mensal.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações ou resultar em perdas em caso de ocorrerem variações não previstas.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

A tabela abaixo sumariza a análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros do Banco às taxas de juro em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

(Montantes expressos em Metical)

2024	Não sensível à taxa de juros	Overnight	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Activos financeiros									
Caixa e disponibilidades no Banco Central	13.486.625.456	-	-	-	-	-	-	-	13.486.625.456
Disponibilidades em instituições de crédito	-	477.566.850	-	2.772.221.164	-	-	-	-	3.994.481.297
Aplicações em instituições de crédito	-	-	760.521.851	-	1.832.106.241	2.693.347.063	768.523.484	55.921.250	8.882.641.054
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	458.372.422	6.766.702.461	131.069.927	1.186.427	23.354.650	92.037.810	6.202.190.366
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.501.687.834	-	-	997.384.962	-	-	-	997.384.962
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total activos financeiros	13.486.625.456	1.979.254.684	1.218.894.273	-	2.960.561.131	2.694.533.490	791.878.134	147.959.060	29.568.841.838
Passivos financeiros									
Recursos de instituições de crédito	-	1.018.680.889	-	-	-	-	-	-	1.018.680.889
Depósitos de clientes	13.518.607.928	-	1.927.499.901	1.957.499.488	1.893.917.645	443.614.215	147.151.510	249.839.000	20.138.129.687
Empréstimos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	220.077.281	220.077.281
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	835.423.639	1.673.000.000	510.000.000	-	-	3.018.423.639
Passivos de locação	-	-	-	-	-	-	-	85.133.863	85.133.863
Outros passivos	927.428.418	-	-	-	-	-	-	-	927.428.418
Total passivos financeiros	4.446.036.346	1.018.680.889	1.927.499.901	2.792.923.127	3.566.917.645	953.614.215	147.151.510	555.050.144	25.407.873.777
Valor líquido	(959.410.891)	960.573.795	(708.605.628)	3.973.779.335	(606.356.514)	1.740.919.275	644.726.624	(407.091.084)	4.160.968.061



2023	Não sensível à taxa de juros	Overnight	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Activos financeiros									
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3.775.457.880	-	-	-	-	-	-	-	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	147.128.017	-	-	-	-	-	-	-	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2.691.630.221	2.991.829.446	-	-	-	5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	193.609.416	1.218.352.700	-	-	-	1.411.962.116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	6.541.752.046	-	-	-	-	6.541.752.046
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.327.548	-	-	-	-	-	-	-	6.327.548
Outros activos	541.855.678	-	-	-	-	-	-	-	541.855.678
Total activos financeiros	4.790.456.637	-	-	9.426.991.683	4.210.182.146	-	-	-	18.107.942.951
Passivos financeiros									
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	1.632.038.220	-	-	-	-	1.632.038.220
Depósitos de clientes	4.790.456.637	-	-	3.344.130.064	2.518.181.228	-	-	275.155.778	10.927.923.707
Empréstimos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	219.990.128	219.990.128
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	1.117.812.500	-	-	1.117.812.500
Outros passivos	983.186.98	-	-	-	-	-	-	-	983.186.987
Total passivos financeiros	5.773.643.624	-	-	4.976.168.284	2.518.181.228	1.117.812.500	-	495.145.906	14.880.951.542
Valor líquido	(1.302.874.502)	-	-	4.450.823.399	1.692.000.918	(1.117.812.500)	-	(495.145.906)	3.226.991.409

O impacto na demonstração dos resultados decorrente da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC (Facilidade Permanente de Cedência), baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 é estimada como segue:

(Montantes expressos em Metical)

Sensibilidade à alteração da FPC	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+2p.p	(97.444.985)	97.444.985
	-2p.p	97.444.985	(97.444.985)
2023	+2p.p	(90.597.318)	90.597.318
	-2p.p	90.597.318	(90.597.318)

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio de mercado. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, em cumprimento das disposições legais em vigor e limites regulamentares aplicáveis. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

(Montantes expressos em Metical)

2024	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	CNY	Total
Activos financeiros								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5.786.349.958	1.533.575.477	11.391.210	3.569.787	-	-	-	7.334.886.432
Disponibilidades em instituições de crédito	713.884	363.382.179	-	28.070.711	3.876.384	3.362.523	78.161.169	477.566.850
Aplicações em instituições de crédito	3.845.767.643	2.356.681.250	27.290.613	-	-	-	-	6.229.739.506
Activos financeiros ao custo amortizado	8.809.629.472	-	-	-	-	-	-	8.809.629.472
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.327.548	-	-	-	-	-	-	6.327.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.257.269.699	1.681.110.569	-	-	-	-	-	5.938.380.268
Outros activos	738.400.429	33.911.334	-	-	-	-	-	772.311.763
Total activos	23.444.458.632	5.968.660.808	38.681.823	31.640.498	3.876.384	3.362.523	78.161.169	29.568.841.838
	(6.124.383.206)							
Passivos financeiros								
Recursos de instituições de crédito	26.927.256	981.050.606	10.703.027	-	-	-	-	1.018.680.889
Depósitos de clientes	15.733.546.661	4.287.718.071	25.408.664	15.582.538	-	-	75.873.754	20.138.129.687
Papel Comercial	3.018.423.639	-	-	-	-	-	-	3.018.423.639
Empréstimos subordinados	9.174.281	210.903.000	-	-	-	-	-	220.077.281
Passivos de locação	15.392.815	69.741.049	-	-	-	-	-	85.133.864
Outros passivos	687.768.766	229.829.091	1.129.598	5.515.994	897.552	-	-	925.141.001
Total passivos	19.491.233.418	5.779.241.817	37.241.289	21.098.532	897.552	-	75.873.754	25.405.586.361
Valor líquido	3.953.225.214	189.418.991	1.440.535	10.541.967	2.978.832	3.362.523	2.287.416	4.163.255.477

2023	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3.188.248.303	582.051.094	1.396.748	3.761.735	-	-	3.775.457.880
Disponibilidades em instituições de crédito	32.223.735	497.463	-	110.588.831	1.868.707	1.949.280	147.128.017
Aplicações em instituições de crédito	2.446.469.959	3.111.378.970	125.593.075	17.663	-	-	5.683.459.667
Activos financeiros ao custo amortizado	1.411.962.116	-	-	-	-	-	1.411.962.116
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.327.548	-	-	-	-	-	6.327.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.690.511.109	1.851.240.937	-	-	-	-	6.541.752.046
Outros activos	130.688.631	404.357.192	292.241	6.517.613	-	-	541.855.677
Total activos	11.906.431.400	5.949.525.656	127.282.065	120.885.842	1.868.707	1.949.280	18.107.942.950
Passivos financeiros							
Recursos de instituições de crédito	7.286.567	1.585.845.112	37.241.802	1.664.739	-	-	1.632.038.220
Depósitos de clientes	7.091.887.821	3.746.048.563	80.821.162	9.166.161	-	-	10.927.923.707
Papel Comercial	1.117.812.500	-	-	-	-	-	1.117.812.500
Empréstimos subordinados	-	219.990.128	-	-	-	-	219.990.128
Passivos de locação	20.286.344	63.497.956	-	-	-	-	83.784.300
Outros passivos	456.379.552	320.170.757	6.946.649	106.367.898	-	-	889.864.856
Total passivos	8.693.652.784	5.935.552.517	125.009.613	117.198.798	-	-	14.871.413.712
Valor líquido	3.146.148.846	13.973.140	2.272.452	3.687.044	1.868.707	1.949.280	3.169.899.469



As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio USD	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	18.941.899	(18.941.899)
	-10%	(18.941.899)	18.941.899
2023	+10%	1.397.314	(1.397.314)
	-10%	(1.397.314)	1.397.314

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio ZAR	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	144.053	(144.053)
	+10%	(144.053)	144.053
2023	+10%	227.245	(227.245)
	+10%	(227.245)	227.245

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio EUR	Alteração na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	1.054.197	(1.054.197)
	+10%	(1.054.197)	1.054.197
2023	+10%	368.704	(368.704)
	+10%	(368.704)	368.704

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio INR	Alteração na taxa de câmbios de INR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	297.883	(297.883)
	+10%	(297.883)	297.883
2023	+10%	186.871	(186.871)
	+10%	(186.871)	186.871

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio GBP	Alteração na taxa de câmbios de GBP	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	336.252	(336.252)
	+10%	(336.252)	336.252
2023	+10%	194.928	(194.928)
	+10%	(194.928)	194.928

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio CNY	Alteração na taxa de câmbios de CNY	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2024	+10%	228.742	228.742
	+10%	(228.742)	(228.742)
2023	+10%	0	0
	+10%	0	0



Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância contante e respondendo aos riscos potenciais de forma proactiva, é capaz de gerir e mitigar os riscos inerentes à sua actividade. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, gestão processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o crescimento do seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é monitorado pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a sua natureza e reflectindo uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

(Montantes expressos em Meticais)

Fundos próprios de base (Tier I)	2024	2023
Capital social	1.700.000.000	1.700.000.000
Reservas elegíveis e resultados transitados	791.565.256	301.300.863
Activos intangíveis	(62.449.617)	(29.489.303)
Provisões para imparidade gap(*)	(88.411.185)	(114.498.302)
Fundos próprios de base (Tier I)	2.340.704.454	1.857.313.259
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	1.551.884	1.311.477
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13	126.522.000	168.696.000
Fundos próprios de base complementares (Tier I e Tier II)	2.468.778.338	2.027.320.736
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	10.157.398.569	8.833.001.974
Contas extrapatrimoniais	2.257.673.474	1.658.815.678
Risco operacional e de mercado	520.164.052	248.944.101
Total dos activos ponderados	12.935.236.096	10.740.761.753
Rácios prudenciais		
Tier I	18,10%	17,29%
Tier II	0,99%	1,58%
Rácio de solvência	19,09%	18,88%
Rácio de solvência exigido	12,00%	12,00%

(*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

43. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço, o Banco identificou os seguintes eventos não ajustáveis, em conformidade com o previsto no referencial contabilístico:

Reclassificação do rating de Moçambique – S&P, em Março de 2025

Em Fevereiro de 2025, a agência de notação financeira *Standard & Poor's* reduziu o rating de Moçambique de CCC para CCC-. Em Março de 2025, esta a agência voltou a reduzir o rating de Moçambique de CCC- para SD, refletindo preocupações com a sustentabilidade da dívida do país, especialmente a elevada carga de endividamento e os desafios fiscais. Este downgrade resultou em uma maior percepção de risco, indicando um elevado risco de incumprimento e dificultando o acesso a financiamentos internacionais a taxas favoráveis. Tal situação pode agravar ainda mais a economia de Moçambique, afectando a inflação e o crescimento.

Esta situação resultou no agravamento das PDs, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento das imparidades, especialmente no que se refere a outros instrumentos financeiros. O impacto da reclassificação negativa nas imparidades desses

instrumentos financeiros na posição de 31 de dezembro de 2024 é estimado em cerca de MZN 27 milhões. Prevê-se que o impacto em 2025 seja menos significativo, à medida que o banco continua a reduzir a sua exposição a esses instrumentos. A 15 de Março de 2025, a carteira total é estimada em aproximadamente MZN 5.938 milhões, contra os MZN 8.883 milhões a 31 de Dezembro de 2024 e imparidades de MZN 39 milhões e MZN 100 milhões, respectivamente (ver nota 42).

Decisão da CPMO sobre os coeficientes de reservas obrigatórias

Em Janeiro de 2025, o Comité de Política Monetária e Orçamental (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu proceder à redução dos coeficientes de reservas obrigatórias exigidos às instituições financeiras, em 1000 pontos base, passando para 29% e 29,50% para moeda nacional e estrangeira, respectivamente. Esta medida tem como objectivo promover uma maior liquidez no sistema bancário, incentivando o crédito à economia e facilitando o fluxo de recursos para a actividade produtiva e para os consumidores.

Esta decisão do CPMO não representa um evento que exija ajustes nas demonstrações financeiras de 2024, mas é importante para a análise das perspectivas económicas e financeiras para o exercício seguinte, considerando que poderá influenciar o ambiente macroeconómico, as taxas de juros e as condições de crédito no mercado.





Distinguidos como **instituição líder na categoria Maior Variação de Volume de Negócios** no **Sector Actividades Financeiras** pela KPMG nas últimas duas edições da pesquisa "As 100 Maiores Empresas de Moçambique".

*Recognised as **the leading institution in the category of Highest Revenue Growth** in the **Financial Services Sector** by KPMG in the last two editions of the 'Top 100 Companies in Mozambique' survey.*



